UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

MATHEUS VASINI

AS FORÇAS QUE CONDUZIRAM O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO SIDERURGICA BRASILEIRA NA ERA DO IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO.

Rio de Janeiro
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

MATHEUS VASINI

AS FORÇAS QUE CONDUZIRAM O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO SIDERURGICA BRASILEIRA NA ERA DO IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Prof. Dr. Ricardo Zortéa Vieira – Orientador.
Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos – Co-orientador.

Rio de Janeiro

2024

Matheus Vasini

AS FORÇAS QUE CONDUZIRAM O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO SIDERURGICA BRASILEIRA NA ERA DO IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Prof. Dr. Ricardo Zortéa Vieira – Orientador.
Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos – Co-orientador.

Aprovada em: 12 de Abril de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Zortea Vieira (Orientador)

Universidade Federal do Rio de Janeiro – PEPI/IE/UFRJ

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos (Coorientador)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Maurício Metri

Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ)

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

FICHA CATALOGRÁFICA

N518s Neves, Matheus Vasini.
As forças que conduziram o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira, na era d'O Imperialismo de Livre Comércio.
/ Matheus Vasini Neves. – 2024.
118 f.

Orientador: Ricardo Zortéa Vieira.
Coorientador: Fábio Pádua dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 95 - 101.

1. Indústria siderúrgica - Brasil. 2. Industrialização - Brasil. I. Vieira, Ricardo Zortéa, orient. II. Santos, Fábio Pádua dos, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. IV. Título.

CDD 338.481

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

AGRADECIMENTOS

O mestrado representa uma fase maravilhosa da minha vida. Nestes anos, me dediquei à academia e, sem sombra de dúvidas, foi um período fantástico, onde aprendi, errei e vivi.

Faltam-me palavras, mas gostaria de agradecer nominalmente certas pessoas. Primeiramente, à minha companheira Marina Vieira e aos meus pais, Pina e Armando, por me apoiarem imensamente, em todos os momentos. E também aos meus orientadores, Ricardo Zortéa Vieira e Fábio Pádua dos Santos, por todo o apoio e acolhimento na jornada desta pesquisa. Sem dúvidas, sem vocês eu não teria escrito este trabalho, muito obrigado!

RESUMO

Como a siderurgia industrial chegou ao Brasil? Nesta dissertação, buscamos argumentar que o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira foi um produto do avanço contraditório do capitalismo histórico, expresso pelas forças d'O Duplo Movimento, em diálogo com a geopolítica sul-americana e acontecimentos próprios do Brasil. Nessa história, na arena interestatal, frente à expansão liberal do Império Britânico, emergiram movimentos nacionalistas e protecionistas, centrados na industrialização. Assim, a edificação de complexos industriais, voltados tanto para a guerra como para o fomento do mercado interno, culminou com o enfraquecimento da ordem internacional britânica e abriu espaço para a industrialização brasileira. E no Brasil, a Revolução de 1930 marca o início do projeto de fortalecimento militar e econômico, contra a ameaça argentina e os males da era liberal britânica, cuja pedra angular, a siderurgia, foi construída com o vital apoio norte-americano, em seu processo de afirmação como *hegemon* do Hemisfério Ocidental.

Palavras-chave: O Duplo Movimento; Produção Siderúrgica no Brasil; Industrialização Brasileira; Era d'O Imperialismo de Livre Comércio.

ABSTRACT

How did industrial steelmaking arrive in Brazil? In this dissertation, we seek to argue that the development of Brazilian steel production was a product of the contradictory advance of historical capitalism, expressed by the forces of The Double Movement, in dialogue with South American geopolitics and specific events in Brazil. In this history, in the interstate arena, faced with the liberal expansion of the British Empire, nationalist and protectionist movements emerged, centered on industrialization. Thus, the construction of industrial complexes, aimed both at war and at promoting the internal market, culminated in the weakening of the British international order, and opened space for Brazilian industrialization. And in Brazil, the 1930 Revolution marks the beginning of military and economic strengthening project against the Argentine threat and the evils of the British liberal era, whose cornerstone, the steel industry, was built with vital North American support in its process of affirmation as hegemon of the Western Hemisphere.

Keywords: The Double Movement, Steel Production in Brazil, Brazilian Industrialization; Era of Free Trade Imperialism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADN – A Defesa Nacional

ARBED – Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

EPI – Economia Política Internacional

LSN – Lei de Segurança Nacional

ODM – O Duplo Movimento

RJ – Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução **12**

1.Capítulo 1: O Duplo Movimento **16**

1.1.Karl Polanyi e A grande transformação 17

1.2.As contribuições de Fiori, Silver e Arrighi 19

1.3.Como interpretar o desenvolvimento da produção siderúrgica no Brasil, nos quadros do capitalismo histórico, em meio às forças d'O Duplo Movimento? 23

1.3.1.A geografia, a formação das unidades político-territoriais e a acumulação de poder e de riqueza 23

1.3.2.A dinâmica expansiva do capitalismo histórico, aos olhos de Fiori 24

1.3.3.A singularidade dos espaços geográficos nos quadros do capitalismo histórico 29

1.3.4.O papel dos bens estratégicos no contramovimento social e a luta interestatal pela redistribuição do poder e da riqueza 30

1.4.Conclusão 31

2.Capítulo 2: As contradições d'O Imperialismo de Livre Comércio **34**

2.1.A era d'O Imperialismo de Livre Comércio: ascensão, estrutura e ambiguidades 34

2.2.O auge e a crise d'O Imperialismo de Livre Comércio (c.1870-c.1910) 39

2.2.1.A Segunda Revolução Industrial nos quadros da era d'O Imperialismo de Livre Comércio 39

2.2.2.A *haute finance*, as fragilidades e as contradições das instituições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio 43

2.2.3.As modificações na hierarquia, de poder e riqueza, do sistema interestatal. 44

2.3.A ruptura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio (c.1910-c.1940) 46

2.3.1.A Primeira Guerra Mundial 46

2.3.2.A frágil ordem pós-1918 e a revolução mundial dos anos 30 47

2.3.3.Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial 51

2.3.4.A ruptura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio 53

2.4.Conclusão 55

Capítulo 3: O Brasil na era d'O Imperialismo de Livre Comércio **57**

3.1.A centelha da industrialização brasileira em meio à formação e ao desenvolvimento dos Estados Platinos 57

3.2.Antecedentes: o Império Português e o Brasil Colônia 59

3.3.A emergência do Estado brasileiro, nos quadros d'O Imperialismo de Livre Comércio 61

3.4.O advento da Primeira República e a disputa anglo-americana pela primazia no Hemisfério Ocidental 63

3.4.1.A emergência da República no Brasil e a questão do atraso 63

3.4.2.A competição anglo-americana pela hegemonia no Hemisfério Ocidental 65

3.5.As grandes guerras mundiais e a aliança do Brasil com os Estados Unidos 67

3.5.1.A primeira grande guerra 67

3.5.2.A década de 1920 69

3.5.3.O Crash de 29 e as transformações da década de 1930 72

3.6.Conclusão 74

4.Capítulo 4: O desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira em meio às contradições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio 76

4.1.O debate sobre a origem da produção siderúrgica no Brasil 76

4.2.A longa conquista da siderurgia no Brasil (c.1530-c.1940) 78

4.2.1.A siderurgia nos períodos Colonial e Imperial (c.1530-c.1880) 78

4.2.2.A siderurgia na Primeira República (c.1880-c.1930) 79

4.2.3.A siderurgia na Era Vargas (1930-1945) 82

4.3.Conclusão 87

Considerações finais 90

Referências bibliográficas 94

Anexos 100

Anexo 1: Transcrição da Carta do General Góes Monteiro endereçada ao Presidente Getúlio Vargas, datada de 7 de julho de 1939. 100

Anexo 2: Transcrição da Carta do General George C. Marshall endereçada ao General Góes Monteiro, datada de 5 de outubro de 1939. 104

Anexo 3: Transcrição do Acordo de Empréstimo e Arrendamento celebrado entre Brasil e Estados Unidos a 1 de outubro de 1941. 107

Anexo 4: Transcrição do discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas na abertura da Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1942..... 110

Anexo 5: Transcrição do Convênio Político-Militar celebrado entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil em 23 de maio de 1942 112

Anexo 6: Transcrição da carta do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt ao presidente Getúlio Vargas, datada de 14 de setembro de 1942, na qual começa a se esboçar a participação brasileira diretamente nas operações de guerra . 117

Anexo 7: Principais Conferências 1939-1943 118

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século 20, especialmente no período compreendido pelas grandes guerras mundiais, teve início o processo de industrialização do Brasil, que pode ser simplificadamente evidenciado pela evolução do produto interno bruto (PIB) setorial. No Brasil, em 1900, o setor industrial representava aproximadamente 12% do PIB brasileiro e meio século à frente, na década de 1950, tal setor saltou para uma participação de 26%. (BONELLI, 2007, p. 388). Nesse desenvolvimento industrial, primeiro houve uma expansão do setor de bens de consumo[1] e posteriormente ocorreu o desenvolvimento da indústria pesada, após o estabelecimento de uma peça-chave: a indústria siderúrgica,[2] definitivamente conquistada[3] no final da Era Vargas (1930-1945).

De fato, há um consenso na historiografia[4] que o marco do desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira foi a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1940. A usina de Volta Redonda assegurou as bases da autossuficiência brasileira na produção siderúrgica. Portanto, e simplificadamente, a CSN foi decisiva para o avanço da industrialização no Brasil.

No entanto, antes da CSN, entre o início da Primeira Guerra Mundial (1914) e a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939), houve uma significativa expansão da produção siderúrgica brasileira, que infelizmente não foi capaz de suprir integralmente a demanda nacional.[5] Mas, de fato, entre as décadas de 1910 e 1930, uma cadeia de acontecimentos

[1] Mello (1982, p. 105–106) indica que, no Brasil, a década de 1880 marcou a emergência do trabalho assalariado em virtude do encontro de certos acontecimentos, como a chegada de imigrantes e a abolição da escravidão. Nesse quadro, ainda que os rendimentos do setor cafeeiro estivessem em expansão, a oferta de mão de obra era maior que as necessidades do setor primário-exportador. Então, dessa forma, teve início uma onda migratória em direção aos núcleos urbanos. Nas cidades, os trabalhadores buscavam uma vida melhor. Assim, para o autor, a ampliação da oferta de trabalho assalariado foi o elemento central da aurora industrial no Brasil. Pois a ampliação da oferta de mão de obra promoveu uma queda nos salários, viabilizando as indústrias intensivas em mão de obra: as indústrias de bens de consumo.

[2] A centralidade da siderurgia pode ser notada no discurso proferido por Vargas (1938, p. 100), já nos primeiros meses do seu governo, no início de 1931. “Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa à equação do nosso progresso. [...]. O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. [...]. É, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da Pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro”.

[3] Tal expressão faz referência à obra “A conquista siderúrgica no Brasil”, de Humberto Bastos (1957).

[4] Realmente, conforme importantes obras relativas ao desenvolvimento da produção siderúrgica no Brasil, como Bastos (1957), Baer (1970), Silva (1972), Wirth (1973), Moura (1980), Gomes (1983) e Barros (2011), a CSN representa um ponto de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro.

[5] Como demonstra Barros (2011, p. 26–28, 2013), em 1929, os coeficientes de importação dos bens siderúrgicos eram: 11,4%, para o ferro-gusa, 69,2%, para o aço, e, 88,4%, para os laminados.

resultou na construção de diversas usinas siderúrgicas no território brasileiro.[6] A maior e mais significativa dessas foi a Companhia Belgo-Mineira, constituída em 1921[7] e em operação até os dias de hoje.

Em meio a essa história, buscamos compreender as forças que conduziram o desenvolvimento da produção siderúrgica no Brasil no início do século 20. E para qualificar tais forças, resgatamos o conceito d'O Duplo Movimento, que sugere a existência de duas contradições nas sociedades modernas. A primeira toca no embate que possui, de um lado, a busca pelo lucro e o processo expansivo de mercantilização e, do outro, a tentativa da sociedade de recuperar o controle do mercado e da sua vida material. Já a segunda contradição esbarra no dilema entre a conquista do poder global e a manutenção da competição no sistema interestatal, ou seja, das diversas unidades político-territoriais. Ainda, a autoproteção da sociedade, a defesa da sua subsistência, conversa com a defesa da própria unidade político-territorial.

Todavia, tais movimentos assumem diferentes formas, no tempo e no espaço. Assim, seguindo uma pista legada por Novais (1984, p. 3), a investigação, das forças que conduziram o processo de desenvolvimento da produção siderúrgica no Brasil, deve ser integrada ao contexto global "de que faz parte, e que lhe dá sentido". Nesse sentido, argumentaremos ao longo da dissertação que a Revolução de 1930, o processo de industrialização brasileira e a luta pela siderurgia nacional surgiram em resposta às contradições do capitalismo histórico, na era d'O Imperialismo de Livre Comércio. Portanto essa época germinou, no Brasil, tensões, crises e certos espaços de manobra. E, nesse ponto, como destaca Novaes (1984, p. 4), "o movimento das estruturas cria o quadro de possibilidades dentro do qual se produzem os acontecimentos, pois se os homens fazem a história, não a fazem como querem".

Na Crise do Antigo Sistema Colonial, a dinâmica sistêmica, notadamente, contraditória provocou tensões que desencadearam "conflitos obrigando a reajustamentos no todo e nas partes" (NOVAES, 1984, p. 6). Nesse período, houve diversos tipos de ajustes, alguns bem-sucedidos e outros malsucedidos. No entanto, uma página na história virou. E talvez, da mesma forma, na época d'O Imperialismo de Livre Comércio, emergiram tensões, que foram respondidas via reforma ou revolução, com diferentes graus de sucesso, nas várias

[6] Como Barros (2013, p. 10) destaca, na primeira década do século 20, existia apenas uma usina siderúrgica em operação no Brasil. No entanto, nas três décadas seguintes houve uma significativa expansão da produção siderúrgica nacional. Assim, em 1939, antes da fundação da CSN, havia 26 usinas siderúrgicas no Brasil.

[7] A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira foi formada através da associação de uma usina siderúrgica nacional, a Companhia Siderúrgica Mineira, fundada em 1917, com um conglomerado siderúrgico belgo-luxemburguês, a Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (ARBED), após a visita rei belga, Alberto I, ao Brasil, no início da década de 1920. (BAER, 1970, p. 82–83; BARROS, 2011, p. 116).

partes que compõe o sistema interestatal capitalista. E, novamente, mais uma página da história foi passada. Nela, ocorreu o estabelecimento da produção siderúrgica no Brasil.

E ao se delimitar o fenômeno a ser estudado, define-se também o horizonte temporal, que, nessa pesquisa, abarca a expansão, o auge, a crise e a ruptura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio. Aproximadamente, o período compreendido entre as décadas de 1870 e 1940. Portanto, o problema de pesquisa desta dissertação foi: em meio às contradições d'O Imperialismo de Livre Comércio (c.1870-c.1940), como as forças d'O Duplo Movimento conduziram o desenvolvimento da produção siderúrgica no Brasil?

Nesta pesquisa, nosso principal objetivo foi ligar as contradições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio ao desenvolvimento da produção siderúrgica no Brasil, salientando também questões da geopolítica regional e movimentos locais, no Estado e na sociedade brasileira. No entanto, esse objetivo central repousou em três objetivos secundários. Primeiro: apresentamos o arcabouço teórico, o conceito d'O Duplo Movimento. Segundo, expomos a expansão, o auge, a crise e a ruptura das instituições imperiais e liberais britânicas, entre o século 19 e o início do século 20, contextualizando a ascensão dos Estados Unidos e a emergência da Segunda Revolução Industrial. Terceiro, conectamos o Brasil, e seus movimentos internos, às contradições sistêmicas d'O Imperialismo de Livre Comércio e ao tabuleiro geopolítico da Bacia Platina, para reconstruir o início da industrialização brasileira, em especial, o desenvolvimento do setor siderúrgico.

Além da introdução e das considerações finais, esta dissertação possui quatro capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos as correntes de pensamento, que nortearam a pesquisa, através de uma revisão bibliográfica da seguinte literatura: Fiori (1999, 2000), Polanyi (2000, 2012), Santos (2016), Silver e Arrighi (2014).

Já no segundo capítulo, apresentamos o recorte temporal, bem como o quadro mundial, a era d'O Imperialismo de Livre Comércio e suas contradições. Nesta empreitada, realizamos uma revisão das seguintes obras Allen (1979), Fiori (2004), Gallagher e Robinson (1953), Hobsbawm (1995, 2000, 2005), Kennedy (1989), Landes (1969), Mcneill (1982), Parrish (1956), Polanyi (2000).

No terceiro capítulo, por sua vez, trabalhamos o Brasil no mundo, em meio às contradições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio, enfatizando seus reflexos regionais, para contextualizar a forma da industrialização brasileira. Nesta seção realizamos a revisão bibliográfica da seguinte literatura: Abreu (2014), Bastos (2004, 2006), Doratioto (2006, 2012, 2014); Draibe (1985), Fausto (1997), Filomeno (2006), Fiori (2014), Furtado (2005),

Luz (1978), Napolitano (2016), Tavares (1977), Vieira (2013, 2015, 2018, 2020), Vieira (2017), Weffort (2003).

Por fim, no quarto e último capítulo cobrimos o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira, especialmente, entre a Guerra do Paraguai (1864-1870) e as grandes guerras mundiais (1914-1945), com objetivo de conectar o quadro brasileiro aos movimentos globais e regionais, que lhe deram sentido. Foram consultadas as seguintes obras: Baer (1970); Barros (2011, 2019); Bastos (1957); Bueno (2006); Cervo; Bueno (2011); Corsi (2007); Moura (1980); Mros (2011); Pinheiro (2013); Silva (1972); Suzigan (1986); Wirth (1973).

1. CAPÍTULO 1: O DUPLO MOVIMENTO

Neste trabalho, a investigação do desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira recorrerá, em grande medida, ao arcabouço conceitual d'O Duplo Movimento, desenvolvido por Karl Polanyi. Argumentamos, dessa forma, que a aproximação das forças d'O Duplo Movimento, na investigação da gênese da siderúrgica brasileira, poderá agregar novos elementos à historiografia, particularmente, ao conectar as tensões do capitalismo mundial aos acontecimentos do Brasil, seu quadro social-político e o início da sua industrialização.

Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, Polanyi publicou o livro *A Grande Transformação*, reconstituindo o debacle da civilização liberal do século 19, através da ideia d'O Duplo Movimento. Mas, como destacam Silver e Arrighi (2014, p. 7), tal obra é notadamente otimista em relação ao futuro. Nas palavras dos autores: "Polanyi acreditava que os desastres da primeira metade do século XX tinham ensinado à humanidade uma lição, que nunca seria esquecida e que a experiência utópica do século XIX nunca poderia ser repetida".

Nesse sentido, nas palavras do próprio Polanyi (2000, p. 173), "nossa época terá o crédito de ter visto o fim do mercado autorregulável". Todavia, como sublinham Silver e Arrighi (2014, p. 7), apesar da emergência de um capitalismo regulado, após a década de 1940, a expansão contraditória do capitalismo prosseguiu. E mais, entre as décadas de 1980 e 1990, houve uma renovada explosão do liberalismo econômico. Portanto, nos anos subsequentes à publicação d'A Grande Transformação, a expansão das forças d'O Duplo Movimento prosseguiu.

E, ao tratar desse fato, Fiori (1999, p. 59-64; 2000, p. 12) argumentou que O Duplo Movimento é uma força estrutural, de longa duração, do capitalismo. Ou seja, um sistema altamente competitivo, cuja força das unidades político-territoriais é relativa. Entretanto o capitalismo não é estático. Nele, apesar da permanência das hierarquias de poder e riqueza, há espaço para a ação individual das unidades político-territoriais. E, nesse sentido, o desenvolvimento do território, pela força estatal, é essencial para o enriquecimento e para o fortalecimento das forças de segurança. Portanto, o fomento das riquezas de um território responde a um projeto político, voltado, no limite, para a mera preservação social, como frisou Elias (1994).

O desenvolvimento econômico de uma unidade político-territorial, realmente ocorre num espaço mundial altamente competitivo e hierarquizado. Ainda, os processos de desenvolvimento econômico são dialéticos, pois, no capitalismo histórico, o desenvolvimento

dos mercados internos nacionais engendra simultaneamente a competição, a mercantilização, a expansão material, a proteção social e a defesa de uma territorialidade. Processos conflitantes e contínuos, que talvez se movam sob o signo d'O Duplo Movimento.

Adicionalmente, nesse processo de desenvolvimento territorial, destacam-se, ao longo da história, uma série de indústrias estratégicas, como a naval e a siderúrgica. Porque, do ângulo militar, elas são essenciais para as indústrias de defesa e, do ângulo econômico, são também decisivas para a estruturação das indústrias de bens de capital e, dessa forma, para o desenvolvimento do mercado interno e para a gestão das divisas internacionais (MEDEIROS; SERRANO, 2001; PADULA; FIORI, 2019). Em suma, o desenvolvimento das indústrias estratégicas dialoga com as ambiguidades capitalistas, como: a competição e a proteção das unidades político-territoriais. Ou seja, o desenvolvimento de uma indústria nacional estratégica, como a siderúrgica, é, ao mesmo tempo, um movimento de expansão capitalista e de autoproteção social, em um espaço territorial.

O desenvolvimento de indústrias estratégicas responde às pressões sistêmicas do capitalismo histórico, mas também visa assegurar a defesa social, política e econômica de uma territorialidade, todavia promovendo a expansão das estruturas de longa duração do próprio capitalismo. Ainda, em meio à expansão das forças d'O Duplo Movimento, a defesa de uma unidade político-territorial pode ou não culminar com o enriquecimento da sociedade e a melhora das condições de vida da população. Afinal, esse movimento de forças expresso n'O Duplo Movimento ocorre num ambiente competitivo, sistêmico e contraditório.

1.1.Karl Polanyi e A grande transformação

Polanyi (2000) desenvolveu uma tese, absolutamente original, para explicar a crise e a ruptura da civilização liberal do século 19. Seu ponto de partida foi um debate iniciado por Marx. Nele, ao contrário das previsões de Adam Smith, onde a expansão dos mercados seria um instrumento essencial para a busca da felicidade humana, Marx sublinhou a impossibilidade da economia de mercado regular a sociedade moderna e, no limite, promover a felicidade e o bem-estar dos povos (SANTOS, 2016, p. 188). Nesse ponto, a pista legada por Marx foi a premissa que norteou a investigação de Polanyi (2000, 2012), que desenvolveu uma crítica à economia de mercado valendo-se de uma estrutura analítica institucionalista, embasada na antropologia.

Na formulação dessa crítica, Polanyi desenvolveu o conceito de "economia substantiva", que exprime seu olhar sobre o mundo material. Então, para ele, a economia

compreende todo “processo instituído de interações que servem para satisfazer as necessidades materiais" (POLANYI, 2012, p. 78). Em outras palavras, a economia serve para atender as necessidades materiais humanas ou a subsistência do homem. Mas a economia pode ser organizada de inúmeras formas, daí a centralidade do quadro analítico institucionalista. São, portanto, as instituições que moldam a economia. Dessa forma, o autor sublinha a existência, ao longo da história, de quatro princípios de integração, a: (1) reciprocidade; (2) redistribuição; (3) domesticidade; e (4) troca (POLANYI, 2000, p. 50–56).

É, portanto, através dessa lente analítica que Polanyi investiga a peculiaridade da sociedade moderna: o desenraizamento do mercado das instituições sociais ou a emergência mercado autorregulável. Ou seja, nas sociedades modernas, o mercado passou a ser movido pelos processos de acumulação de excedentes e da mercantilização[8]. Nesse sentido, ocorreu uma “grande transformação”, houve uma ruptura do sistema econômico com a sociedade, através da emergência do mercado autorregulável, como um instrumento de regulação social. (SANTOS, 2016, p. 193). Nas palavras de Polanyi (2000, p. 92–93):

> Um mercado autorregulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômicas e políticas [...]. É verdade que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isso não implica a existência de instituições econômicas separadas. Normalmente a ordem econômica é apenas uma função do social, no qual ela está inserida. Como já demonstramos, não havia um sistema econômico separado na sociedade, seja sob condições tribais, feudais ou mercantis. A sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta. Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências. Uma economia de mercado, só pode existir em uma sociedade de mercado [...]. Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro [...]. Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a subsistência da própria sociedade às leis do mercado.

A singularidade da modernidade é, portanto, a transformação na lógica de reprodução material das sociedades, pelas lógicas da acumulação de excedentes e da mercantilização, inclusive de mercadorias fictícias, como: a terra, o trabalho e o dinheiro (POLANYI, 2000, cap. 6). Ainda, tal obra envolveu as esferas da realidade econômica, política e ideológica. No plano econômico, a Revolução Industrial marca definitivamente a transformação das relações

[8] Ainda, o conceito d’ODM está de acordo com a ideia de expropriação, desenvolvida originalmente por Karl Marx, entretanto propõe uma polarização distinta da tradição marxista, que foca no embate entre capital e trabalho. Conforme Polanyi, a tensão ocorre tendo, por um lado, a busca pelo lucro e o processo expansivo de mercantilização e, por outro, a tentativa da sociedade de recuperar o controle do mercado, que, na modernidade, se descolou das estruturas sociais. (SANTOS, 2016, p. 155–156; 193–194).

produtivas, acelerando os processos de mercantilização e de acumulação de riqueza. Já pelo ângulo estatal, a transmutação do Estado absolutista em Estado liberal criou uma organização política essencial para a manutenção da propriedade privada e do avanço do mercado autorregulável[9] (SANTOS, 2016, p. 193–194). E, ideologicamente, na constituição do sistema de mercado, "[o] liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado" (POLANYI, 2000, p. 166). Portanto, em conjunto, as transformações, econômica, política e ideológica, "conduziram ao desenraizamento da produção dos meios de vida do conjunto da vida social, subordinando a última às leis de mercado" (SANTOS, 2016, p. 194).

No entanto, nessa obra político, econômica e ideológica a atuação do poder político foi decisiva. Sem a intervenção governamental, a economia de mercado não teria despontado. Todavia, o papel do Estado é ambíguo. Por um lado, a ação governamental promoveu a separação da economia das estruturas sociais, mas, por outro, ergueu instituições e se voltou não de forma contínua e em diferentes graus, para a proteção da sociedade (SANTOS, 2016, p. 193-194). E esse movimento protetor dialoga com a questão da subsistência do homem. Pois a expansão ininterrupta do mercado autorregulável mina as condições de vida material das sociedades, produzindo espécie de contramovimento defensivo que, todavia, pode se expressar de distintas formas.

Assim, existem duas forças contrárias: de um lado, há o princípio da economia de mercado e, do outro, há o princípio de proteção da sociedade. E mais, o embate entre esses dois princípios molda as várias sociedades modernas, delimitando as fronteiras e as características dos seus movimentos políticos e sociais, e promove a expansão do capitalismo histórico. Esta é, em suma, a essência d'O Duplo Movimento, proposto por Polanyi.

1.2.As contribuições de Fiori, Silver e Arrighi

Escrevendo no início do século 21, Fiori (1999, 2000), Silver e Arrighi[10] (2014) recuperaram o conceito d'ODM para investigar outra faceta do capitalismo histórico: a tensão

[9] Logo, "'a separação institucional da sociedade em esferas política e econômica' não implica uma disjunção das mesmas em nível concreto [...]. Na verdade, isto significa que existe uma nova forma de articulação, onde os fins econômicos são reafirmados através e pelo Estado. O Estado liberal assegura a propriedade privada e ao fazê-lo converte o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadorias fictícias, definindo as regras que organizam todas essas mercadorias em mercados específicos. Ao nível da política estatal, o Estado liberal garante o lucro gerindo a competição entre mercados através das políticas econômicas" (SANTOS, 2016, p. 196–197).

[10] Em 2003, Beverly Silver e Giovanni Arrighi escreveram o *paper* Polanyi's *"Double Movement": The Belle Époques of British and U.S. Hegemony Compared*, para a revista *Politics & Society*. E, em 2014, tal artigo foi traduzido e publicado no Brasil pela revista eletrônica e-metropolis.

entre a constituição de um poder global (ou hegemônico) e a competição político-econômica do sistema interestatal. O mais interessante é que, nesse processo, os autores agregaram novos elementos ao arcabouço conceitual d'ODM.

No artigo: *O Duplo Movimento de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense*, os autores, Beverly Silver e Giovanni Arrighi resgataram ODM para analisar a conjunta pós-1970. E, neste processo, eles enriquecem o conceito original em três dimensões.

Primeiro, os autores concordam com a tensão de forças expressa n'ODM. No entanto, Silver e Arrighi sublinham que a força política, responsável pela autoproteção social, pode se originar em diversos núcleos sociais, desde as elites até as massas. Mas, normalmente, seriam as elites quem promoveriam o contramovimento. Pois, como ressaltam Gramsci e Weber, governar através da força é mais instável do que por meio do consentimento. Assim, para que uma determinada classe permaneça no poder, através do consentimento, ela precisa promover benefícios à população. É nesse sentido que as elites promovem o princípio da autoproteção da sociedade (SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 7–8).

Segundo, o princípio da autoproteção da sociedade não é universal, pois nem todas as formas de sociedade são reguladas pelo mercado autorregulável (são modernas); muito menos homogêneo, porque, entre as sociedades modernas, as capacidades de defesa são distintas. Existem, portanto, unidades territoriais mais e menos capazes de promover a proteção de sua população[11] (SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 8).

Terceiro, na emergência dos movimentos de autoproteção social, a dimensão geopolítica foi investigada por Polanyi, mas ele não analisou o papel da rivalidade interestatal emergência da economia de mercado. Em outras palavras, Polanyi não conectou a emergência do mercado autorregulável à geopolítica dos séculos 17 e 18. Como destacam Silver e Arrighi (2014, p. 9-10):

> Mesmo quando a descrição de Polanyi [d'ODM] amplamente reconhece o papel desempenhado pelas relações de poder a nível mundial no contramovimento da autoproteção, as relações de poder a este nível desempenham pouco, ou nenhum papel, em sua descrição do movimento em direção à criação dos mercados autorreguláveis.

Silver e Arrighi (2014, p. 7-10), em suma, ressaltaram três questões ao trabalhar o legado de Polanyi. Primeiro, parece haver uma proximidade da ideia de liderança

11 Nesse ponto, Silver e Arrighi destacam um exemplo: no século 19, a fraqueza militar fez com que alguns Estados ficassem à mercê da *gunboat diplomacy* britânica; diplomacia esta responsável por garantir o funcionamento do livre comércio, em favor dos britânicos. (SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 8).

governamental, proposta por Polanyi, do conceito de hegemonia, proposto por Gramsci. Segundo, o princípio da autoproteção não é nem automático nem homogêneo. Em especial, a capacidade de promover tal princípio conversa com a força relativa da sociedade e da unidade político-territorial em questão. E terceiro, a dimensão geopolítica, dos séculos 17 e 18, foi negligenciada por Polanyi na sua explicação sobre a emergência do mercado autorregulável global.

Em 1999, Fiori lançou o livro: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, com objetivo de investigar historicamente e através de uma análise combinada da política e da economia: os movimentos no sistema interestatal, a desigual distribuição de riqueza e o desenvolvimento econômico das nações. Em especial, no segundo capítulo desta obra, Fiori (1999) retoma a pesquisa de Polanyi. Todavia, ainda que o autor destaque a validade e a originalidade da pesquisa de Polanyi para a EPI, ele também destaca uma fragilidade do arcabouço conceitual d'ODM: "a passagem do conflito social e de classes para o plano da desestabilização e ruptura da ordem política internacional associada ao funcionamento do padrão-ouro" (FIORI, 1999, p. 59).

Assim, com objetivo de trabalhar o elo frágil da obra de Polanyi, Fiori (1999, p. 59–64; 2000, p. 12) aponta que o contramovimento de proteção da sociedade possui duas faces. A primeira, investigada por Polanyi, ressalta a defesa da subsistência do homem. Já a segunda, parcialmente investigada por Polanyi e alvo de sua pesquisa, sublinha a questão da capacidade do Estado nacional de promover a subsistência do homem.

Nesse sentido, ao investigar o processo d'ODM, Fiori conclui que devem ser adicionadas à formulação original de Polanyi três dimensões: (1) a do caráter permanente d'ODM, após a emergência das sociedades modernas; (2) a das múltiplas determinações d'ODM, seja do lado favorável à economia de mercado ou à autoproteção da sociedade; e (3) a da progressividade das proteções, da população e da unidade político-territorial, ou do Estado nacional. Ou seja, as duas formas de proteção caminham juntas. E, portanto, a defesa da subsistência do homem em uma territorialidade conecta-se à luta, do poder político desta territorialidade, pela modificação e pela redistribuição do poder e da riqueza mundial.

Fiori sublinha, então, a existência de uma contradição estrutural do sistema interestatal capitalista. E, nela, há também dois princípios:

> Num extremo, a realização ideal do primeiro princípio (...) aponta para a criação financeira de um império universal. O que se poderia chamar de "lei de Bukharin". Enquanto que o segundo princípio (...) aponta para a guerra econômica ou militar, que estimula o refortalecimento constante e crescente dos Estados que se propõe a competir no jogo financeiro e geopolítico. O que se poderia chamar de "lei de

> Weber", para quem a substituição dos Estados nacionais por um império mundial representaria, simultaneamente, o perecimento do capitalismo. Um só império seria sinônimo de um só território econômico, com uma só moeda. Isto suporia a eliminação simultânea das soberanias políticas e das moedas nacionais dissolvidas no comando único, político e monetário, do império que passaria a ser responsável pela política monetária e orçamentária de todas as suas provinciais. Nesse caso, se eliminaria também o próprio habitat do capital financeiro, que se alimenta da competição interestatal. O cenário mais provável para este império pós-capitalista seria uma tendência ao estado de estagnação ou a uma grande reversão histórica, em direção ao que foi, durante séculos, o império chinês (FIORI, 1999, p. 63).

Como bem pontua Letícia Ferreira (2019, p. 42) "Logo, a ideia de um só império financeiro e político global é tão utópica quanto a de um sistema de mercado autorregulável." Ainda, como aponta Fiori, esta "é uma contradição que está na origem e na essência do sistema interestatal de gestão do capitalismo, e que se mantém ainda quando mude sua forma e intensidade" (FIORI, 1999, p. 63). Mas qual a diferença entre essas duas facetas do movimento de autoproteção social e como elas se relacionam? Talvez o ato de governar exemplifique a questão.

Governar uma sociedade é lidar com dois conflitos essenciais: (1) a questão da estabilidade e prosperidade interna; e (2) o dilema da segurança internacional, a questão da preservação social de uma unidade político-territorial. E a gestão desses problemas se materializa no desenvolvimento do mercado interno nacional, sob as diretrizes de um dado Estado nacional.[12] Portanto, para um governante, o desenvolvimento do seu mercado interno é essencial tanto para a defesa da subsistência da sua população como também para a promoção da capacidade de proteção do Estado, contra as várias ameaças externas. A expansão do mercado interno responde simultaneamente tanto ao fortalecimento do Estado nacional como à defesa das condições de vida de uma população. Todavia, tendo em vista o arcabouço conceitual d'O Duplo Movimento, esse é um processo dialético, ao passo que conforme o mercado interno se desenvolve fortalecendo o Estado nacional e a capacidade de subsistência

[12] "Para analisar o papel do Estado nacional na instituição da economia de mercado, Polanyi explorou o papel do mercado na organização de três tipos de comércio: local, externo ou interno. Para ele, o papel do mercado como veículo para o comércio muda de acordo com sua função e origem. Historicamente, no comércio local intercambiam-se bens originários na própria região, ou porque eles são pesados e volumosos ou porque são perecíveis. Por outro lado, o comércio externo oferece bens ausentes naquela região particular. Ocorre que ambos são geralmente geograficamente distantes, tendo suas origens nas necessidades da sociedade para salvaguardar a si mesma. Nestes casos, os mercados são basicamente organizados nas formas de feiras ou portos e agrupam bens que não se sobrepõem uns aos outros. Consequentemente, o comércio local e externo são complementares e não engendram competição entre eles. Entretanto, a origem e o caráter do mercado interno ou nacional é completamente diferente. Segundo Polanyi, na época do mercantilismo, a intervenção do Estado absolutista sobre seu domínio territorial para prover os recursos à sua burocracia e exército levou à criação de barreiras artificias que afetaram a relação de complementariedade entre o comércio local e externo. Por meio de um sistema de tributação o Estado promoveu, em contraste, um excesso de bens similares na escala do país, engendrando a competição entre o comércio local e externo, dando origem, assim, ao mercado interno ou nacional" (SANTOS, 2016, p. 195).

de um povo, ele também promove a competição capitalista e a própria expansão da mercantilização.

1.3. COMO INTERPRETAR O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NO BRASIL, NOS QUADROS DO CAPITALISMO HISTÓRICO, EM MEIO ÀS FORÇAS D'O DUPLO MOVIMENTO?

1.3.1. A geografia, a formação das unidades político-territoriais e a acumulação de poder e de riqueza

Apesar d'O Duplo Movimento ser um elemento estrutural das sociedades modernas, a sua configuração é distinta em cada unidade político-territorial que compõe o sistema interestatal. Ou seja, embora as tensões da modernidade sejam as mesmas, elas se expressam de múltiplas formas no tempo e no espaço.

Nesse ponto, Metri (2018, p. 511) destaca que o espaço geográfico atua decisivamente na trajetória das civilizações.[13] Ou seja, a geografia condiciona o movimento dos homens. Nesse sentido, o espaço configura uma dimensão essencial da vida, pois todo fenômeno social ocorre em com uma determinada geografia.

Ainda, ao tratar dessa questão, Metri (2018, p. 513) sublinha que a dimensão física do espaço não é apenas uma moldura rígida, mas é também uma estrutura que se modifica ao largo do tempo, a partir da ação humana. Então, a geografia possui duas facetas a física e a humana. E, nessa perspectiva, há uma inter-relação entre elas. Pois o espaço físico se transforma em meio aos movimentos sociais. E, nesse ponto, foi a pesquisa de Jean Gottmann (1975) que contribuiu para o entendimento da transformação dos espaços concretos em territórios. Gottmann sugeriu que "território é uma porção do espaço concreto, acessível às atividades do homem e por ele delimitado, repartido, contínuo e diversificado, cuja organização, uso e exploração, inclusive econômica, dão-se necessariamente por regulares intervenções políticas" (METRI, 2018, p. 514).

Há, então, uma dimensão arbitrária na concepção dos territórios. E mais, o interessante da ideia de Gottmann é o caráter evolutivo dos territórios. Ao longo da história novos espaços tornaram se acessíveis ao homem, como, no passado, o espaço aéreo e, mais recentemente, no

[13] Para um aprofundamento do caso brasileiro, consultar *Bases Da Formação Territorial Do Brasil: O Território Colonial Brasileiro No Longo Século XVI*, de Antonio Moraes (1991).

Brasil, o pré-sal. Logo, esse conceito pode ser utilizado para investigar a trajetória das mais diversas sociedades, baseadas num território determinado (METRI, 2018, p. 514).

Outra dimensão desse conceito é que há uma precedência da dimensão política em relação à dimensão econômica. Ou seja, não há nenhuma atividade econômica desconectada de um espaço concreto e de uma estrutura política. Nessa questão, em especial, é possível aproximar a investigação de Gottmann daquela empreendida por Polanyi.[14] Há, ainda, uma terceira dimensão do conceito de território desenvolvido por Gottmann. Ele se perguntou quais seriam os motivos que levariam a constituição e ao desenvolvimento dos territórios. Resumidamente, a sua explicação aponta duas razões: a primeira conversa com as necessidades de defesa de um agrupamento social e a segunda toca no aproveitamento de oportunidades econômicas (METRI, 2018, p. 514-515).

Metri comenta também que Gottmann (1975) tratou da gênese dos territórios, mas não se concentrou no desenvolvimento e na trajetória das unidades político-territoriais. E, nesse sentido, ao abordar o movimento das unidades político territoriais, é possível ligar o conceito de território, desenvolvido por Gottmann, à pesquisa de José Luís Fiori (1999, 2004, 2010).

1.3.2. A dinâmica expansiva do capitalismo histórico, aos olhos de Fiori

Fiori, tal como Wallerstein e Arrighi, destaca que o longo século 16 foi decisivo na história da humanidade. Entre 1450 e 1650, na Europa, emergiram os Estados nacionais, consagrando o sistema interestatal. Nesse processo, através da competição entre os Estados nacionais, o capitalismo floresceu. E, sem dúvidas, o evento que marca essa conjuntura foi o Tratado de Vestfália (1648). No entanto, como Fiori interpreta Vestfália?

Primeiramente, em sua visão, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi resultado direto do lento processo de recentralização política, remoneterização e expansão comercial, que teve início na Europa entre os séculos 12 e 13. (ibidem, 2004, p. 132). E nesse processo, Fiori destacou "o jogo das guerras". Em sua interpretação, ele concorda com a distinção entre

[14] "Apesar de tratar de outras questões e abordar outros temas relacionados à economia e seu lugar na sociedade, Karl Polanyi [...] partiu do espaço concreto em que vive o homem para desenvolver sua crítica ao tratamento convencional da economia formal com base no conceito de economia substantiva por ele desenvolvido. Para o autor, ao centro do problema relativo à subsistência do homem está a ideia de que as sociedades não podem existir sem um meio físico que as sustente, em razão da própria dependência do homem à natureza, sendo a função da economia substantiva o suprimento de recursos materiais para a sociedade em geral. Ao partir disso, o autor analisou algumas formas de interação institucionalizada do homem com o meio natural em diferentes sociedades (tribais, arcaicas e modernas). Desse modo, para repensar a economia e reinseri-la na sociedade, Polanyi pôs ao centro de sua reflexão o meio físico (o espaço concreto), o que o permitiu pensar sobre a subsistência do homem a partir de lentes mais interdisciplinares, quando comparada com a da ciência econômica tradicional, sem cometer as mesmas simplificações comuns a esta" (METRI, 2018, p. 514–515).

economia de mercado e capitalismo. Todavia ele sublinha a complexidade de se conectar "o jogo das trocas" aos lucros extraordinários sem a mediação do poder e das guerras. Portanto, para Fiori, "a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do "jogo das trocas" [...]. Veio do mundo do poder e da conquista" (idem, p. 133).

Neste ponto, Fiori levanta a questão: porque as unidades político-territoriais na Europa medieval tiveram que se expandir e conquistar novos territórios? Para Tilly (1996), a guerra é uma consequência provável – ou inevitável – de uma expansão territorial defensiva, feita ao mesmo tempo por duas unidades fronteiriças que se propõem a construir suas "zonas de segurança" num mesmo território. Na mesma linha, Herz (1950) apontou que dentro de qualquer sistema anárquico de poder, para garantir sua própria segurança, os estados são levados a adquirir cada vez mais poder para escapar do poder dos outros. Sua formulação ficou conhecida como o "dilema da segurança". Já para Elias (1994), a mera preservação social, exige, na livre competição, uma expansão constante: quem não sobe, cai. Em suma, a expansão contínua dos territórios, através das guerras, era uma consequência inevitável da necessidade de zelar pela preservação da existência social. Ainda, essa interpretação ecoa na obra de Maquiavel. Para o pensador florentino: a preparação infindável para a guerra deve ser a atividade principal de todos os príncipes, porque, no 'jogo das guerras' [...] só existem os poderes que conquistam e os que se defendem. (METRI, 2018, p. 524).

Por essas razões, as unidades político-territoriais europeias desenvolveram máquinas de guerra cada vez mais poderosas. Ainda, uma das suas características essenciais é que elas iam além do aspecto bélico, pois sua viabilidade era assentada na pujança econômica. Portanto, nessa história, num primeiro momento, o acúmulo de terras conversava com o fortalecimento militar e econômico. Mas, como pontua Elias, enquanto a terra se manteve como a forma dominante de riqueza e predominavam as trocas não monetárias (o escambo), os monopólios de poder possuíam uma forte tendência centrífuga, descentralizadora. O fortalecimento dos centros de poder – e, portanto, o fim da tendência centrífuga – ocorreu quando a moeda sobrepujou a terra e se afirmou como a forma dominante de riqueza.

Adicionalmente, em meio ao processo de introdução das moedas pelos poderes políticos, o pagamento de tributos em dinheiro estimulou as trocas comerciais e o crédito. Nesse quadro, "criou-se um círculo vicioso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados. A multiplicação das guerras e o crescimento dos exércitos". (FIORI, 2010, p. 136).

Além da questão monetária, as próprias guerras estimularam o comércio e as finanças.

Pois, em meio aos conflitos, havia "o problema do 'câmbio' [...] entre as moedas dos territórios e das populações envolvidas no conflito e nas transações comerciais indispensáveis à sustentação das tropas". E para solucionar esses problemas, foram desenvolvidas, por exemplo, as letras de câmbio, que, acima de tudo, intensificaram a acumulação da riqueza privada. (ibidem, p. 137-138).

Ainda que em certas regiões europeias tenha ocorrido uma relevante expansão comercial, esta ocorreu em paralelo com outra expansão maior para fora da Europa, em direção ao Oriente. E foram essas ligações comerciais e financeiras, na época, capitaneadas por Veneza e Gênova com o mundo extra europeu, que constituíram o comércio de longa distância.

Entretanto, nem a difusão da moeda nem a expansão comercial solucionaram totalmente a necessidade de recursos econômicos das unidades político-territoriais europeias em constante guerra. Assim, Fiori argumenta que foi outro instrumento financeiro, a dívida pública, que solucionou tal questão. E o desenvolvimento da dívida pública remonta também às cidades do norte da Itália. Foi lá que nasceu o sistema bancário moderno, ligado ao comércio de longa distância e à administração das dívidas da igreja (FIORI, 2004, p. 30–31).

Isoladamente, nem a guerra, nem a moeda ou o comércio explicam a emergência do sistema interestatal capitalista. A singularidade europeia adveio da associação da necessidade de conquista com a necessidade de riqueza. Ainda, Fiori destaca que o casamento entre as lógicas expansivas do poder e da riqueza fortaleceu ambos os processos. Pelo lado político, a expansão da riqueza e os instrumentos financeiros fortaleceram as máquinas de guerra europeias. Já do lado comercial-financeiro, o suporte econômico privado a um determinado projeto político resultava em concessões a posições privilegiadas e era, portanto, capaz de proporcionar renovados lucros extraordinários. "Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político".

Dessa forma, o eixo central do programa de pesquisa do poder global é a dinâmica dos blocos político-econômicos compreendidos pelos Estados nacionais, verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza, criadas pelos europeus. Nesse ponto, Fiori aponta que os Estados nacionais foram o produto final de um longo processo de acumulação de poder e riqueza iniciada na Europa, no século 12. Ainda, nesse pensamento, o Tratado de Vestfália consagrou o Estado nacional como um instrumento poderoso tanto para a condução da guerra como para o enriquecimento (FIORI, 2004, p. 140). E, conforme destacou Weber:

> [Os] estados nacionais concorrentes viviam numa situação de luta perpétua pelo poder, na paz ou na guerra. Essa luta competitiva criou as mais amplas

> oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Os estados separadamente tiveram que competir pelo capital circulante, que lhe ditou as condições através das quais poderia auxiliá-los a ter poder. Portanto, foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento. (WEBER, 1961, p. 249 apud FIORI, 2004, p. 36–37).

Assim, depois de Vestfália, o "jogo das guerras" conservou sua centralidade na dinâmica da acumulação de poder. Nesse sentido, entre os Estados nacionais, manteve-se a regra medieval: quem não sobe, cai. Todavia as formas de conquista se transformaram. Por exemplo, no longo século 16, como comenta Tilly (1996) ao passo que os projetos imperiais na Europa fracassavam, emergiram os Estados nacionais e eles, contraditoriamente, edificaram impérios ultramarinos cada vez maiores, fora do continente europeu. E nesse quadro, enquanto certos Estados nacionais europeus se fortaleciam, suas lutas nas zonas imperiais se intensificavam.

Nesse ponto, Fiori destaca que, desde o início, o sistema interestatal capitalista foi guiado pela competição entre as grandes potências ou Estados nacionais movidos por uma espécie de vontade imperial. Tal grupo sempre foi historicamente restrito e hierarquizado. E mais, a força que expandiu mundialmente o sistema interestatal capitalista europeu, formalizado em Vestfália, foi a competição geopolítica e geoeconômica entre as grandes potências.[15]

Logo, nessa perspectiva, a formação do sistema interestatal capitalista não foi o resultado de uma somatória simples e progressiva de territórios, países e regiões, foi uma criação do poder expansivo de alguns Estados nacionais europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante as suas lutas pelo poder global[16] (FIORI, 2004, p. 39-41). Nessa competição, o elemento essencial é a conquista permanente de novas posições monopólicas, capazes de gerar lucros extraordinários. Esse é, portanto, o motor do sistema capitalista. E, ao contrário do senso comum institucionalista, a acumulação capitalista nunca esteve associada à manutenção das regras e instituições.

> Pelo contrário, na competição capitalista, os que ganham são sempre os que demonstram mais capacidade para contornar ou romper as regras e as instituições

[15] E, na história de formação do sistema interestatal capitalista, é possível identificar duas ondas expansivas: a primeira ocorreu entre os séculos XV e XVIII e a segunda entre os séculos XIX e XX. Nesses dois passos imperiais, as grandes potências europeias capitanearam a formação do sistema político mundial. Em primeiro lugar, porque aproximaram e integraram as diversas economias-mundo e políticas-mundo do globo. Em segundo, pois foi no espaço colonial destes "territórios-políticos" que nasceram e se multiplicaram os estados nacionais extraeuropeus. (FIORI, 2004, p. 38–39).

[16] E vale ressaltar que o território do sistema interestatal foi sempre mais amplo que o território capitalista. Portanto, nessa ótica, a competição capitalista sempre teve novos espaços a serem disputados e conquistados (FIORI, 2004, p. 45–46).

> construídas em nome do mercado e da competição perfeita e que cumprem o papel de bloquear e atrasar o acesso às novidades, dos concorrentes que se submetem às regras ou se atrasam em rompê-las (FIORI, 2004, p. 44-45).

Nessa história, portanto, não há estabilidade e toda situação hegemônica é transitória, pois "o próprio *hegemon*, acaba se desfazendo das regras e das instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus 'liderados'" (FIORI, 2007, p. 143). Assim, na perspectiva do poder global, o elemento que estabiliza – sempre de forma passageira – o sistema interestatal capitalista não é a existência de um *hegemon*, mas sim "a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências". (FIORI, 2007, p. 143).

Em suma, após o século 12, teve início, na Europa, um lento processo de recentralização política, remoneterização e expansão comercial. Nessa história, a pressão geopolítica e as guerras foram centrais. Em especial, o tratado de paz da Guerra dos Trinta Anos marcou a emergência do sistema interestatal capitalista e a ascensão dos Estados nacionais, poderosas máquinas de acumulação de poder e riqueza. No entanto, após Vestfália as guerras continuaram a ser a força motriz das unidades político-territoriais. Assim, através das guerras, o sistema interestatal europeu, se expandiu mundialmente.

Entretanto, para Fiori, a expansão e a universalização do sistema interestatal capitalista não foi uma obra exclusiva do capital. Foi resultado da aliança entre os poderes político e econômico, em meio a uma incessante competição. E mais, essa aliança moldou a forma e o ímpeto dos Estados nacionais. Assim, o sistema interestatal capitalista contemporâneo é o resultado da competição e da expansão dos Estados nacionais, que conseguiram "impor a sua moeda, a sua dívida pública, o seu sistema de crédito e o seu sistema de tributação, como lastro monetário do seu capital financeiro dentro destes territórios econômicos supranacionais e em expansão contínua" (FIORI, 2004, p. 46). Portanto, os Estados nacionais vitoriosos foram sempre aqueles que conseguiram controlar territórios políticos e econômicos supranacionais mais amplos do que o de seus concorrentes, seja na forma de colônias, domínios ou de periferias independentes. Como consequência, o sistema interestatal capitalista será sempre desigual. Ou seja, "a lógica expansiva do sistema impõe a promoção e renovação contínua de situações que, por definição, serão sempre desiguais" (FIORI, 2004, p. 46).

E, além de desigual, o sistema interestatal capitalista será sempre expansivo, movido pela competição entre as grandes potências. Todavia, há uma contradição estrutural nesse sistema. O poder global nunca poderá ser alcançado, pois é a competição interestatal a base da

acumulação de poder e riqueza. Logo, como pontua Fiori (1999, p. 63), esta "é uma contradição que está na origem e na essência do sistema interestatal de gestão do capitalismo, e que se mantém ainda quando mude sua forma e intensidade". E caso a competição capitalista termine, o "cenário mais provável [...] seria uma tendência ao estado de estagnação ou a uma grande reversão histórica, em direção ao que foi, durante séculos, o império chinês".

1.3.3. A singularidade dos espaços geográficos nos quadros do capitalismo histórico

Em meio à dinâmica intrinsecamente competitiva e expansiva do capitalismo histórico e seu sistema político interestatal, as político-territoriais são hierarquizadas em função do seu poder e da sua riqueza. Dessa forma, elas respondem às pressões sistêmicas de variadas formas, mais agressivamente ou defensivamente, em função da sua posição na hierarquia do sistema interestatal.

Nesse ponto, ao tratar da singularidade de cada Estado nacional, Metri (2018, p. 517-519) destaca que cada unidade política está fixada em um território único, que possui certas dotações físicas e é transformado de distintas maneiras pela ação do homem. Mas, também e sem dúvidas, o desenvolvimento de um território conversa com as pressões sistêmicas do capitalismo histórico. Pois, como o próprio Maquiavel reconheceu, diante dos desafios sistêmicos, a capacidade de defesa e conquista depende do provimento regular de recursos materiais e humanos, ou seja, depende da pujança econômica.

O capitalista histórico, portanto, se estrutura em torno de uma miríade de unidades político-territoriais rivais, sendo marcado estruturalmente pela pressão competitiva. No entanto, nesse sistema, a força dessas unidades é relativa. Ou seja, tal sistema é estruturalmente assimétrico, ainda que não estático. Há espaço para a ação individual das unidades político-territoriais. E, nesse quadro, o saber geográfico é estratégico.[17] O conhecimento e desenvolvimento do território, pela força estatal, são imprescindíveis ao enriquecimento e ao fortalecimento das forças de segurança. Ou, no limite, para a mera preservação social, como frisou Elias (1994).

[17] Ainda, olhando para essa questão, Maquiavel, no século 16, formulou o conceito de *virtú*. Nele, diante dos desafios dinâmicos, os príncipes deveriam enriquecer o seu saber, dentre eles o geográfico, para responder as diversas ameaças (METRI, 2018, p. 517–518). Uma visão análoga a de Yves Lacoste. Pois, para ele, o conhecimento do espaço geográfico é imprescindível da prática militar (LACOSTE, 1985, p. 23 apud METRI, 2018, p. 518).

1.3.4. O papel dos bens estratégicos no contramovimento social e a luta interestatal pela redistribuição do poder e da riqueza

Tal como Polanyi reconhece, a dinâmica política tem precedência sobre as questões econômicas[18]. E, em meio ao balanço d'O Duplo Movimento, seguindo os passos de Polanyi e Fiori, a autoproteção da sociedade, a defesa da sua subsistência, conversa com a defesa da própria unidade político-territorial. Ou seja, as duas formas de proteção caminham juntas. E, portanto, a defesa da subsistência do homem em uma territorialidade conecta-se à luta, do poder político desta territorialidade, pela modificação e pela redistribuição do poder e da riqueza mundial.

Nesse sentido, para um governante, o desenvolvimento do seu território, ou melhor, o desenvolvimento do seu mercado interno é essencial tanto para a defesa da subsistência da sua população, como também para a promoção da capacidade de proteção do Estado, contra as várias ameaças externas. Então, uma questão interessante, para os propósitos deste trabalho, é que a estruturação e a condução desses processos defensivos, ao longo do capitalismo histórico, contou com a disponibilidade de certos bens estratégicos.[19] Nesse sentido, nesta pesquisa, foi investigado um desses bens, o siderúrgico. E, para tanto, foram exploradas as conexões entre o contramovimento brasileiro e o desenvolvimento da autossuficiência na produção siderúrgica.

Entretanto, ainda que os bens siderúrgicos sejam indiscutivelmente essenciais, existem outros bens estratégicos. Outra mercadoria, crucial para a captura de poder e de riqueza, é o navio.[20] E o debate acerca da relevância dos bens estratégicos remonta a própria origem da Economia Política. No século 17, William Petty (1623-1687) frisava a centralidade do poder naval. Para ele, a conquista inglesa dos mares seria um elemento essencial, tanto para a defesa das ilhas britânicas, como para a condução das atividades comerciais no ultramar. (PADULA; FIORI, 2019, p. 239–241).

Em continuidade ao pensamento de Petty, dois pensadores, Alexander Hamilton

[18] Ao tratar da crise da civilização liberal do século 19, Polanyi (2000, p. 27) destaca que: "[o] poder tinha precedência sobre o lucro. Por mais estreitamente que seus domínios se interpenetrassem, era sempre a guerra que estabelecia as leis dos negócios".

[19] Entre os séculos 16 e 18, os navios foram centrais. Com a revolução industrial, do século 19 em diante, o ferro e o aço se tornaram cruciais. Já no primeiro quartel do século 21, é possível argumentar que os chips passaram a ocupam uma centralidade análoga aos bens siderúrgicos, pois são centrais tanto para o desenvolvimento econômico como para a segurança nacional.

[20] Tendo em vista o papel dos navios, cabe ressaltar a investigação de Alfred Mahan. Na obra *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, de 1890, Mahan investigou as relações entre o poder naval e o poderio britânico no sistema interestatal (KAPLAN, 2012, p. 72–75). Tal estudo dialoga com a análise de Paul Kennedy. Para ele, o poder naval foi um elemento decisivo para a ascensão britânica no sistema interestatal (KENNEDY, 1989, p. 3; 67-69; 100).

(1755-1804) e Friedrich List (1789-1846), nos séculos 18 e 19, apontavam que era necessário conectar o desenvolvimento econômico as questões de segurança nacional. E a articulação entre riqueza e poder demandava a produção, a autossuficiência de certos bens estratégicos. Para List, as mercadorias da indústria de defesa são bens estratégicos. Neste raciocínio, em meio à ininterrupta competição do sistema interestatal, os ganhos políticos, proporcionados pela autossuficiência na produção de bens estratégicos, compensariam os custos econômicos, realizados no curto prazo (PADULA; FIORI, 2019, p. 245; 248–249).

Em suma, como mostram os casos da indústria siderúrgica e da construção naval, alguns bens são essenciais tanto para a estratégia militar como para a estratégia econômica. E neste trabalho, na esteira do pensamento de Petty, Hamilton e List, as mercadorias essenciais para os projetos militar e econômico serão tratadas como bens estratégicos.

Do ponto de vista militar, os bens estratégicos serão considerados aqueles necessários para as indústrias de defesa. Pois, em síntese – e como pontuavam Hamilton e List –, a autossuficiência na produção dos artefatos de defesa é uma condição essencial para a soberania nacional.[21] Já do ponto de vista econômico, é interessante resgatar a relevância do setor de bens capital. Os bens estratégicos são também bens de capital. Como pontuam Medeiros e Serrano, notadamente nas nações que não emitem a moeda internacional, o desenvolvimento do setor de bens de capital é essencial, tanto para a promoção do mercado interno como para a gestão estratégica das divisas internacionais[22] (MEDEIROS; SERRANO, 2001, p. 113–116).

1.4.CONCLUSÃO

Como argumentou Fiori (1999), a noção d'O Duplo Movimento é um elemento de perene do capitalismo. Porque, acima de tudo, ele exprime duas tensões centrais da modernidade. A primeira toca no embate que possui, de um lado, a busca pelo lucro e o processo expansivo de mercantilização e, do outro, a tentativa da sociedade de recuperar o

[21] E nas primeiras décadas do século 20, no Brasil, a siderurgia estava no centro das atenções dos militares, pois ela era essencial para a defesa nacional, para a autossuficiência do país no fornecimento, por exemplo, de: munições e peças de artilharia(VIEIRA; RICARDO, 2020, p. 792).

[22] Considerando que no processo de acumulação, os investimentos são induzidos pela expansão da demanda – lógica do supermultiplicador –, quando uma economia importa uma elevada proporção de bens de capital, o grosso do efeito acelerador fluí para o exterior. Assim, a internalização da produção de bens de capital desenvolve o mercado interno, pois conduz ao crescimento nos gastos autônomos, que gera um efeito multiplicador sobre o consumo e um efeito acelerador sobre o investimento. Adicionalmente, tal setor, reduz a restrição externa ao crescimento, via diminuição do coeficiente de importação. (MEDEIROS, C. & SERRANO, 2001, p. 113–116).

controle do mercado, da sua vida material. Já a segunda contradição esbarra no conflito entre a conquista do poder global e a existência do sistema interestatal, com sua diversidade de unidades político-territoriais. Ainda, a autoproteção da sociedade, a defesa da sua subsistência, conversa com a defesa da própria unidade político-territorial. Ou seja, as duas formas de proteção caminham juntas. No entanto, tais movimentos assumem diferentes formas, no tempo e no espaço.

Em especial, porque o capitalismo histórico é ancorado por um sistema político interestatal. Ou seja, é um sistema altamente competitivo, cuja força das unidades político-territoriais é relativa. Entretanto o capitalismo não é estático. Nele, apesar da permanência das hierarquias de poder e riqueza, há espaço para a ação individual das unidades político-territoriais. E, nesse sentido, o desenvolvimento do território, pela força estatal, é essencial para o enriquecimento e para o fortalecimento das forças de segurança. Portanto, o fomento das riquezas de um território responde a um projeto político, voltado, no limite, para a mera preservação social, como frisou Elias (1994).

Governar uma sociedade é, portanto, gerir continuamente as questões da estabilidade e prosperidade interna e da preservação social de uma unidade político-territorial. Ainda, tais agendas se materializam no desenvolvimento do mercado interno nacional, sob as diretrizes de um dado Estado nacional. Ou seja, a expansão do mercado interno responde simultaneamente tanto ao fortalecimento do Estado nacional como a defesa das condições de vida de uma população. Todavia, tendo em vista o arcabouço conceitual d'O Duplo Movimento, esse é um processo dialético e, ao passo que o mercado interno se desenvolve, potencialmente, fortalecendo o Estado nacional e a capacidade de subsistência de um povo, ele também promove a competição capitalista e a expansão da mercantilização.

Também nessa história, de desenvolvimento territorial, destacam-se, ao longo da história, uma série de indústrias estratégicas, como a naval e a siderúrgica. Porque, do ângulo militar, elas são essenciais para as indústrias de defesa e, do ângulo econômico, são também decisivas para a estruturação das indústrias de bens de capital e, dessa forma, para o desenvolvimento do mercado interno e para a gestão das divisas internacionais. (MEDEIROS; SERRANO, 2001; PADULA; FIORI, 2019). Em suma, o desenvolvimento das indústrias estratégias dialoga com ambos os vetores d'O Duplo Movimento, tanto a expansão da economia de mercado como os movimentos de autoproteção social.

2. CAPÍTULO 2: AS CONTRADIÇÕES D'O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO

2.1.A ERA D'O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO: ASCENSÃO, ESTRUTURA E AMBIGUIDADES

No início do século 19, após décadas de guerra, o Congresso de Viena (1814-1815) assinalou uma reorganização no tabuleiro político europeu, visando à manutenção de um equilíbrio de poder, com o objetivo de assegurar a paz. Mas, nessa época, como destaca Kennedy (1989, p. 139), apesar do certo equilíbrio de poder em terra, a Grã-Bretanha se destacava pelo poder naval e pela supremacia econômica, nas esferas produtiva, comercial e financeira, frente às demais potências europeias. Então, com os britânicos à frente, e conforme o artigo seminal de Gallagher e Robinson (1953), teve início a era d'O Imperialismo de Livre Comércio.

Ao tratar desse período, Kennedy (1989, p. 143–144) sublinha três importantes características. Primeiro, após as Guerras Napoleônicas, foi edificada uma rede econômica verdadeiramente mundial, centrada na Grã-Bretanha. Segundo, apesar da permanência das guerras, por aproximadamente cem anos, não houve um conflito generalizado entre as grandes potências.[23] E terceiro, com a difusão da Revolução Industrial, ocorreu uma transformação na dinâmica das guerras: a industrialização passou a ser essencial para o esforço militar.[24] E, nesse ponto, como ele próprio destaca:

> Essa série de fatores – o crescimento da economia internacional, as forças produtivas estimuladas pela Revolução Industrial, a relativa estabilidade da Europa, a modernização da tecnologia militar e naval, e a ocorrência apenas de guerras localizadas e de curto prazo – favoreceu naturalmente mais a algumas das grandes potências do que a outras. Na verdade, um desses países, a Inglaterra, beneficiou-se tanto das tendências econômicas e geopolíticas gerais da era posterior a 1815 que se tomou um tipo de potência diferente do resto (KENNEDY, 1989, p. 145).

[23] "O século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos, 1815-1914. Além da Guerra da Criméia [...] a Inglaterra, a França, a Prússia, a Áustria, a Itália e a Rússia estiveram em guerra uns com os outros apenas durante dezoito meses" (POLANYI, 2000, p. 19).

[24] "Com a importante exceção da Guerra Civil Americana, o período de 1815-1885 não testemunhou lutas militares prolongadas e mutuamente exaustivas [...]. Não obstante, todas essas guerras – quer travadas no vale do Tennessee ou na planície boêmia, na península da Criméia ou nos campos da Lorena – levavam a uma conclusão geral: as potências derrotadas eram as que tinham deixado de adotar a "revolução militar" de meados do século XIX, de adquirir as novas armas, de mobilizar e equipar grandes exércitos, de usar as melhores comunicações proporcionadas pelas ferrovias, o navio a vapor e o telégrafo, e não dispunham de uma base industrial produtiva para manter as forças armadas" (KENNEDY, 1989, p. 187–188).

Então, conforme a análise de Polanyi (2000, p. 17), dada a sua singular posição no sistema interestatal, a Grã-Bretanha foi responsável pela edificação e promoção das principais instituições da ordem mundial deste período: (1) o sistema de equilíbrio de poder, conhecido como Concerto Europeu; (2) o padrão monetário internacional, o padrão-ouro; (3) o mercado autorregulável; e (4) o Estado liberal. Ainda, nas palavras do autor:

> [A] fonte e matriz do sistema foi o mercado autorregulável. Foi essa inovação que deu origem a uma civilização específica. O padrão-ouro foi apenas uma tentativa de ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional; o sistema de equilíbrio de poder foi uma superestrutura erigida sobre o padrão-ouro e parcialmente nele fundamentada; o estado liberal foi [...] uma criação do mercado autorregulável (POLANYI, 2000, p. 17).

Na construção das estruturas institucionais d'O Imperialismo de Livre Comércio, a emergência do mercado autorregulável foi decisiva. Assim, como sublinha Polanyi (POLANYI, 2000, p. 17): "a chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado".

E, adicionalmente, vale lembrar que o mercado autorregulável emergiu na Grã-Bretanha, entre o final do século 18 e início do século 19, em meio à Revolução Industrial. Mas, a partir das ilhas britânicas, ao longo do século oitocentista, ele se expandiu globalmente. Entretanto essa expansão não foi automática. Ela contou com o apoio do Estado britânico. Ou seja, sem a atuação estatal, a ascensão global do mercado autorregulável seria impossível.[25] E mais, as ações britânicas, em prol da expansão da mercantilização e da acumulação de riqueza, englobaram também a esfera ideológica-cultural, porque "[o] liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado" (POLANYI, 2000, p. 166). Todavia é importante destacar que a conversão britânica ao liberalismo foi pragmática. Ela conversou com a posição da Grã-Bretanha no sistema interestatal, conquistada após a Revolução Industrial e as Guerras Napoleônicas. Lembrando que, como declarou Benjamin Disraeli, em 1846: "não havia nenhuma chance de mudar as leis da Inglaterra com uma doutrina abstrata" (SEMMEL, 1970

[25] Entre as décadas de 1830 e 1840, o Parlamento britânico promulgou quatro medidas decisivas para expansão do mercado autorregulável global: (1) Em 1834, o *Poor Law Amendment Act*, que sujeitou o mercado de trabalho britânico aos mecanismos de fixação de preços do mercado; (2) Em 1844, a *Peel's Bank Act*, que sujeitou mais estritamente a circulação monetária na economia doméstica aos mecanismos autorreguláveis do padrão-ouro; (3) em 1846, a Anti-*Corn Law Bill*, que abriu o mercado britânico para o fornecimento de grão de todo o mundo; e (4) em 1849, com a revogação dos *Navigation Acts* houve uma centralização do comércio mundial na Grã-Bretanha. (POLANYI, 2000, p. 169–170; SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 10; 14).

p. 146 apud SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 13). Portanto, por trás da retórica liberal, jazia a compreensão de que a Grã-Bretanha se beneficiaria ao praticar o comércio livre unilateral.[26]

Nesse ponto, Gallagher e Robinson destacaram dois aspectos inter-relacionados do projeto britânico de expansão do poder e da riqueza: o imperialismo e o livre comércio. Para os autores, no projeto britânico de expansão do poder e da riqueza, havia duas estratégias: (1) a constituição de um império informal, centrado na Grã-Bretanha; e (2) a expansão dos domínios territoriais do próprio Império Britânico. E longe de serem estratégias opostas ou representarem fases distintas da história do Império Britânico, ambas as estratégias foram utilizadas com o mesmo propósito: expandir o poder e a riqueza da Grã-Bretanha.

Nesse quadro, a estratégia britânica era voltada, no geral, para a expansão das relações econômicas, em prol do seu próprio enriquecimento. Todavia ambas as estratégias, tanto o império formal como o império informal, demandavam a articulação política do Estado britânico. E, dessa forma, ainda que a expansão britânica tendesse para as regiões com maiores oportunidades de lucro, as diversas considerações políticas eram essenciais. Dessa forma, como sublinham os autores, as questões de segurança tinham precedência sobre o lucro. E mais, embora Gallagher e Robinson apontem que ambas as formas de dominação britânica, informal e formal, visassem o mesmo propósito estratégico, sua articulação era visivelmente distinta. Para eles, a opção entre as distintas estratégias dialogava com aspectos econômicos e políticos do próprio território, bem como da geopolítica, em especial, a política das grandes potências rivais (GALLAGHER; ROBINSON, 1953, p. 5–6).

A América Latina é um caso ilustrativo do domínio informal britânico. Em meio às Guerras Napoleônicas, os britânicos souberam colher vantagens das tensões entre as metrópoles ibéricas e suas colônias no continente americano. No caso português, os britânicos trouxeram a família real ao território brasileiro e, nesse processo, firmaram tratados favoráveis aos seus interesses. Já no caso espanhol, os britânicos procuraram explorar as revoluções coloniais para destruir o monopólio comercial espanhol e, assim, conectaram tais mercados à sua economia industrial em expansão. Assim, após o primeiro quartel do século 19, os Estados latino-americanos passaram a orbitar o império informal britânico (GALLAGHER; ROBINSON, 1953, p. 8-10).

[26] Se o comércio livre unilateral possibilitou a Grã-Bretanha consolidar e expandir seu papel como o principal entreposto comercial e financeiro mundial, foi seu Império ultramarino [especialmente o domínio britânico do subcontinente indiano] que forneceu à Grã-Bretanha a flexibilidade e os recursos necessários para continuar aumentando a oscilação do mercado global centrado nos britânicos, e para praticar o comércio livre unilateralmente, apesar dos persistentes déficits em sua balança comercial (SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 14).

A estratégia britânica na América Latina foi um caso de sucesso. Entretanto houve também casos de insucesso, ou menor sucesso. No próprio continente americano, Gallagher e Robinson destacam o caso norte-americano. Nos Estados Unidos, os interesses econômicos britânicos transformaram a região sul em uma espécie de economia colonial. No entanto, na política norte-americana existiam outros projetos que iam além da exportação de bens primários. Nesse sentido, as elites norte-americanas não se associaram integralmente ao projeto da Grã-Bretanha. E, portanto, a associação parcial é explicada pelo desenvolvimento, nos Estados Unidos, de projetos alternativos associados à industrialização e ao fomento do mercado interno (GALLAGHER; ROBINSON, 1953, p. 10).

Nesse sentido, o caso dos Estados Unidos é interessante. Tal território fez parte do império formal britânico e ao se tornar independente passou a orbitar o império informal. Todavia, após a independência, parcelas da elite norte-americana passaram a defender projetos autônomos do poder britânico, pautados na indústria e no mercado interno. E como demonstra a Guerra Anglo-Americana (1812-1815), os britânicos, apesar do seu imenso poderio, careciam dos instrumentos necessários para subjugar os Estados Unidos e minar totalmente seus projetos autônomos. Ou seja, as instituições internacionais d'O Imperialismo de Livre Comércio não foram capazes de conectar integralmente os Estados em processo de industrialização à ordem mundial centrada na Grã-Bretanha, tal como foram capazes com os Estados primário-exportadores.

Nesse ponto, Gallagher e Robinson destacam uma questão: foi somente quando os instrumentos políticos e econômicos do império informal falharam em defender os interesses britânicos, sejam eles econômicos ou estratégicos, que emergiu a necessidade de promover uma significativa expansão geográfica do império formal, após a segunda metade do século 19 (GALLAGHER; ROBINSON, 1953, p. 12).

Nessa história, contraditoriamente, a crise das instituições d'O Imperialismo de Livre Comércio teve início quando o Estado britânico alçou seu zênite, em termos relativos. Como nota, por volta da década de 1860, com cerca de 2% da população mundial, o Estado britânico "era responsável por um quinto do comércio mundial, mais de dois quintos do comércio em bens manufaturados. Mais de um terço da marinha mercante do mundo usava a bandeira britânica, e essa parcela aumentava constantemente" (KENNEDY, 1989, p. 151). Ainda, como destaca Kennedy (1989, p. 153-155), nessa época, a força britânica repousava em três pilares: (1) na sua supremacia nos mares, sustentada Marinha Real;[27] (2) no seu controle

[27] Nos "80 anos que se seguiram a Trafalgar foi que nenhum outro país, ou combinação de países, desafiou seriamente o controle britânico dos mares" (KENNEDY, 1989, p. 153).

privilegiado de mercados e matérias-primas, por conta do seu grande império, tanto formal como informal;[28] e (3) na sua centralidade nas redes financeiras globais.[29]

No entanto, ao longo do século 19, a difusão industrial, para além das ilhas britânicas, minaria o poderio da Grã-Bretanha, em termos relativos. E, ao tratar dessa questão, Kennedy destaca as duas principais fragilidades do Estado britânico:

> [Primeiro,] vale notar que embora o advento da energia a vapor, do sistema fabril, das ferrovias e, mais tarde, da eletricidade, permitisse aos ingleses superar obstáculos físicos naturais à maior produtividade, e com isso aumentar a riqueza e a força do país, essas invenções ajudaram os Estados Unidos, Rússia e Europa central ainda mais, porque os obstáculos físicos naturais ao desenvolvimento de seu potencial em terras interiores eram muito maiores. Em palavras simples, o que a industrialização fez foi igualar as possibilidades de explorar os recursos indígenas de cada país e, com isso, eliminar algumas das vantagens até então desfrutadas por estados menores, periféricos, que combinavam atividades navais e comerciais, e transferi-las para os grandes estados com bases interioranas. [Logo, a] segunda debilidade estratégica potencial estava na crescente dependência em que a economia britânica se encontrava do comércio internacional e, o que é mais importante, das finanças internacionais (KENNEDY, 1989, p. 156).

Então, após meados do século 19, os processos de desenvolvimento industrial e de inovação científica, pouco a pouco, minariam o poderio, militar e econômico, relativo da Grã-Bretanha frente às demais unidades político-territoriais do sistema interestatal. Assim, entre o último quartel do século 19 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial, os Estados nacionais grandes, em termos territoriais e populacionais, industrializados e tecnologicamente avançados avançariam na hierarquia do sistema interestatal.

E assim, em meio a essas transformações, as instituições d'O Imperialismo de Livre Comércio, foram perdendo a capacidade de assegurar os interesses da Grã-Bretanha, tanto políticos como econômicos. Dentre os fatores que minaram a ordem britânica, vale destacar as estratégias de desenvolvimento dos capitalismos tardios, dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão, por exemplo. Em tais Estados, os desafios internos e a rivalidade geopolítica promoveram uma estratégia política e econômica rival àquela praticada pelos britânicos. Então, com o espraiamento da industrialização, como um produto da estratégia político-econômica de certos Estados nacionais, teve início um acirramento na competição sistêmica, aumentando definitivamente as contradições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio.

---

[28] Adicionalmente, "a situação geral era bem menos competitiva do que nos dois séculos anteriores, quando a Grã-Bretanha teve de lutar repetidamente pelas possessões, contra a Espanha, a França e outros estados europeus. [...]. Não será, portanto, exagero dizer que, entre 1815 e 1880, grande parte do Império Britânico existiu num vácuo de poder político, razão pela qual seu exército colonial pôde ser mantido em níveis relativamente baixos" (KENNEDY, 1989, p. 154).

[29] "Na verdade, esse elemento dificilmente pode ser separado do progresso geral industrial e comercial do país: o dinheiro era necessário para alimentar a Revolução Industrial, que por sua vez produziu muito mais dinheiro, na forma de rendimentos sobre o capital investido" (KENNEDY, 1989, p. 155).

2.2. O AUGE E A CRISE D'O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO (C.1870-C.1910)

2.2.1. A Segunda Revolução Industrial nos quadros da era d'O Imperialismo de Livre Comércio

Há um evento econômico que assinala o acirramento das contradições d'O Imperialismo de Livre Comércio. Em 1873, teve início uma grande crise econômica que perduraria até 1896. Nesse período, conforme a descrição de Landes (1969, p. 231), em meio ao aprofundamento das conexões mundiais e ao crescimento da produção mundial, ocorreu "a mais drástica deflação na memória do homem". Nela, os lucros encolheram e "o sistema econômico parecia estar desmoronando" (LANDES, 1969, p. 231). Na mesma linha, Hobsbawm (2005, p. 58-59) destaca que, nessa época, o que estava em jogo não era somente a depressão de preços, mas sim seu impacto nas taxas de lucro.

Os movimentos da indústria siderúrgica ilustram tais questões. Em duas décadas, entre 1870 e 1890, observando os cinco maiores produtores siderúrgicos,[30] a produção de ferro duplicou, saltando de 11 para 23 milhões de toneladas, e a produção de aço cresceu vinte vezes, de 500 mil para 11 milhões de toneladas (HOBSBAWM, 2005, p. 58). Mas, nesses anos, entre as décadas de 1860 e 1890, se estima que ocorreu uma queda de 80% a 90% no custo da produção siderúrgica (FERREIRA; CÂNDIDO, 1993, p. 228).

Assim, na indústria siderúrgica, tanto a expansão na produção como a redução nos preços foram o resultado de um ciclo de inovações tecnológicas. A primeira delas despontou na década de 1850, quando o inglês Henry Bessemer desenvolveu um novo processo de refino do aço: "o método Bessemer", que simplificadamente consiste em bombear ar no ferro-gusa, permitindo, assim, regular melhor o conteúdo químico da liga metálica. Assim, resumidamente, tal inovação[31] abriu o caminho para a produção de aço em larga escala ou a era do aço barato (FERREIRA; CÂNDIDO, 1993, p. 237).

O método de Bessemer, adicionalmente, expandiu a capacidade produtiva das usinas siderúrgicas, permitindo-as, em especial, produzir novos tipos de bens siderúrgicos, como canhões e placas blindadas. Ainda nessa história, as novas técnicas britânicas logo se

[30] No último quartel do século 19, os cinco maiores produtores siderúrgicos eram Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, França e Bélgica (PARRISH, 1956).

[31] No entanto, o método Bessemer possuía uma grande fragilidade. Com ele, não era possível produzir aço a partir dos minérios de ferro ricos fosforosos, o que representava uma considerável restrição à sua difusão. Por conta disso, por volta de 1876, foi desenvolvido o método Thomas, que introduziu modificações no convertedor Bessemer, tornando possível a eliminação do fósforo contido no minério de ferro, no processo de refino (FERREIRA. CÂNDIDO, 1993, p. 229).

difundiram. Na Alemanha, por exemplo, foram rapidamente adotadas e aprimoradas por Alfred Krupp, entre as décadas de 1850 e 1860[32] (SMILL, 2016, p. 23–25).

No entanto, a conquista do mercado siderúrgico pelo método Bessemer teve vida curta, pois entre as décadas de 1860 e 1880 foi desenvolvida uma alternativa melhor: o método Siemens-Martin (SMILL, 2016, p. 25–26). Os fornos Siemens-Martin ofereciam três vantagens: (1) maior flexibilidade em relação aos insumos; (2) maior versatilidade na produção de aço; e (3) maior controle na qualidade dos produtos siderúrgicos. E, assim, conforme Ferreira (1993, p. 228), tais "características explicam a difusão extremamente rápida do forno Siemens-Martin", que, em 1913, sobrepujaria o método Bessemer, firmando-se como o principal método da siderurgia industrial.[33]

Ainda, do ponto de vista geopolítico, a emergência do aço barato ocorreu em meio a um acirramento na competição interestatal. Lembrando, conforme a descrição de Polanyi (2000, p. 34–35), que após a década de 1870 as práticas de livre comércio cederam lugar a uma era de protecionismo e expansão colonial, sincronicamente quando a Alemanha aderiu ao padrão-ouro. E mais, no último quartel do século 19, com expansão dos processos de industrialização e modernização, o ritmo de transformações econômicas e políticas se acelerou. Assim, as movimentações, tanto para cima como para baixo, na hierarquia do sistema interestatal se dinamizaram e, notadamente, passaram a dialogar com o ritmo do progresso industrial e tecnológico. Como destaca Kennedy (1989, p. 194–195):

> A rede mundial de comércio e comunicações – telégrafos, navios a vapor, ferrovias, tipografia moderna – significava que as descobertas na ciência e tecnologia, ou os progressos na produção industrial, podiam ser transmitidos e transferidos de um continente para outro em questão de anos. Dentro de cinco anos da invenção de Gilcrist e Thomas, em 1879, de um processo de transformar minérios fosfóricos baratos em aço básico, havia 84 conversores básicos em operação na Europa central e ocidental, e o processo já tinha atravessado o Atlântico. O resultado foi mais do que uma modificação das respectivas parcelas nacionais da produção de aço: provocou também uma significativa modificação do potencial militar [...]. [Portanto] o elo entre a economia e a estratégia se estava tornando mais forte.

Nesse ponto, como sublinha Parrish (1956, p. 372–374), após 1870, nota-se um declínio relativo da indústria siderúrgica britânica em favor de novos centros produtivos, especialmente nos Estados Unidos e na Alemanha. Os Estados Unidos, ao final do século 19,

[32] Krupp almejava fundir armas uniformes e sem falhas. Tal projeto não foi rápido nem simples, mas, aproximadamente duas décadas à frente, os canhões Krupp foram decisivamente testados e validados na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) (MCNEILL, 1982, p. 238).

[33] Em 1880, a participação dos fornos Bessemer e Thomas na produção mundial de aço era de 86%, enquanto a do processo Siemens-Martin era de 12%. Em 1913, a situação inverte-se: 61% para os fornos Siemens-Martin e 38% para os convertedores Bessemer e Thomas (YACHIR, 1981, p. 34 apud FERREIRA; CÂNDIDO, 1993, p. 228).

alçaram a liderança da produção siderúrgica e, em 1913, sua produção siderúrgica passou a representar 40% da produção mundial. Já no palco europeu, após 1870, a produção siderúrgica alemã cresceu substancialmente, tornando a Alemanha, em 1913, o segundo maior produtor siderúrgico do mundo. Portanto, as vésperas da Primeira Guerra Mundial, os três maiores produtores siderúrgicos eram: os Estados Unidos, a Alemanha e a Grã-Bretanha. E juntos eles representavam quase 75% da produção mundial de aço (PARRISH, 1956, p. 386-387).

Adicionalmente, como destaca Hobsbawm (2005, p. 81–82), entre as décadas de 1870 e 1910, houve um *boom* de inovações tecnológicas, para além da siderurgia. Nessa época, despontaram as indústrias tecnologicamente revolucionárias, baseadas na eletricidade, na química e no motor a combustão. Como nota, em 1907, a Ford começou a fabricar seu modelo T. Mas, nesses anos, o principal grupo de inovações consistia no aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro e tais melhorias se materializaram nas turbinas e no aço. Assim, nessa época, os bens siderúrgicos mantiveram sua centralidade nas economias industriais ou em processo de industrialização. Olhando para a Europa, entre as décadas 1880 e 1910 foi construída a mesma quilometragem de ferrovias, que na "idade da ferrovia", entre c.1850 e c.1870. E o último triunfo da indústria britânica, o virtual monopólio britânico da construção naval, foi definido entre c.1870 e c.1910 (HOBSBAWM, 2005, p. 81-82).

Nos quadros da Segunda Revolução Industrial, o caso das transformações na indústria naval britânica é bastante útil, pois ele exprime as tensões dessa conjuntura. Basicamente, porque a longa depressão do século 19 (1873-1896) intensificou a competição no sistema interestatal e conduziu a uma corrida armamentista, que foi particularmente intensa no setor naval[34]. Vale sublinhar que tal corrida, ao promover uma onda de revoluções tecnológicas, distanciou, ainda mais, a capacidade bélica das grandes potências dos demais atores do sistema interestatal. Mas não houve somente uma expansão do poderio militar, houve também uma transformação na dinâmica da produção e na relação das empresas privadas com os Estados. Pois, em meio à crise econômica e ao acirramento da competição interestatal, as grandes potências passaram a assegurar contratos vantajosos, bem como financiamento para os grandes produtores nacionais. No entanto, como McNeill reconhece, essa não é uma história onde o poder político influi totalmente na dinâmica econômica, muito menos o

[34] Na Grã-Bretanha, nessas décadas, a "indústria de construção naval – vital tanto para a armada como para a florescente marinha mercante – ainda era excepcional, lançando mais de 60% da tonelagem mercante do mundo e 33% dos navios de guerra [...] o que oferecia algum consolo para os que temiam que o país se tomasse também dependente de alimentos e matérias-primas importados, em tempo de guerra" (KENNEDY, 1989, p. 224).

contrário. Essa história é sobre aprofundamento do casamento entre o poder político com o poder econômico, em prol tanto dos interesses do Estado nacional como das grandes empresas[35] (MCNEILL, 1982, p. 278-294).

Então, em meio à Segunda Revolução Industrial, as forças armadas passaram a demandar complexos industriais pujantes, maiores que qualquer coisa no setor privado. Assim, a indústria de defesa se tornou essencial para a guerra moderna. E, ainda que o Estado promovesse diretamente inúmeras iniciativas, despontaram também uma série de acordos entre o governo e produtores de armamentos privados, especialmente na artilharia e na marinha, dando início aos complexos industrial-militares. Mas, como destaca Hobsbawm (1995, p. 45-46), o principal problema dessa conjuntura era o financiamento das indústrias de defesa.

Assim, uma marca das indústrias dessa época foi que elas passaram a necessitar fundamentalmente de escala para se tornarem rentáveis[36] e, também, nesse processo, a atuação estatal foi decisiva[37]. E mais, entre as décadas de 1870 e 1910, a atenção governamental e o grosso dos gastos públicos se concentraram na preparação para a guerra. Tal conjuntura impulsionou, portanto, o crescimento da indústria bélica, cuja simbiose com estado é inegável. (HOBSBAWM, 2005, p. 84-85). E dessa forma, no caso da siderúrgica, ocorreu uma ampliação da escala e um substancial aumento na sua produtividade.

Após a década de 1870, portanto, a longa crise econômica deu início a uma onda de defesa das economias nacionais e, nesse processo, ocorreu uma expansão industrial. Nesse quadro, emergiram uma miríade de políticas protecionistas, notadamente críticas ao liberalismo britânico (HOBSBAWM, 2005, p. 68–69). Mas, o protecionismo e a industrialização, ao menos num primeiro momento, reforçaram a centralidade britânica na economia mundial. Assim, entre as décadas de 1870 e 1910, houve um fortalecimento do padrão-ouro e os britânicos mantiveram sua primazia nos circuitos financeiros ou *haute finance* (SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 14–15). Então, contraditoriamente, a Grã-Bretanha se afirmou como o maior exportador de capital e de serviços. Assim, à medida que o acirramento da concorrência minava a indústria britânica, a *City* de Londres e a marinha mercante britânica tornavam-se cada vez mais centrais para a economia mundial (HOBSBAWM, 2005,

[35] Nesse sentido, as indústrias de defesa e as forças armadas tornaram-se as principais forças de dois processos chave do século 20: a industrialização da guerra e a politização da economia (MCNEILL, 1982, p. 294).

[36] Tal como destaca Landes (1969, cap. 5), a segunda revolução industrial foi marcada pela intensa inovação tecnológica, elevado aporte financeiro e, centralmente, uma demanda substancial.

[37] Como mostra, por exemplo, o caso do complexo siderúrgico e militar francês ao expulsar os alemães do mercado russo. Por um lado, a conquista do mercado russo representou rentabilização da siderurgia francesa e uma notável expansão do volume de vendas, mas, por outro lado, só foi possível através do suporte e articulação do Estado francês (MCNEILL, 1982, p. 299-302).

p. 64-65; 80-81). Todavia, como ressaltam Panitch e Gindin, apesar do poderio – notadamente naval e financeiro – da Grã-Bretanha, a ordem internacional capitaneada pelos britânicos apresentava fragilidades, especialmente na administração das contradições associadas à expansão do capitalismo (PANITCH; GINDIN, 2004, p. 8).

2.2.2. A *haute finance*, as fragilidades e as contradições das instituições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio

Na era d'O Imperialismo de Livre Comércio havia uma grande fragilidade estrutural, produto da organização institucional do padrão monetário internacional: o padrão-ouro. Então, simplificadamente, seguindo a interpretação de Polanyi (2000), a *Pax Britannica* repousava nas finanças internacionais. Todavia tal estabilidade era uma consequência indireta de uma organização econômica, que visava, acima de tudo, a acumulação de riqueza. "Orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram, agora, funções da moeda e do crédito" (POLANYI, 2000, p. 33). Mas, nessa época, havia uma importante contradição, as finanças internacionais necessitavam da manutenção das redes econômicas globais e, portanto, da paz entre as grandes potências. Era uma estrutura frágil, mas também complexa e, em larga medida, central para a história da crise d'O Imperialismo de Livre Comércio. Para Polanyi (2000, p. 24):

> A *haute finance*, uma instituição *sui generis*, peculiar ao último terço do século XIX e ao primeiro terço do século XX, funcionou nesse período como o elo principal entre a organização política e a econômica do mundo. Ela forneceu os instrumentos para um sistema internacional de paz, que foi elaborado com a ajuda das Potências, mas que essas mesmas potências não poderiam ter estabelecido ou mantido. Enquanto o Concerto da Europa atuava apenas durante intervalos, a *haute finance* funcionava como agência permanente, do tipo elástico.

Entre último quartel do século 19 e as primeiras décadas do século 20, a finança internacional e a diplomacia das nações se aproximaram. No entanto, essa foi uma relação conflituosa. Nas palavras de Polanyi (2000, p. 26): "O objetivo da *haute finance* era o lucro; para atingi-lo era necessário um bom relacionamento com os governos cujo objetivo era o poder e a conquista". Adicionalmente, a *haute finance* era uma organização internacional,[38]

[38] "Os Rothschilds não estavam submetidos a nenhum governo; como família, eles incorporavam o princípio abstrato do internacionalismo; sua lealdade era para com uma firma, cujo crédito se tornara o único elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento [...]. Eles não eram realmente pacifistas; haviam feito sua fortuna financiando guerras; eram impermeáveis a qualquer consideração moral; não faziam objeção a qualquer número de guerras, pequenas, breves ou localizadas. Entretanto, seu negócio seria prejudicado se uma guerra generalizada entre as Grandes Potências interferisse com as fundações monetárias do sistema. Pela lógica dos fatos, coube a eles manter os requisitos da

mas ela não era completamente autônoma das diversas organizações nacionais.[39] Nesse sentido, o "poder tinha precedência sobre o lucro. Por mais estreitamente que seus domínios se interpenetrassem, era sempre a guerra que estabelecia as leis dos negócios" (POLANYI, 2000, p. 27). E, portanto, a "finança internacional tinha que enfrentar as ambições conflitantes e as intrigas das grandes e pequenas potências" (POLANYI, 2000, p. 28). Logo:

> O maior perigo que ameaçava os capitalistas da Europa, porém, não era o fracasso tecnológico ou financeiro e sim a guerra [...] generalizada entre as próprias Grandes Potências [...]. O comércio dependia agora de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada. Ele exigia a paz e as Grandes Potências se esforçavam por mantê-la [...]. Isto foi conseguido pela finança internacional, cuja própria existência incorporava o princípio de uma nova dependência do comércio à paz. (ibidem, p. 29-30).

2.2.3. As modificações na hierarquia, de poder e riqueza, do sistema interestatal

Dessa forma, após a década de 1870, gradativamente, o poderio britânico relativo começou a declinar.[40] Kennedy, por sua vez, destaca que a corrosão da força, econômica e militar, britânica foi resultado direto do espraiamento da industrialização, promovida via políticas protecionistas, notadamente nos Estados nacionais grandes, em termos territoriais e populacionais. Isso, porque a difusão industrial minava especialmente o peso e a preponderância britânica no comércio mundial. E mais, nesse processo, os Estados recém-industrializados ampliariam sua força militar. Portanto, tanto pelo ângulo econômico como pelo ângulo militar, a Grã-Bretanha, por ser a maior potência da época, era a nação mais prejudicada pelas alterações no *status quo* (KENNEDY, 1989, p. 220–223).

> Enquanto em 1880 o Reino Unido ainda encerrava 22,9% da produção mundial de manufaturados, esse número se tinha reduzido a 13,6% em 1913; e enquanto sua

---

paz geral em meio à transformação revolucionária a que foram submetidos os povos do planeta" (POLANYI, 2000, p. 25).

[39] "Além do centro internacional, a *haute finance* propriamente dita, havia uma meia dúzia de centros nacionais gravitando em torno dos seus bancos de emissões e bolsas de valores" (POLANYI, 2000, p. 25).

[40] Avaliando retrospectivamente, Kennedy argumenta que após 1870 "a história da Grã-Bretanha foi de declínio constante e quase ininterrupto, econômica, militar e politicamente, em relação às outras nações [...], porém [há] o perigo de exagerar e aumentar o ritmo desse declínio, e de não levar em conta os pontos fortes consideráveis no país [...]. A Grã-Bretanha era, em primeiro lugar, imensamente rica, tanto internamente como no exterior [...]. O grande número de guarnições imperiais, de postos para abastecimento de carvão aos seus navios, e bases da esquadra, facilmente reforçáveis por mar, colocavam-na em posição extremamente forte contra as potências europeias em qualquer conflito fora do continente. Assim como a Grã-Bretanha podia mandar ajuda às suas possessões de além-mar, assim também estas (em especial os domínios autônomos e a Índia) podiam ajudar o poder imperial com tropas, navios, matérias-primas e dinheiro – e nessa época os políticos de Whitehall cultivavam cuidadosamente seus colegas de além-mar para a causa de uma "defesa imperial" mais organizada" (KENNEDY, 1989, p. 224–225).

> parcela do comércio mundial era de 23,2% em 1880, passou a ser apenas 14,1% em 1911-1913. Em termos de força industrial, tanto os Estados Unidos como a Alemanha imperial tinham passado à sua frente. A "oficina do mundo" estava agora em terceiro lugar, não porque não estivesse crescendo, mas porque os outros cresciam mais depressa (KENNEDY, 1989, p. 223).

E, ao tratar desse quadro, Fiori (2000, p. 8) destaca a emergência de três grandes novidades.

> Primeiro, o núcleo europeu expande-se e abre suas portas, pela primeira vez, a dois Estados situados fora do seu território, os Estados Unidos e o Japão. Segundo, ao mesmo tempo, na Europa, a Alemanha se consolidou como um emergente poder político capaz de impor sua supremacia na Europa Central [...]. [Terceiro, neste período, se consolidaram as] estratégias econômicas do tipo 'neomercantilista' utilizadas por alguns Estados ou potências emergentes, em pleno auge da hegemonia ideológica do liberalismo econômico [...]. Foi neste momento e nos países atrasados onde o Estado e o capitalismo se construíram tardiamente [...] que o nacionalismo assumiu a forma de um projeto consciente e de uma vontade política coletiva e, portanto, também popular. Vontade que fez da homogeneização social e cultural, da "endogeneização econômica" e da industrialização sinônimos de "construção nacional".

Em meio a essas transformações, entre as décadas de 1870 e 1910, o poderio britânico, em termos relativos, arrefeceu. Mas, como destaca Kennedy (1989, p. 226), as vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Estado britânico "ainda era provavelmente a potência mundial 'número um', mesmo que sua liderança fosse menos acentuada do que em 1850".

Kennedy (1989, p. 210-211) argumenta ainda que, dentre as potências recém-chegadas, apenas a Alemanha e os Estados Unidos eram capazes de desafiar a ordem existente, liderada pelos britânicos. Porque, por um lado, o crescimento alemão minava, direta e indiretamente, o equilíbrio europeu e, por outro, ainda mais decisivo, a ascensão dos Estados Unidos arrefecia importantes pilares da primazia britânica. Na esfera econômica, por exemplo, na indústria siderúrgica, em 1901, somente a United States Steel produzia mais aço que toda a Inglaterra. E na arena internacional, a postura norte-americana foi se tornando mais assertiva no seu entorno regional. Nesse ponto, especialmente nas últimas décadas do século 19, se acirraram as tensões as com a Grã-Bretanha, por uma gama de questões, como: a delimitação da fronteira venezuelana, a redefinição da fronteira do Alasca, a alteração no acordo de controle do Canal do Panamá. E mais, em 1898, eclodiu uma guerra contra a Espanha, que resultou na expansão territorial norte-americana. Essas ações, portanto, ilustram a crescente disposição dos Estados Unidos de se afirmarem como a principal potência no hemisfério ocidental (KENNEDY, 1989, p. 236-238).

No entanto, as relações dos Estados Unidos e da Alemanha, por exemplo, com a Grã-Bretanha não eram pautadas somente pela competição. Nessa história, como sublinha Fiori (2004, p. 51), tais relações eram também paradoxais. Em suas palavras:

> Todos tiveram projetos nacionais expansionistas, se propuseram entrar no núcleo central das Grandes Potências e utilizaram retóricas nacionalistas. Mas, ao mesmo tempo, apesar do paradoxo aparente, todos mantiveram relações de complementaridade virtuosa e acumulativa com a economia-líder do Sistema Mundial [...]. Ou seja, no início, os países que escolheram este tipo de estratégia contaram com a 'desatenção' ou o 'convite' da potência econômica dominante, mas na hora em que se propuseram a se expandir para fora de suas fronteiras, foram bloqueados. Assim se pode compreender melhor porque estes projetos mercantilistas/nacionalistas de expansão do poder e do capital chegam sempre a um ponto de 'saturação' que os leva à guerra. Do nosso ponto de vista, seu 'belicismo' não foi uma consequência automática e necessária do seu nacionalismo ou mercantilismo. Na maioria das vezes, o que ocorreu foi exatamente o contrário: a guerra se impõe na hora em que estes 'estados-economias nacionais' se propõem a expandir para além de suas fronteiras nacionais e são bloqueados pelas potências que já haviam se expandido previamente, e que monopolizam e bloqueiam as novas oportunidades de expansão. Isto só não ocorreu no caso dos Estados Unidos porque sua expansão se deu de forma associada com a Inglaterra, que se transformou na sócia preferencial do novo poder ganhador.

2.3.A RUPTURA DA ERA D'O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO (C.1910-C.1940)

2.3.1. A Primeira Guerra Mundial

No último quartel do século 19, Estados nacionais populosos, territorialmente significativos e recém-industrializados, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, ascenderam na hierarquia de poder e riqueza do sistema interestatal. E, ao largo dessas transformações no sistema interestatal, as instituições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio entraram em crise. Em especial, porque as nações recém-industrializadas, diferentemente dos Estados primário-exportadores, eram protecionistas e competiam, em graus variados, com a Grã-Bretanha, minando as instituições liberais da ordem mundial. Dessa forma, como destaca Fiori (2004, p. 51), essa rivalidade evoluiu para um ponto de saturação, para a guerra. E assim, nas palavras de Edward Grey, na noite que a Grã-Bretanha e a Alemanha foram à guerra, "as luzes se apagam em toda a Europa" (HOBSBAWM, 1995, p. 22).

E nessa guerra, há um elemento singular. A grande guerra que eclodiu em 1914, conforme destaca Hobsbawm (1995, p. 29-30), foi travada como um tudo ou nada, ou seja, como uma guerra que só podia ser vencida por inteiro ou perdida por inteiro. Isso porque, desde aproximadamente o último quartel do século 19, a competição política e econômica haviam se fundido.[41] Logo, para os dois principais rivais desse conflito, Grã-Bretanha e

[41] "As 'fronteiras naturais' da Standard Oil, do Deutsche Bank, da De Beers Diamond Corporation estavam situadas nos confins do universo, ou antes, nos limites de sua capacidade de expansão Foi este aspecto dos novos

Alemanha, não havia um limite, político ou econômico, determinado. Nas palavras do autor: "era uma questão de ou uma ou outra" (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

Adicionalmente, conforme a interpretação de Polanyi (2000), a eclosão da Primeira Guerra Mundial não foi somente um movimento geopolítico, resultado da rivalidade anglo-germânica, como ressalta Kissinger. Muito menos um movimento puramente derivado da acumulação de capital, como frisou Lênin. A primeira grande guerra foi um produto das ambiguidades das sociedades modernas, bem como um resultado do enfraquecimento das instituições econômicas globais do século 19, frente às transformações político-econômicas mundiais, ocorridos entre as décadas de 1870 e 1910.[42]

2.3.2. A frágil ordem pós-1918 e a revolução mundial dos anos 30

Simplificadamente, a ordem internacional constituída após a Primeira Guerra Mundial era bastante frágil (KENNEDY, 1989, p. 270). Pois, nas palavras de Polanyi (2000, p. 37), "nem o sistema econômico, nem o sistema político mundial pareciam funcionar". Ainda, conforme a interpretação do autor (POLANYI, 2000, p. 37-38), os entraves à estabilidade eram os mesmos que levaram a eclosão do conflito mundial. E, nesse sentido, após 1918, existiam duas contradições centrais. A primeira era de natureza política. Com o desarmamento dos Estados derrotados, não houve uma reconstrução do sistema de equilíbrio de poder. A segunda era econômica, mais precisamente monetária. Após a guerra, não foi possível reconstruir totalmente o sistema monetário internacional,[43] um pilar fundamental da civilização do século 19.

A reedificação integral do padrão-ouro não ocorreu primeiramente porque, em 1919, "nenhum país europeu estava preparado para acompanhar os Estados Unidos na volta ao padrão-ouro" (KENNEDY, 1989, p. 273). Isso porque, após a guerra, os Estados europeus estavam endividados. Então, para saldar as dívidas, os europeus passaram a promover uma série de depreciações competitivas, como um meio de estimular as exportações. No entanto,

---

padrões da política mundial que desestabilizou as estruturas da política mundial tradicional" (HOBSBAWM, 2005, p. 439).

[42] "Na década de 1890, a *haute finance* estava no seu apogeu e a paz parecia mais segura do que nunca". Todavia, no início do século 20, o Concerto Europeu foi substituído por dois blocos de poder antagônicos. "A habilidade da *haute finance* em contornar a disseminação das guerras diminuía rapidamente" (POLANYI, 2000, p. 34–35).

[43] "Na falta de câmbios estáveis e liberdade de comércio, os governos das várias nações, como no passado, veriam a paz como um interesse menor, pelo qual lutariam apenas enquanto ela não interferisse com seus interesses maiores" (POLANYI, 2000, p. 38).

infortunadamente, no plano sistêmico, o resultado dessas políticas cambiais foi o aumento da instabilidade financeira e da rivalidade geopolítica (KENNEDY, 1989, p. 272-273).

Embora, em meados da década de 1920, o padrão-ouro estivesse praticamente restabelecido, sua estrutura não era a mesma da época anterior a Primeira Guerra Mundial. Como destaca Kennedy (1989, p. 273):

> [A] verdade era que o centro das finanças mundiais transferira-se naturalmente para o outro lado do Atlântico entre 1914 e 1919, quando as dívidas internacionais da Europa aumentaram e os Estados Unidos tornaram-se a maior nação credora. Por outro lado, a estrutura bastante diferente da economia americana – menos dependente do comércio exterior e muito menos integrada na economia mundial, com inclinações protecionistas (especialmente na agricultura) e não partidária do livre comércio, sem um equivalente perfeito do Banco da Inglaterra, flutuando muito mais instavelmente entre surtos de prosperidade e recessões, com políticos influenciados muito mais por grupos de pressão internos – significava que o sistema financeiro e comercial internacional girava em torno de um ponto central volátil e falho.

Assim, sob essas frágeis estruturas, entre o final dos anos 20 e o início da década de 1930, o padrão-ouro ruiu. Pois, como destaca Polanyi (2000, p. 39–40), a primeira grande guerra e os subsequentes tratados de paz solaparam as bases deste sistema monetário internacional. E dessa forma, ao longo da década de 1920, uma onda de crises econômicas culminaria com o rompimento definitivo do padrão-ouro.[44]

A primeira onda de crises ocorreu dentro das esferas nacionais, dadas às intensas flutuações cambiais, ao longo dos anos 1920. Nesse período, a instabilidade das moedas nacionais trouxe consequências internas e externas significativas. No plano externo, houve uma redução do comércio internacional e as "nações se viam separadas de seus vizinhos" (POLANYI, 2000, p. 40). Já no plano interno, "os vários estratos da população eram afetados de modos inteiramente diferentes e muitas vezes opostos. A classe média intelectual foi literalmente pauperizada; [enquanto] os tubarões financeiros acumulavam fortunas chocantes". (ibidem, p. 40). Portanto, nas palavras de Polanyi (2000, p. 41):

> A moeda tornou-se o pivô da política nacional. Sob uma economia monetária moderna, ninguém podia deixar de experimentar, diariamente, o encolhimento ou a expansão do bastão financeiro; as populações tornaram-se conscientes de que significava o dinheiro; o efeito da inflação na renda real era descontado adiantadamente pelas massas; em todos os lugares, homens e mulheres pareciam ver o dinheiro estável como a necessidade suprema da sociedade humana. Todavia, essa conscientização era inseparável do reconhecimento de que os alicerces da moeda podiam depender de fatores políticos fora das fronteiras nacionais. [...]. Daí em

[44] Nesses anos, uma "sequência quase ininterrupta de crises monetárias ligava os indigentes Bálcãs aos afluentes Estados Unidos, através da conexão elástica de um sistema internacional de crédito que transmitiu a tensão de moedas imperfeitamente restauradas primeiro da Europa Oriental para a Europa Ocidental, depois da Europa Ocidental para os Estados Unidos" (POLANYI, 2000, p. 40).

> diante, as crises internas associadas à moeda tenderiam a levantar graves problemas externos.

Ainda, em meados dos anos 1920, a nova arquitetura do padrão-ouro apresentava uma significativa ambiguidade.[45] De um lado, havia a nova posição dos Estados Unidos na economia mundial, com Nova York se afirmando como o centro da gravidade financeiro do sistema monetário internacional. E do outro lado, o sistema financeiro norte-americano ainda atuava em prol da manutenção do padrão-ouro, centrado institucionalmente em Londres. Ou seja, "Nova York, em si, continuava inteiramente subordinada a Londres, tanto em termos organizacionais quanto intelectuais" (ARRIGHI, 1996, p. 281). Era um cenário singular e, acima de tudo, instável. Assim, esse arranjo "em vez de ressuscitar o sistema mundial pré-1914, precipitou sua crise terminal". (ARRIGHI, 1996, p. 281).

Nesse ponto, em 1927, como sublinha Polanyi, o suporte norte-americano a libra esterlina significava concretamente "baixas taxas de juros em Nova York, a fim de impedir grandes movimentos de capital de Londres para Nova York" (POLANYI, 2000, p. 41). Todavia a crescente pressão inflacionária nos Estados Unidos marcou uma ruptura na política monetária norte-americana favorável ao sistema monetário internacional, centrado na libra esterlina. Assim, quando o Federal Reserve Board (FED) deu início a um ciclo de aumento nos juros norte-americanos, o capital financeiro circulante se moveu para Nova York.

Além disso, a nova política monetária dos Estados Unidos reduziu o fluxo de empréstimos mundiais, ampliando os investimentos especulativos, que culminaria com o *Crash* da Bolsa de Nova York, em 1929. Então, globalmente, houve uma forte redução dos investimentos e do consumo, de produtos manufaturados e também de bens primários. Assim, nações industrializadas e primário-exportadoras foram todas afetadas, ainda que de formas distintas. O resultado sistêmico foi: um espraiamento da deflação, uma onda de desvalorizações monetárias, uma forte retração do comércio global, uma sequência de não pagamentos das dívidas internacionais, uma elevação de controles em torno dos fluxos financeiros globais e, por fim, um sistemático abandono do padrão-ouro. Portanto, em conjunto, esses acontecimentos representaram o último, e fatal, "golpe no sistema global de comércio e crédito" (KENNEDY, 1989, p. 274), edificado no século 19. Ainda, nas palavras de Arrighi (1996, p. 282–283):

[45] "O controle de uma parcela substancial da liquidez mundial não dotou os Estados Unidos da capacidade de administrar o sistema monetário mundial. Em termos organizacionais, as instituições financeiras norte-americanas simplesmente não estavam à altura dessa tarefa" (ARRIGHI, 1996, p. 280).

> A interrupção dos empréstimos e investimentos estrangeiros dos Estados Unidos tornou-se permanente, com a quebra de Wall Street e a subsequente depressão da economia norte-americana. Confrontados com os cancelamentos súbitos ou as fugas dos capitais de curto prazo, um país após outro se viu obrigado a proteger sua moeda, fosse através da desvalorização, fosse através do câmbio. A suspensão da conversibilidade da libra britânica em ouro, em setembro de 1931, levou à destruição final da única rede de transações comerciais e financeiras em que se baseavam os destinos da City londrina.

Adicionalmente, em meio a esse quadro dramático, o Estado norte-americano instituiu a protecionista tarifa Smoot-Hawley, agravando a crise mundial.[46] Nesse ponto, Kennedy (1989, p. 274) destaca que, em 1932, "a produção industrial de muitos países era apenas a metade do que fora em 1928 e o comércio mundial diminuíra em um terço". E assim, como pontua Polanyi (2000, p. 42–43) a "América, num gesto instintivo de libertação, abandonou o padrão-ouro em 1933, desaparecendo, assim, o último vestígio da economia mundial tradicional". Nesse contexto, portanto, entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais caíram mais de 90% (HOBSBAWM, 1995, p. 89), o "protecionismo exacerbou-se furiosamente, a busca de moedas estáveis foi abandonada" (ARRIGHI, 1996, p. 283).

Assim, ao passo que a ordem liberal internacional, centrada na Grã-Bretanha, ruía, emergiam blocos menores, e rivais entre si.[47] Como pontua Kennedy (KENNEDY, 1989, p. 275), havia quatro subunidades. A primeira era uma espécie de encolhimento da ordem global, era capitaneada pela Grã-Bretanha, baseada na libra esterlina e se pautava na lógica das preferências imperiais, recém-acordadas na Conferência de Ottawa, em 1932. A segunda era liderada pela França e fundamentada no ouro. A terceira, no Extremo Oriente, era comandada pelo Japão e estruturada em torno do iene. Por fim, a quarta era conduzida pelos Estados Unidos e se ancorava no dólar, depois que Roosevelt abandonou o padrão-ouro, em 1933. Ainda, afastada dessas turbulências econômicas, a União Soviética prosseguia na edificação do "socialismo num país só". Então, nas palavras do autor (KENNEDY, 1989, p. 275), "a autarquia desenvolvia-se fortemente antes mesmo de Adolf Hitler começar seu programa de criar um Reich autossuficiente [...] no qual o comércio exterior era reduzido a transações especiais e a acordos de 'trocas'".

[46] Os Estados Unidos, "não precisavam muito do resto do mundo, e [...], ao contrário da Grã-Bretanha, que sabia que o sistema de pagamentos mundiais se apoiava na libra esterlina e cuidava para que ela permanecesse estável, os EUA não se preocuparam em agir como estabilizador global. Não precisavam muito do mundo porque, após a Primeira Guerra Mundial, tinham de importar menos capital, trabalho e (em termos relativos) produtos do que nunca – com exceção de algumas matérias-primas" (HOBSBAWM, 1995, p. 99–100).

[47] Nas décadas de 1920 e 1930, a ordem mundial foi marcada pela fragmentação político-econômica, mas também ideológica. Havia três grandes grupos: as democracias ocidentais, a União Soviética e os Estados fascistas. E para os estadistas democráticos, a condução das relações internacionais era particularmente difícil, pois eles compreendiam mal o espírito antiliberal da época e desejavam, acima de tudo, à volta ao século 19 (KENNEDY, 1989, p. 277).

Nesse quadro, como destaca Polanyi (2000), com o desmoronamento do padrão-ouro, nem a Liga das Nações nem a *haute finance* sobreviveram. Em suas palavras, a "ruptura do fio de ouro foi o sinal de uma revolução mundial" (POLANYI, 2000, p. 44). Nela emergiram: na Alemanha, o Nazismo; na União Soviética, os Planos Quinquenais; e nos Estados Unidos, o New Deal. (POLANYI, 2000, p. 30–47; SILVER; ARRIGHI, 2014, p. 11–13). No Brasil, teve início a Era Vargas (1930-1945). Em outras palavras, entre o *Crash* de 29 e o término da Segunda Guerra Mundial, as estruturas da era d'O Imperialismo de Livre Comércio ruiriam definitivamente. Era o tempo de um novo mundo.

2.3.3. Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial

Realmente, como pontua Hobsbawm (1995, p. 102), os anos 1930 confirmaram "a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam". No entanto, "é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930" (HOBSBAWM, 1995, p. 37). Ainda, segundo o autor: "A quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares – Japão (1931) e Alemanha (1933) – constituiu a consequência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão. Os portões para a Segunda Guerra Mundial foram abertos em 1931" (HOBSBAWM, 1995, p. 102).

Na década de 1930, enquanto emergiam governos belicistas e contrários ao *status quo* no Japão e na Alemanha, a Grã-Bretanha, que ainda era uma significativa grande potência, encontrava-se traumatizada pelos esforços da Primeira Guerra Mundial. Também nessa época, as extensões do direito de voto consolidaram a emergência da democracia parlamentar plena. Então, no Estado britânico do entreguerras, as questões sociais tiveram precedência sobre as questões militares[48] (KENNEDY, 1989, p. 304). E para piorar, do ponto de vista econômico, com "a redução do comércio internacional e sua substituição por blocos de moeda, a parcela britânica do comércio global continuou a cair, passando de 14,5% (1913) a 10,75% (1929) e 9,8% (1937)" (KENNEDY, 1989, p. 305).

> Além disso, os ganhos invisíveis com transporte marítimo, seguros e investimentos no além-mar, que por mais de um século tinham coberto, e muito bem, a lacuna nas trocas visíveis já não podiam fazê-lo; em princípios da década de 1930, a Grã-

[48] Como demonstra Kennedy (1989, p. 304), em 1933, apenas 10,5% da despesa pública foi gasta com as Forças Armadas, ao passo que as despesas com serviços sociais totalizaram 46,4% do orçamento público.

> Bretanha vivia do seu capital. O trauma da crise de 1931, envolvendo o colapso do governo trabalhista e a decisão de abandonar o padrão-ouro, tornou os políticos demasiado conscientes da vulnerabilidade econômica do país (KENNEDY, 1989, p. 305).

Nessa época, portanto, "os problemas básicos da estratégia geral britânica não podiam ser resolvidos simplesmente com uma mudança de atitude, ou mesmo de primeiros-ministros". (KENNEDY, 1989, p. 307). Logo, em suas palavras:

> Em suma, nem a política mais dura de Chamberlain contra a Alemanha, depois de março de 1939, e nem mesmo sua substituição por Churchill em maio de 1940, "resolveram" os dilemas estratégico e econômico da Grã-Bretanha; apenas redefiniram os problemas. A um império global extremamente extenso, numa etapa já avançada de sua história – ainda controlava um quarto do globo, mas tendo apenas 9 a 10% da força de manufatura e do "potencial de guerra" do mundo – tanto o apaziguamento como o antiapaziguamento encerravam desvantagens: havia apenas a escolha de um mal menor. Não há dúvidas de que em 1939 foi tomada a decisão aceitada de resistir a mais uma agressão de Hitler. Àquela altura, porém, o equilíbrio de forças alinhadas contra os interesses britânicos na Europa e, ainda mais, no Extremo Oriente, se tinha tornado tão desfavorável que era difícil ver a possibilidade de uma vitória clara contra o fascismo sem a intervenção das grandes potências neutras. E também isso encerrava problemas (KENNEDY, 1989, p. 308).

Então, nessa história, o papel dos Estados Unidos foi decisivo. Relembrando, em primeiro lugar, que os acontecimentos das décadas de 1910 e 1920 foram extremamente favoráveis para a economia norte-americana.[49] Em números, na década de 1920, os Estados Unidos produziam "muito mais do que as seis outras grandes potências tomadas em conjunto" (KENNEDY, 1989, p. 316). Todavia, também nesses anos, a força político-militar dos Estados Unidos não correspondia ao seu gigantismo econômico (KENNEDY, 1989, p. 316-317).

Entretanto, na década de 1930 a força econômica norte-americana encontrava-se atrofiada, afinal, dentre as grandes potências, o Estado norte-americano foi o mais seriamente atingido pela Grande Depressão. E, portanto, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, a economia norte-americana estava grandemente subutilizada (KENNEDY, 1989, p. 319). Na indústria siderúrgica: "Em 1938, por exemplo, os Estados Unidos produziram 26,4 milhões de toneladas de aço, muito mais do que os 20,7 milhões da Alemanha, os 16,5 milhões da U.R.S.S. e os 6 milhões do Japão; mesmo assim, as indústrias do aço desses três últimos países operavam a plena capacidade, enquanto dois terços das usinas siderúrgicas americanas estavam ociosos" (KENNEDY, 1989, p. 316).

[49] "Os Estados Unidos foram o único grande país, com exceção do Japão, a beneficiar-se com a Grande Guerra. Tornaram-se a maior nação financeira e credora, além de já serem os maiores produtores de manufaturados e de alimentos. Tinham de longe o maior estoque de ouro. Tinham um mercado interno tão grande que maciças economias de escala podiam ser praticadas por firmas e distribuidoras gigantescas". (KENNEDY, 1989, p. 315).

No entanto, ao longo da década de 1940, a demanda militar aqueceria a economia dos Estados Unidos, reduzindo sua ociosidade. E mais, em meio à guerra, a enorme capacidade de crescimento da produção norte-americana revelou-se um fator decisivo, para a luta contra as potências do eixo.[50] Dessa forma, como destaca Kennedy (1989, p. 330): "[A] Grande Aliança, como Churchill gostava de chamá-la, era tão superior em termos materiais ao Eixo, e suas bases, produtivas estavam tão distante das forças armadas alemãs e japonesas, que ela tinha recursos e a oportunidade para acumular uma esmagadora força militar que nenhum dos adversários anteriores da agressão fascista podia ter esperanças de possuir".

Há, ainda, uma última questão. Como destaca Hobsbawm (1995, p. 161–162), a Segunda Guerra Mundial envolveu, em grande medida, a luta por um mundo melhor. "Ninguém sonhava com um retorno ao pré-guerra de 1939 – nem mesmo a 1928 ou 1918" (HOBSBAWM, 1995, p. 161). Ou seja, após 1945, uma página na história da humanidade virou.

2.3.4. A ruptura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio

> Numa época em que o comércio mundial caiu 60% em quatro anos (1929-32), os Estados se viram erguendo barreiras cada vez mais altas para proteger seus mercados e moedas nacionais contra os furacões econômicos mundiais, sabendo muito bem que isso significava o desmantelamento do sistema mundial de comércio multilateral sobre o qual, acreditavam, devia repousar a prosperidade do mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 94).

Hobsbawm (1995, p. 94-95) argumentou que "a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico". Todavia não ocorreu uma destruição permanente ou total do liberalismo. Mas certamente, após o *Crash* 1929, os acontecimentos dos anos 30 arrasaram as estruturas d'O Imperialismo de Livre Comércio. Uma era da humanidade chegou ao fim: o liberalismo do longo século 19 entrou para a história.

Na revolucionária década de 1930, o "velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado" (HOBSBAWM, 1995, p. 107). Assim, nesse quadro, três ideologias competiam pela hegemonia intelectual e política. A primeira era o comunismo.[51] A segunda era o

[50] Assim, como pontua Kennedy (1989, p. 320), o despertar do gigante adormecido, "especialmente depois de 1940, constitui uma confirmação final da questão crucial da adequação temporal nas corridas de armas e cálculos estratégicos da época. Como a Grã-Bretanha e a União Soviética um pouco antes, os Estados Unidos estavam agora procurando a distância, em armamentos, que se tinha criado devido aos pesados gastos com a defesa realizados antes pelos estados fascistas" (KENNEDY, 1989, p. 320).

[51] Nos anos 30, ao passo que as nações capitalistas viviam uma onda de crises político-econômicas, a União Soviética vivia uma acelerada expansão industrial. De 1929 a 1940, sua produção industrial triplicou e sua participação na produção de bens manufaturados saltou de 5%, em 1929, para 18%, em 1938. E adicionalmente, não havia desemprego (HOBSBAWM, 1995, p. 96–97).

capitalismo reformado, via programas social-democratas. Por fim, a terceira era o fascismo. E mais, conforme pontua Hobsbawm (1995, p. 108): "[À] medida que crescia a maré do fascismo com a Grande Depressão, tornava-se cada vez mais claro que [...] não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa do século XIX entraram em decadência ou colapso."

Ilustrativamente, em meio ao declínio sistêmico do liberalismo, o Estado britânico, em 1931, rompeu com as regras de funcionamento do padrão-ouro e abandonou o livre comércio. Nesses anos, portanto, os pilares institucionais do poderio britânico na era d'O Imperialismo de Livre Comércio ruíram. Como destaca Polanyi (2000, p. 44), com o desmoronamento do padrão-ouro, ocorreu "uma destruição completa das instituições da sociedade do século XIX". Globalmente, portanto, as instituições liberais foram modificadas ou inteiramente reformuladas. Por exemplo, diversas nações substituíram o Estado liberal por ditaduras totalitárias e o paradigma do livre mercado cedeu lugar ao planejamento econômico. Em suma, novas preocupações e novas estruturas organizacionais emergiram. Como destaca Hobsbawm (1995, p. 95), "a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado". Também nessa história, as novas políticas sociais e o redesenho da política econômica tinham como objetivo mitigar a radicalização política, da esquerda ou da direita. Nessa época, todavia, a principal fonte de radicalização política advinha da direita. Nos "23 anos entre a chamada 'Marcha sobre Roma' de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais. [...]. [Todavia,] nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal democrático foi derrubado pela esquerda" (HOBSBAWM, 1995, p. 111–112).

Nesse quadro, os argumentos teóricos desenvolvidos por John M. Keynes eram tão econômicos quanto políticos. Afinal, as altas taxas de desemprego eram politicamente e socialmente explosivas (HOBSBAWM, 1995, p. 95-96). Assim, como uma resposta direta às tensões políticas e sociais dos anos 30, ocorreu, como destaca Hobsbawm (1995, p. 96): "a instalação de modernos sistemas previdenciários". Nos Estados Unidos, por exemplo, a Lei de Seguridade Social foi aprovada em 1935. Ou seja, após a Grande Depressão, emergiu o *welfare state*.

Assim, a questão central da ruptura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio o processo sistêmico de renovação institucional. E ao tratar dessa história, Polanyi (2000, p. 45) destaca duas questões. Primeiro, os processos de mudança institucional são perenes na história da humanidade. E segundo, o destino das sociedades está profundamente conectado ao processo de mudança institucional. Ou seja, na arena interestatal, a luta pela sobrevivência social envolve uma constante transformação institucional. Em suas palavras (POLANYI, 2000, p. 45):

> A lei se aplica também ao seu reverso. Uma nação pode ser prejudicada na sua luta pela sobrevivência pelo fato de suas instituições, ou algumas delas, pertencerem a um tipo que pode estar em declínio – o padrão-ouro na Segunda Guerra Mundial foi um exemplo de tal organismo antiquado. Por outro lado, países que, por razões próprias, se opõem ao *status quo*, podem descobrir rapidamente as fraquezas da ordem institucional vigente e antecipar a criação de instituições mais bem adaptadas a seus interesses. Tais grupos estariam empurrando aquilo que está caindo e se apoiando naquilo que vem chegando com as suas próprias forças. Poderia parecer, então, que eles teriam dado origem ao processo de mudança social quando, na verdade, eles foram apenas os seus beneficiários, e poderiam até estar desviando a tendência para servir a seus próprios objetivos.

É, portanto, a partir deste quadro sistêmico que devemos olhar para o Brasil, com intuito de compreender as forças que suscitaram o desenvolvimento da sua produção siderúrgica.

2.4.CONCLUSÃO

A era d'O Imperialismo de Livre Comércio vigorou da época do Congresso de Viena, na década de 1810, até a implosão do padrão-ouro e ascensão global do fascismo, na década de 1930. No início dessa época, a Grã-Bretanha alçou o topo da hierarquia do sistema interestatal e deu início a construção de uma ordem internacional singular: a civilização liberal do século 19. Conforme nos conta Polanyi, essa civilização contava com certas instituições específicas, como o padrão-ouro, derivadas da emergência do mercado autorregulável a nível global. Ainda, outra faceta dessas instituições é que elas beneficiavam largamente sua principal promotora, a própria Grã-Bretanha.

No entanto, como também nos ensina Polanyi, a mudança social é um processo perene da humanidade. E assim, a ordem institucional d'O Imperialismo de Livre Comércio apresentava contradições estruturais, fruto da própria expansão do mercado autorregulável global. Dessa forma, ao passo que as instituições d'O Imperialismo de Livre Comércio se expandiam mundialmente, em prol da mercantilização e da acumulação de riqueza

(notadamente, da Grã-Bretanha), emergiam também questionamentos, tanto das nações como das suas massas.

Nesse quadro, num primeiro momento, em certos países, como nos Estados Unidos, a Alemanha e no Japão, o protecionismo econômico e a industrialização emergiram como instrumentos nacionais essenciais na luta contra a pressão da ordem mundial, liberal e imperial, capitaneada pela Grã-Bretanha. Foi nesse quadro, que despontou o aço barato e, mais, a industrialização tornou-se essencial para os diversos esforços de guerra. Era a época da Segunda Revolução Industrial.

As tensões sistêmicas envolvendo a ascensão, nos quadros de poder e riqueza, dos Estados recém-industrializados conduziu a deflagração da Primeira Guerra Mundial. E com ela, as fundações da ordem mundial foram profundamente alteradas. Do lado econômico, os Estados Unidos ascenderam à primazia econômica, todavia continuaram sustentando o Estado britânico e suas instituições. Já do lado político, os acordos de paz inviabilizaram a construção de um novo equilíbrio de poder, europeu e mundial. E, simplificadamente, as tensões econômicas e políticas da ordem pós-1918 culminariam com a ruptura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio, ao longo da década de 1930.

Em meio ao desmoronamento da ordem mundial britânica, nos anos 1930, o liberalismo se enfraqueceu e suas instituições definharam. Também nesses anos, três ideologias: o marxismo, a social-democracia e o fascismo, passaram a lutar tanto intelectualmente como politicamente. Dessa forma, portanto, emergiram novos programas de governo e novas instituições estatais, nos Estados Unidos, na Alemanha e na União Soviética, por exemplo. E no Brasil, teve início a Era Vargas.

CAPÍTULO 3: O BRASIL NA ERA DO IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO E O INÍCIO DA SUA INDUSTRIALIZAÇÃO

3.1.A CENTELHA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA EM MEIO À FORMAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS PLATINOS

Como vimos no capítulo 2, os Estados independentes sul-americanos emergiram em meio à estruturação do império informal britânico. Todavia, a expansão do Império Britânico não foi a única força que moldou a organização política do Cone Sul. Nesta região, como argumenta Fiori (2014), especificamente na Bacia Platina, tal como na Europa, a competição político-econômica foi essencial para formação e desenvolvimento dos Estados. Entre as guerras de independência (c.1810-c.1820) e Guerra do Paraguai (1864-1870), foram definidas as fronteiras e as hierarquias da região. Em suas palavras (FIORI, 2014, p. 26), em meio às lutas oitocentistas: "o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai foram 'periferizados' pela Argentina, Brasil e Chile", que se tornaram os mais poderosos Estados sul-americanos. E, nesse processo, o fortalecimento da Argentina, Brasil e Chile não arrefeceu a competição regional. Pelo contrário, após a década de 1870, emergiu uma forte rivalidade entre eles, especialmente entre a Argentina e o Brasil.

Neste embate, a Argentina saiu na frente. Pois, após a Guerra do Paraguai, o país absorveu as regiões do Pampa e da Patagônia, incentivou a ocupação do seu território por imigrantes europeus e promoveu uma expansão da sua rede ferroviária. Essa expansão territorial e econômica levou à solidificação definitiva do Estado argentino. E, sem dúvidas, tais ações argentinas dialogaram com a sua posição na arena internacional. Pois, nessa época, a Argentina possuía uma relação privilegiada com a Grã-Bretanha, devido a sua produção de bens alimentares essenciais à economia britânica, como o trigo e a carne bovina. Portanto, o expansionismo argentino do século 19 foi financiado pela sua economia exportadora e também pela sua capacidade de endividamento junto ao sistema bancário britânico. Como resultado, até meados do século 20, a Argentina experimentou um crescimento econômico contínuo e se afirmou como o país mais rico e poderoso da América do Sul (FIORI, 2014, p. 26–27).

Assim, entre o término da Guerra do Paraguai (c.1870) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (c.1910), a Argentina e o Brasil percorreram trajetórias notadamente distintas. Pois, como sublinha Arend (2013, p. 139), a participação brasileira na economia mundial se

manteve inalterada no século oitocentista. Foi somente nas primeiras décadas do século 1920, como uma resposta direta ao sucesso argentino, que o Brasil promoveria uma expansão da sua riqueza, num quadro de reordenamento mundial. A ascensão de Getúlio Vargas (c.1930) marca o início da ascensão brasileira que vigoraria até a década de 1980. E, como destaca Fiori (2014, p. 27-28), tal sucesso econômico foi resultado de um projeto estratégico formulado no início do século 20 pela elite conservadora civil, militar e intelectual brasileira. A concretização desse plano, a partir dos anos 1930, conduziu à centralização do poder do Estado brasileiro, à reorganização das Forças Armadas e à afirmação da centralidade da economia brasileira na região platina. Em números, entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil registrou um crescimento econômico médio de 7%, com o setor industrial expandindo a uma média de 9% ao ano. Um elemento interessante é que tais conquistas foram respaldadas, no plano externo, pela aliança com os Estados Unidos.

A década de 1930, portanto, marca um momento de virada na história mundial. Em concomitância com a ascensão dos Estados Unidos na hierarquia mundial de poder e riqueza, emergiu uma onda sistêmica de viés protecionista, contra o liberalismo britânico. O *crash* de 1929 ilustra o ponto de ruptura. Dessa forma, definitivamente após a década de 1930, emergiram Estados fortes, mais centralizados e intervencionistas, com projetos voltados para a expansão industrial e, acima de tudo, o desenvolvimento de seus mercados internos. Em suma, a compreensão do Estado desenvolvimentista brasileiro após 1930 é facilitada por essa dinâmica mundial (AREND, 2013, p. 152). E, para os propósitos deste trabalho, foi nesta conjuntura que o Brasil construiu a sua primeira siderurgia moderna, a CSN, possibilitando o avanço do seu programa de industrialização e fortalecimento bélico, valendo-se da rivalidade geopolítica, entre as grandes potências, pela supremacia na América do Sul.

Neste capítulo, será abordada essa "virada de chave" brasileira. Ou o momento que o Brasil passou a promover uma transformação das suas instituições políticas, deixando de ser federal/oligárquico para se tornar nacional/centralizado, e também econômicas, ao passar a promover ativamente um programa de diversificação produtiva, que calhou na promoção da industrialização (FORJAZ, 1984, p. 38). Mas um ponto importante, que será detalhado adiante, é que a intensificação na rivalidade geopolítica mundial, particularmente entre as grandes potências, foi central para a ocorrência destas transformações no Brasil. Em especial, a intensificação da competição sistêmica desorganizou a ordem internacional britânica e criou janelas de oportunidade. Nesse sentido, a constituição da CSN foi, em certa medida, uma oportunidade capturada pela *intelligentsia* do Estado Novo, num quadro de reordenamento mundial.

A questão da ordem mundial é relevante, porque as conexões do Estado brasileiro com as grandes potências se transformaram no período compreendido pelas décadas de 1870 e 1940. Num primeiro momento, devido ao legado colonial português, a Grã-Bretanha teve um papel importante no Brasil, quando o país conquistou sua independência em 1822. Até o início do século 20, a Grã-Bretanha dominou a economia brasileira, sendo, por exemplo, a principal fornecedora de importações e de capital financeiro. Mas, nas décadas subsequentes, ao longo do século 20, a influência britânica no Brasil enfrentou crescentes obstáculos, principalmente vindos dos Estados Unidos, mas também da Alemanha. E o resultado deste embate pela preeminência na economia brasileira terminou, ao final da Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos definitivamente sobrepujando a Grã-Bretanha (GARCIA, 2002, p. 41–42). Portanto, é essa história que gostaríamos de reconstituir, pois foi neste quadro que a indústria siderúrgica emergiu no território brasileiro, através de uma aliança com os Estados Unidos.

A Usina de Volta Redonda (RJ) é um caso emblemático e ilustrativo, pois ela viabilizou a diversificação e a aceleração da industrialização brasileira, indo além do setor de bens de consumo. Mas também, e talvez mais interessante, a conquista da siderurgia brasileira se conecta aos movimentos político-econômicos, competitivos e contraditórios, do capitalismo histórico.

3.2.ANTECEDENTES: O IMPÉRIO PORTUGUÊS E O BRASIL COLÔNIA

No final do século 16, por volta de 1580, ocorreu à anexação de Portugal pela Espanha, ou a União Ibérica. E, ao largo desta “aliança”, parcelas do Império Português na América, na África e na Ásia foram invadidas e ocupadas pelos holandeses. Após uma rodada de embates, em meados do século 17, o Estado português recuperaria sua independência e os territórios da América e da África, mas perderia importantes domínios do Oriente. Logo, nesses anos, o Império Português vivia um quadro dramático, declinavam sua pujança econômica e sua relevância internacional (FERREIRA, 2009, p. 33; FURTADO, 2005; PRADO JR., 1994).

Neste contexto, com objetivo de recuperar seu prestígio internacional, o governo português instituiu uma política externa pautada em concessões. A meta portuguesa era se reafirmar no sistema interestatal e, para tanto, garantiria certos privilégios a outras nações. Os acordos de Portugal com a Grã-Bretanha ilustram tal estratégia. No papel, os tratados pregavam a reciprocidade, contudo eles eram desiguais, pois beneficiavam assimetricamente

o Estado britânico. Tal assimetria dialogava com a inabilidade militar de Portugal, sua incapacidade de defender seu território ultramarino. Portanto, na perspectiva portuguesa, os acordos forneceriam uma essencial proteção militar (MANCHESTER, 1973, p. 17 apud FERREIRA, 2009, p. 33-34).

Ainda, até o final do século 17, Portugal tentou promover medidas protecionistas, como o estímulo à manufatura, para promover sua riqueza doméstica. Contudo, em 1703, a assinatura do Tratado de Methuen colocou fim às políticas protecionistas portuguesas, voltadas ao desenvolvimento industrial, pois flexibilizou a importação de bens manufaturados britânicos. Tal acordo marcou definitivamente a proeminência britânica no comércio com Portugal. Todavia, inicialmente tal desequilíbrio estrutural entre os Estados português e britânico foi atenuado. Pois, nessa época, foi descoberto ouro no Brasil. O fluxo de ouro brasileiro operacionalizou o Tratado de Methuen, ao viabilizar as importações portuguesas de bens britânicos. De quebra, para a Grã-Bretanha, o ouro brasileiro trouxe: (1) um estímulo adicional para o desenvolvimento da sua manufatura; (2) uma expansão na sua capacidade de importar; e (3) uma concentração de reservas de ouro no sistema bancário inglês, o transformando no centro financeiro da Europa (FURTADO, 2005, p. 40–41). Portanto, nos séculos 17 e 18, a economia do Império Português conectou-se ao projeto britânico, de expansão do seu poder e da riqueza.

Neste momento, o território brasileiro compunha um elemento chave da equação econômica portuguesa via fornecimento de bens primários ao mercado mundial. No limite, a função central da economia brasileira era prover o Império Português de divisas internacionais, para sustentar a relação econômica desigual com a Grã-Bretanha. Contudo, além de desigual, as bases da aliança entre Portugal e Grã-Bretanha eram instáveis. No século 18, com o fim do ciclo do ouro e o declínio das exportações de açúcar, a economia primário-exportadora brasileira entrou em crise, levando consigo a economia portuguesa (FURTADO, 2005, p. 87).

No Brasil Colônia, qualquer produção que não fosse orientada ao mercado mundial era desencorajada ou, até mesmo, proibida pela administração portuguesa. No final do século 18, com a crise econômica no Império Português, houve um agravamento da pressão portuguesa contra a produção manufatureira nos trópicos. Foi assim, que, em 1785, Dona Maria I promulgou um alvará que proibia à produção de manufaturas no Brasil (SIMONSEN, 1969, p. 13 apud FERREIRA, 2009, p. 35; PRADO JR., 1994, p. 41).

Entretanto, poucos anos após a assinatura deste alvará, em meio às Guerras Napoleônicas, ocorreria uma mudança na situação brasileira. Quando o Estado português se

encontrava pressionado pela França e Grã-Bretanha, o regente Dom João reafirmou a aliança portuguesa com os britânicos. Dessa forma, em 1808, ao passo que as tropas francesas marcharam sob Portugal, a corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, com objetivo de preservar a monarquia e as colônias do Império Português. No território brasileiro, Dom João assinaria uma gama de alvarás que poriam fim ao Pacto Colonial e iniciariam uma transformação, política e econômica, na colônia. (MANCHESTER, 1973 apud FERREIRA, 2009, p. 36; FURTADO, 2005). Como destaca Simonsen (2005, p. 549–550):

> A abertura dos portos, a revogação da lei que proibia indústrias no Brasil, a fundação do nosso primeiro banco, a isenção de direitos para as matérias-primas, de que necessitasse a indústria nacional, a isenção de impostos para novas culturas de especiarias e lavouras às margens das novas estradas, a introdução de colonos estrangeiros e a extensão aos alienígenas do direito de propriedade e outros, o fomento à mineração do ouro e do ferro, a abertura de novas estradas, a concessão aos lavradores "do privilégio de não serem executados na propriedade de seus engenhos, fábricas e lavouras e somente em uma parte de seus rendimentos" (Alvará de 21 de janeiro de 1809).

Apesar dos esforços de D. João VI, seu projeto político-econômico apresentava alguns entraves. Dentre eles, vale destacar a "vassalagem" de Portugal frente à Grã-Bretanha. Ou seja, o projeto português para o Brasil deveria se enquadrar no projeto político-econômico britânico para a América Latina. E tal dinâmica pesou em 1808, na Abertura dos Portos, e 1810, no Tratado de Comércio e Navegação. Notadamente, em 1810 os interesses britânicos foram satisfeitos. Assim, no início do século 19, os "tratados desiguais" reforçaram a inserção internacional primário-exportadora brasileira e favoreceram as exportações britânicas de bens manufaturados britânicos e de capital ao Brasil.[52]

3.3.A EMERGÊNCIA DO ESTADO BRASILEIRO, NOS QUADROS D'O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO

No primeiro quartel do século 19, o Brasil se tornou um Estado nacional, politicamente independente de Portugal. Contudo, tal processo não rompeu certas estruturas brasileiras de longa duração. Em especial, porque a independência reforçou a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, centrada em Londres. Em outras palavras, simplificadamente, o Brasil se manteve conectado à economia mundial através da exportação de bens primários, importação de bens manufaturados e captura de capital estrangeiro. E mais, a elite brasileira se associou à defesa da economia primário-exportadora. Tal defesa conversou

[52] Simonsen (1973), Prado Jr. (1994) e Luz (2004) concordam que os tratados com a Grã-Bretanha limitaram o desenvolvimento industrial brasileiro.

com os instrumentos britânicos de poder: a ideologia do livre comércio, os tratados desiguais e, em geral, a proeminência econômica sobre o Brasil, especialmente na arena financeira.[53]

Dessa forma, na construção no Estado brasileiro recém-independente, como reconhece Furtado (2005), não havia outro caminho para o crescimento econômico além da exportação de bens primários. É por isso, que o desenvolvimento da produção cafeeira dialoga com a formação do Estado brasileiro. Embora o café já fosse cultivado em terras brasileiras desde o século 18, foi somente no século 19 que ocorreu uma expansão da sua produção. E, dentre os fatores que promoveram o crescimento da produção cafeeira no Brasil, a principal variável foi a elevação no preço mundial do café, em virtude da desorganização do setor cafeeiro no Haiti, que, até então, era o maior exportador mundial de café. Adicionalmente, cabe destacar dois outros elementos. Primeiro, nas economias centrais, ocorreu à emergência do consumo das massas. E segundo, a ascensão dos Estados Unidos produziu um importante mercado para o café brasileiro. Dessa forma, no Brasil, ao longo século 19, o café se afirmou na pauta exportadora, sobrepujando, em relevância econômica, o açúcar e o algodão (FURTADO, 2005, p. 116-122).

No entanto, entre a independência do Brasil e a consolidação da economia cafeeira, em meados do século 19, a balança comercial brasileira foi permanentemente deficitária. E como destaca Prado Jr:

> O déficit será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos públicos, que efetivamente começam a encaminhar para o Brasil desde que o país é franqueado ao exterior. Mas isto representa apenas uma solução provisória que de fato ia agravando o mal pra o futuro, pois significava novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortização, e, portanto, novos fatores de desequilíbrio da balança externa de contas. A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais prescindir sem as mais graves perturbações; e estas se verificarão cada vez por um outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo (PRADO JR., 1994, p. 133).

Na era d'O Imperialismo de Livre Comércio, portanto, em meio à expansão liberal do Império Britânico, o território brasileiro foi enquadrado como uma região primário-exportadora e dependente de bens manufaturados e de capital do exterior (FURTADO, 2005; PRADO JR., 1994). Dessa forma, após a independência, no Brasil imperial, predominaram os interesses da classe agrário-exportadora, vinculados à divisão internacional do trabalho oitocentista, centrada na Grã-Bretanha. Assim, no Brasil oitocentista os projetos industrializantes malograram, apesar dos esforços de diversos pioneiros, como o Barão de Mauá, porque não havia condições políticas, econômicas, sociais e culturais, que conduzissem

[53] Conforme destacam Santos, Vieira e Comerlatto (2007).

ao desenvolvimento industrial do país (FERREIRA, 2009, p. 44; LUZ, 2004). O Brasil encontrava-se pressionado pelas instituições liberais, promovidas pelo Estado britânico, na era d'O Imperialismo de Livre Comércio.

3.4.O ADVENTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A DISPUTA ANGLO-AMERICANA PELA PRIMAZIA NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

3.4.1. A emergência da República no Brasil e a questão do atraso

O Império foi, em grande medida, bem-sucedido na afirmação do Estado nacional. Com a independência, foram asseguradas: a ordem pública, a lei e a obediência das elites regionais, ao poder central, evitando uma potencial desagregação territorial. Contudo, após a década de 1870, as estruturas do Império começaram a ruir. E, dentre os fatores que minaram o regime monárquico, três questões ocupam maior destaque: (1) o movimento republicano, que ganhou corpo após 1873, quando foi fundado o Partido Republicano Paulista; (2) o descontentamento dos militares, após a Guerra do Paraguai, em concomitância com a disseminação das ideias positivistas; e; (3) o fim do regime escravocrata. De fato, o Império não soube navegar neste novo quadro político. E desta forma, ao final da década de 1880, ocorreu a Proclamação da República, sem qualquer participação popular. Na verdade, a república emergiu no Brasil através de um golpe militar, com o apoio de determinados setores civis, como a classe agroexportadora (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 95–96).

Entretanto, com a emergência da Primeira República, mantiveram-se as perturbações políticas, econômicas e sociais. Já na primeira década da república ocorreram turbulências financeiras e políticas. Do lado econômico, ocorreram duas crises: uma interna, a Crise do Encilhamento, e outra externa, no mercado financeiro londrino. No plano político, o início da era republicana foi marcado pela falta de articulação entre as elites regionais. De fato, a construção de um pacto nacional ocorreu somente no governo de Campo Salles (1898-1902), com a Política dos Governadores (FIORI, 2003, p. 115–120).

No entanto, apesar da volatilidade político-econômica, entre 1870 e 1930, houve uma aceleração no crescimento econômico brasileiro. Nas últimas décadas do Império (c.1870-c.1880), a renda per capita cresceu 0,5% ao ano e na Primeira República (c.1880-c.1930) houve uma aceleração no crescimento e a renda per capita passou a crescer 1,2% ao ano. Especialmente no período republicano, um elemento importante para a expansão da renda brasileira foi o crescimento nas exportações, resultado da ampliação da demanda mundial por

bens primários. Na pauta exportadora brasileira, o café se destacava. A título de comparação, o volume de sacas de café vendidas triplicou entre 1890 e 1930, saltando de 5,1 milhões, em 1890, para 15 milhões, em 1930. Em libras, a receita acompanhou o passo do volume. Em 1890, o Brasil faturou 14,4 milhões de libras com as vendas de café e, em 1930, o faturamento alçou a marca de 41,4 milhões de libras (CALDEIRA, 2017, p. 514).

Com o crescimento nas exportações de café, o Brasil atraiu uma gama de investimentos estrangeiros. Em diálogo com certos incentivos do governo, o capital estrangeiro, em busca de rentabilidade, dirigiu-se para a infraestrutura brasileira, especialmente para a expansão das ferrovias. Tais investimentos na infraestrutura brasileira tinham como principal objetivo desenvolver os corredores de exportação, das fazendas até os portos. E assim, a malha ferroviária brasileira triplicou, saltando de 9,9 mil quilômetros, em 1890, para 32 mil quilômetros, em 1930 (CALDEIRA, 2017, p. 513).

No que tange o mercado de trabalho, nestes anos, aproximadamente três milhões de estrangeiros, em grande medida europeus, vieram para o Brasil. E, sem dúvidas, a imigração promoveu alterações na organização do trabalho, culminando com a expansão da força de trabalho assalariada no Brasil. Dessa forma, no início do século 20, o crescimento da população e a disseminação do trabalho assalariado no Brasil, em concomitância com a expansão das exportações e da infraestrutura, alargaram a renda e o mercado interno. Em outras palavras, o trabalhador livre, com seu salário, comprava bens que não eram produzidos no interior da fazenda. Assim, a circulação de moeda e o consumo de bens não duráveis – como roupas e sapatos – passou a fomentar o emprego e a renda nacional. Tal cadeia de consumo significou um aumento na demanda interna. E o aumento da renda impulsionou a indústria, neste primeiro momento, sobretudo, a têxtil e a de alimentos (FURTADO, 2005 apud FILOMENO, 2006, p. 58).

Nessa história, contraditoriamente, o café era, ao mesmo tempo, o grande propulsor da industrialização – na medida em que proporcionava capital e mercado para a indústria – e o grande obstáculo, porque a classe agroexportadora não visava à industrialização brasileira. Além de não terem as condições técnicas, os cafeicultores tinham objeções econômicas e políticas à industrialização do Brasil. A indústria era vista pela elite agroexportadora e por seus intelectuais liberais como artificial, como imprópria para um país com vocação agrícola e, usando o argumento da lei das vantagens comparativas no comércio internacional, opunham-se a qualquer política de incentivo à indústria. Eles entendiam que a industrialização dependia da proteção do Estado, inclusive a proteção alfandegária, que implicaria em transferência de renda para os novos industriais. E a renda a ser transferida só

poderia ter origem no setor primário-exportador da economia. Portanto, diante desse argumento, a classe agroexportadora alinhava-se, especialmente ideologicamente, ao livre comércio – promovido pelos britânicos – e contrário à industrialização do Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 108–109).

Com a Primeira República e a expansão do complexo cafeeiro ocorreu uma legitimação da busca do lucro e do trabalho livre e assalariado. Todavia, não ocorreu um alargamento das oportunidades de enriquecimento do Brasil e sua população, pois se conservou a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2005, p. 6). Ou seja, o Brasil se mantinha um país desigual, marcado pelo analfabetismo e pela exploração de determinados grupos sociais.

E tal noção de atraso era acentuada pelo dinamismo econômico da vizinha Argentina. Conforme destaca Vieira (2020, p. 791), foi o atraso brasileiro, frente ao Estado argentino, que conduziu as elites, especialmente diplomáticas e militares, brasileiras à reação.[54] No plano diplomático, dada a disputa de Washington com Londres pela hegemonia no Hemisfério Ocidental e a relação privilegiada entre os Estados britânico e argentino, despontou um espaço de manobra para o Brasil, através da sua aproximação com os Estados Unidos.

3.4.2. A competição anglo-americana pela hegemonia no Hemisfério Ocidental

> Após o fim da Guerra Civil (1861-1865), os Estados Unidos passaram por grande expansão económica e ampliaram seus interesses externos. Em relação à América Latina, a diplomacia norte-americana reinterpretou a Doutrina Monroe e propôs o pan-americanismo, pelo qual os Estados Unidos seriam os defensores das Américas e da convivência pacífica entre seus países. Tratava-se, na realidade, de um projeto hegemónico sobre a região, no contexto da rivalidade crescente entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pela ascendência política e económica na América (DORATIOTO, 2012, p. 134).

Após a década de 1870, a postura norte-americana foi se tornando mais assertiva no seu entorno regional. Alguns episódios, como: a delimitação da fronteira venezuelana, a redefinição da fronteira do Alasca, a alteração no acordo de controle do Canal do Panamá e a guerra contra a Espanha, ilustram a mudança. E por trás destes acontecimentos, destaca-se a crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, pela proeminência no Hemisfério Ocidental (KENNEDY, 1989, p. 210–211; 236–238)

[54] Nessa mesma época, "[n]o Exército foi iniciado um esforço de modernização, com a criação do Estado-Maior do Exército em 1896 e o envio de oficiais para treinamento na Alemanha entre 1906 e 1910. Na volta ao Brasil, alguns desses oficiais, e outros formados na Academia de Guerra de Porto Alegre, criaram um periódico especializado chamado de A Defesa Nacional (ADN)" (VIEIRA, RICARDO Z., 2020, p. 791).

E, como destaca Doratioto (2012, p. 134), tal "projeto materializou-se na convocação, pelo governo norte-americano, da primeira Conferência Pan-Americana, em Washington, em 1889". Tal conferência ilustra o desenho de uma estratégia de expansão hemisférica pautada em pilares econômicos, como: "a criação de uma união alfandegária, a padronização monetária e a melhora da infraestrutura continental" (VIEIRA, 2018, p. 64). Entretanto, no Cone Sul:

> Washington enfrentaria uma tenaz oposição da Argentina. Nesse período, os dois países possuíam economias fortemente competitivas, dado que ambos eram grandes produtores de carnes, cereais e lã. Isso se refletia no baixo grau de relações financeiras e comerciais entre eles [...]. Dada essa situação, era vital para a política externa Argentina manter sua proximidade com a Europa e com a Inglaterra em particular. Ao mesmo tempo, era do interesse inglês evitar a criação de uma União Pan-americana que excluísse seus capitais e indústrias da América Latina. Daí que a Argentina, fortemente apoiada no poder inglês, iniciou uma política de franca e dura oposição ao pan-americanismo de Washington, linha de atuação que acabaria por se tornar uma tradição na diplomacia argentina até pelo menos os anos 1950 (MORGENFELD, 2011 apud VIEIRA, 2018, p. 64).

Nesse quadro, é possível adicionar uma camada política ao crescimento das exportações brasileiras, rumo ao mercado norte-americano. Porque, no início da Primeira República, era do interesse de Washington ampliar sua presença no Cone Sul, à custa da proeminência britânica. Nesse sentido, no Brasil, entre o final do século 19 e início do século 20, configurou-se um quadro singular: os grandes fluxos comerciais e financeiros passaram a não coincidir. O café e a borracha exportados pelo Brasil tinham como principal destino os Estados Unidos. E, até a década de 1920, a Grã-Bretanha fornecia tanto os produtos manufaturados como o crédito, que o Brasil necessitava (DEAN, 2002 apud FILOMENO, 2006, p. 77). Portanto, a discrepância nos fluxos comerciais e financeiros, em meio à rivalidade anglo-americana, configurava um potencial trunfo ao Estado brasileiro, pois reduzia a sua dependência econômica com a Grã-Bretanha e ampliava sua margem de manobra na arena interestatal. Com isso, no campo das relações internacionais: "Na relação do Brasil com os Estados Unidos havia o pragmatismo de reconhecer a emergência deste país à condição de potência mundial. Esperava-se, com o respaldo político norte-americano, estabelecer um equilíbrio com a Argentina, que tinha estreitas relações com a Grã-Bretanha" (DORATIOTO, 2012, p. 148).

E mais, na construção da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, como destaca Vieira (2018, p. 68–69):

> A entente Brasil-EUA no Hemisfério Ocidental que tomava forma nos anos 1890 ganhou um impulso considerável com a nomeação de Rio Branco para a chancelaria brasileira em 1902 [...]. O momento em que o novo chanceler foi nomeado, em

> 1902, coincidiu com um dos pontos mais baixos da posição internacional do país. Ao sul, o Brasil estava reduzindo à vexatória condição de terceira potência militar do continente, depois de Argentina e Chile, e ao norte eram claras as ameaças da Inglaterra e França, interessadas em expandirem suas possessões nas Guianas em direção à Amazônia Brasileira. Nesse quadro, Rio Branco entendia que o Brasil poderia contar com dois aliados-chave: O Chile, que não tinha fronteiras com o Brasil, mas mantinha uma forte competição estratégica com a Argentina, e os EUA, que, além de não ter limites comuns, também enfrentava sérios problemas na sua relação com a Inglaterra, a Argentina e os estados hispânicos em geral.

Entretanto, na aproximação do Brasil com os Estados Unidos existiam empecilhos. Nessa época, o maior deles era questão do Acre,[55] que foi cirurgicamente resolvida no início do século 20, pela gestão Rio Branco, abrindo definitivamente espaço para o avanço da aproximação do Brasil com os Estados Unidos (VIEIRA, 2018, p. 69–70). Ainda, como frisa Doratioto (2006, p. 43):

> Para Rio Branco, a aproximação com os Estados Unidos era instrumento para atingir objetivos próprios da política externa brasileira. Os EUA, por esse raciocínio, também teriam interesses nessa relação pelo mesmo motivo, adquirindo as relações bilaterais o caráter de uma "aliança não escrita". Não se tratava, portanto, de submeter a política externa brasileira aos objetivos dos Estados Unidos, mas, sim, de utilizar a aproximação com Washington para neutralizar intervenções que eventualmente poderiam ser perpetradas contra o Brasil.

3.5. AS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS E A ALIANÇA DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS

3.5.1. A primeira grande guerra

Nos quadros da primeira grande guerra, "em 1917 o Brasil entrou na guerra do lado dos Estados Unidos, se convertendo em fornecedor de bens estratégicos para o esforço de guerra e despachando um esquadrão naval para ajudar nas operações" (SMITH, 1991 apud

[55] O Acre "fora cedido pelo Brasil à Bolívia em 1867 como forma de conseguir a neutralidade boliviana na Guerra do Paraguai. Entretanto, ele tinha péssimas ligações com o resto do território boliviano, e acabou sendo ocupado quase que exclusivamente por exploradores brasileiros vindos de Manaus. Em 1902, temendo que essa situação levasse o Acre a ser anexado ao Brasil, a Bolívia resolveu arrendar o território a um consórcio de investidores americanos e europeus, o *Bolivian Syndicate*. Pelos termos do acordo, o *Syndicate* [...] exerceria funções análogas a de um governo, de uma forma similar à que empresas europeias operavam na África e na Ásia. Do ponto de vista brasileiro, era necessário impedir que o precedente colonial fosse estabelecido na América do Sul. Para tanto, o Rio de Janeiro fechou o Amazonas a navegação estrangeira, comprometendo a viabilidade comercial do Syndicate [...]. Além disso, o representante brasileiro em Washington conseguiu convencer o Departamento de Estado de que o *Syndicate* representaria um perigo à Doutrina Monroe, uma vez que era possível que o empreendimento viesse a ser dominado, no futuro, por capitais europeus. Finalmente, o Brasil ainda demonstrou ser um parceiro continental confiável aos Estados Unidos, ao rejeitar os pedidos de apoio colombiano contra as pressões americanas no caso da independência do Panamá, apoiada por Washington com o objetivo de construir no novo país o canal interoceânico. Todos esses elementos levaram o governo americano a optar pela neutralidade na questão do Acre. Sem apoio de Washington, a Bolívia aceitou reconhecer a posse brasileira da região, mediante uma indenização e a promessa de construção de uma ferrovia para escoar a exportação boliviana" (HEISFELD, 2012 apud VIEIRA, 2018, p. 69–70).

VIEIRA, 2018, p. 75). Dessa forma, "[o] Brasil foi o único país sul-americano a participar da Primeira Guerra Mundial" (DORATIOTO, 2012, p. 163). E assim:

> Em 1918, como parte da associação militar, os Estados Unidos ajudaram a instalar no Rio de Janeiro a Escola de Guerra Naval, e em 1922 enviaram uma missão naval para planejar o reequipamento da Marinha Brasileira. A missão americana causou grande impacto na Argentina, que exigiu explicações de Washington sobre se aquilo significava que os Estados Unidos entrariam na guerra ao lado do Brasil em caso de conflito no Prata. (SMITH, 1991 apud VIEIRA, RICARDO Z., 2018, p. 75).

Entretanto, os esforços brasileiros de fortalecimento naval não modificaram a balança de poder naval no Cone Sul, favorável à Argentina. Assim, em diálogo com as ideias de Alfred Mahan, a força naval brasileira seria incapaz de proteger o litoral e o comércio oceânico. Portanto, após 1918, com o término da guerra, despontou o receio de que o Brasil poderia ficar isolado, devido à escassez de divisas ou à supremacia marítima inimiga. Tal percepção culminou com a articulação de propostas voltadas à construção de um complexo industrial-miliar no Brasil[56], como fizeram os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. E a pedra angular deste projeto industrial-militar era a construção de um parque siderúrgico nacional (VIEIRA, 2018, p. 75–85).

Tal proposta nos remete a criação do periódico ADN[57], cuja primeira edição já propunha a criação um parque siderúrgico nacional. Assim, em termos econômicos, tal grupo tinha como objetivo melhorar a infraestrutura, especialmente as ferrovias, e criar uma base industrial abrangente e autossuficiente. Isso incluiria desde indústrias de base e produção de armamentos, até aquelas que atenderiam às necessidades da população civil (VIEIRA, 2018, p. 85-87). E do ponto de vista político: "Para equacionar o desafio colocado por desse cenário, em que a política interna, o inimigo e a guerra se fundem, eliminando a distinção entre os campos externo e doméstico, a ADN passou a defender a necessidade de um governo forte e centralizador, controlado pelo próprio Exército" (VIEIRA, 2018, p. 88).

E como observa Vieira (ibidem, p. 81), a questão da ameaça argentina ocupou um lugar de destaque no periódico. Mas também, ainda que em menor medida, as vozes da ADN combateram a Grã-Bretanha e as oligarquias brasileiras. Os diferentes pesos possuem diversas

[56] "Na visão do Estado-Maior, portanto, Brasil teria que realizar uma guerra terrestre sem a supremacia naval que tinha sido decisiva em todas as guerras platinas no Século XIX contra um poder militar e econômico superior" (MCCANN, 1983; 2009 apud VIERA, 2018, p. 79).

[57] "Antes da I Guerra, Tasso Fragoso e um grupo de 36 oficiais do Exército brasileiro foram treinar na Alemanha [...]. Os egressos dos cursos da Alemanha, junto com ex-alunos da Academia Militar de Porto Alegre, fundaram em 1913 um periódico especializado, A Defesa Nacional [...]. Crucialmente, o grupo articulado em torno de A Defesa Nacional, também chamado de Jovens Turcos, elaboraria um novo paradigma estratégico, que uniria as noções de ameaça argentina e interna a um programa global de reorganização política e econômica do país" (VIEIRA, 2018, p. 80).

explicações. Uma delas parece ser o declínio da preeminência britânica no Brasil, após a Grande Guerra. Pois, se até a Primeira Guerra Mundial a Grã-Bretanha influía fortemente nos rumos políticos e econômicos do Brasil, após 1918 o peso britânico na economia brasileira caiu, em favor dos Estados Unidos.

> No comércio exterior, a evolução da política comercial britânica não estimulava melhores condições para o incremento do intercâmbio com o Brasil [...]. Incapaz de recuperar os níveis de comércio pré-1914 que mantinha com o Brasil, quando ainda era o maior fornecedor das importações brasileiras, a tendência da Grã-Bretanha nos anos seguintes foi concentrar seus interesses econômicos, sobretudo, na Argentina, seu maior parceiro comercial na região e principal destino de seus investimentos na América Latina, com a qual firmou o Pacto Roca-Runciman de 1933. Registrou-se, portanto, uma transição histórica no comércio exterior brasileiro, que o passar dos anos só faria acentuar. A posição de maior parceiro comercial do Brasil estava definitivamente consolidada a favor dos Estados Unidos (GARCIA, 2002, p. 60).

3.5.2. A década de 1920

A década de 1920 marca uma inflexão na preeminência britânica no Brasil.[58]Todavia, ainda que a influência norte-americana avançasse nestes anos, sua a ascensão não foi imediata. Como observa Garcia (ibidem, p. 43), "[a] transição e poder de que se fala aqui deve ser vista como uma mudança histórica de *longue durée* e o período entreguerras como o ponto culminante de um processo secular".

No plano brasileiro, a estratégia externa, de aproximação com os Estados Unidos, desenhada por Rio Branco, era tanto do interesse das elites nacionais como da oligarquia exportadora de café. E como explica Doratioto (2012, p. 169):

> Entre 1902 e 1922, a política externa brasileira traçou uma trajetória ascendente, que tinha por objetivo atender à agroexportação. O Brasil se vinculava ao mundo pela necessidade de colocar sua produção; obter mão de obra e capitais externos; conseguir meios para sua segurança e lograr prestígio internacional. O país recebeu imigrantes; expandiu ferrovias e portos; teve estreitas relações com os Estados Unidos e cordiais com as potências europeias, todos fornecedores de mercadorias e capitais ao mercado brasileiro e seus compradores. Solucionadas as questões de fronteira, a diplomacia brasileira trabalhou pela amizade entre os países sul-americanos e manteve relações no geral amigáveis com a Argentina. A participação militar brasileira na Primeira Guerra Mundial, ainda que simbólica, credenciou o país a ser parte nas negociações de paz de Versalhes e na fundação da Liga das Nações.

[58] "A incapacidade da Inglaterra de manter sua posição tradicional durante os anos que se seguiram a 1914 era meramente o resultado natural de condições de guerra e, para os britânicos, um eclipse temporário que seria retificado no momento apropriado. Consequentemente, a verdadeira luta pela supremacia começou após 1918" (MANCHESTER, 1972, p. 334 apud GARCIA, 2002, p. 42-43).

Também nesses anos, após a Primeira Guerra Mundial, o mundo viveu os "anos loucos". Uma época plural e contraditória, marcada por intensos sentimentos como: o medo e a esperança. As artes pulsavam, a economia mundial passava por transformações e, na política, emergiram dois programas críticos do liberalismo: o comunismo e o fascismo.[59] (RODRIGUES, 1997, p. 7-20).

No Brasil, os acontecimentos de 1922 refletem e ilustram localmente os "anos loucos". Nos anos seguintes a primeira grande guerra, ocorreu um acirramento das tensões sociais brasileiras que, além de estarem em consonância com os movimentos globais, foram resultado tanto do legado da monarquia como da emergência da república. E certos episódios nos permitem ilustrar as ambiguidades do mercado autorregulável global subscrito no projeto liberal-oligárquico da Primeira República.

Em setembro de 1922, o Brasil comemorava cem anos da independência política de Portugal. O marco das comemorações foi a Exposição do Centenário, com os temas progresso, civilização e raça. Nela, a ascensão do Brasil, no concerto das nações, dialogava com o branqueamento de sua população, bem como sua higienização (SCHUSTER, 2014). Todavia, enquanto as elites oligárquicas apresentavam ao mundo seu projeto para o Brasil, o Rio de Janeiro se encontrava em pleno estado de sítio, fruto dos acontecimentos dos meses anteriores. Havia, portanto, vozes contrárias ao projeto exposto na comemoração da independência.

As primeiras vozes críticas despontaram em fevereiro, na Semana de Arte Moderna, com os modernistas argumentando que a cultura brasileira era capaz de sustentar uma civilização nos trópicos. Com esse espírito, Oswald de Andrade afirmou que "era necessário incorporar certos modelos culturais europeus e norte-americanos, mas só para criar algo autêntico, e não para imitá-los. Só dessa maneira o Brasil conseguiria a verdadeira independência" (ibidem, p. 11). Assim, já no início de 1922 ocorreu uma ruptura simbólica e a Semana de Arte Moderna impulsionou o debate sobre a construção da nação brasileira, defendendo o desenvolvimento da cultura nacional como um meio para se alcançar uma verdadeira independência.

No mês seguinte, em março, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, dialogando com o crescimento do movimento sindical e a difusão da indústria, no Brasil

[59] O programa comunista dialoga com a vitória bolchevique na Rússia (1917-22). E o fascismo ascendeu definitivamente em 1922, na Marcha sobre Roma capitaneada por Mussolini. E, para além do nazismo alemão, que despontou em 1933, vale ressaltar "a ascensão de outros regimes autoritários no cenário mundial, como no Japão, com o imperador Hiroito (1926); em Portugal, com Antonio Oliveira Salazar (1932); e, na Espanha, com Francisco Franco (1939), por meio da vitória dos monarquistas e da Falange Fascista sobre os republicanos na Guerra Civil espanhola (1936-1939)" (PINHEIRO, 2013, p. 145-146).

(NAPOLITANO, 2016, p. 80–81). Como mostram os censos do período, nas duas primeiras décadas do século 20 houve uma significativa expansão industrial, especialmente no setor de bens de consumo. E, neste processo, o emprego industrial cresceu: em 1907, a indústria empregava 151 mil operários e, em 1920, foram contabilizados 275 mil trabalhadores. (CALDEIRA, 2017, p. 512). Assim, 1922 também marca a emergência dos movimentos sindical e comunista no país.

Também em março ocorreram as eleições para a presidência do Brasil. Neste momento, o então presidente Epitácio Pessoa acumulava uma série de atritos com os militares e competiam dois candidatos: o situacionista, Artur Bernardes e, o oposicionista, Nilo Peçanha, que defendia o fortalecimento das Forças Armadas. Ao término das eleições, Bernardes saiu vitorioso. Mas o Clube Militar, presidido pelo ex-presidente Hermes da Fonseca, questionou os resultados. E neste contexto, Epitácio Pessoa, temendo um levante militar, transferiu alguns oficiais, fechou o Clube Militar e prendeu Hermes da Fonseca. O resultado foi a Revolta dos 18 do Forte, em julho de 1922, que marcou o início do movimento tenentista (NAPOLITANO, 2016, p. 73–74).

O tenentismo marcou a emergência dos militares na política brasileira, com seu programa de o fortalecimento estatal, em especial, da capacidade do Estado nacional de: mediar conflitos sociais, subordinar o oligarquismo e defender tanto a economia pátria quanto a integridade territorial contra ameaças externas (BRESSER-PEREIRA, 2016; NAPOLITANO, 2016). Nesse ponto, para Forjaz (1984), o movimento tenentista foi um fenômeno social singular, onde "o comportamento político-ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membro do exército e sua composição social como membro das camadas médias urbanas" (ibidem, p.20).

Também nas décadas de 1910 e 1920, políticos e intelectuais passaram a argumentar que a pobreza brasileira possuía elementos estruturais, como econômicos e culturais. A pobreza inviabilizava o desenvolvimento nacional e, portanto, a sua superação tornou-se um paradigma, cuja articulação demandaria a crescente intervenção do poder público, para novas áreas de intervenção, na educação, na saúde e na esfera trabalhista (GOMES, ANGELA DE CASTRO, 1999, p. 54–55). Assim, em diálogo com a investigação mundial de Polanyi, no Brasil:

> Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação (ibidem, p. 55).

Assim, ao longo da década de 1920, grupos da elite brasileira compreenderam tanto a emergência destas novas demandas sociais como o risco de não as atender. Afinal, o descontentamento social poderia conduzir o país a uma onda de conflitos internos. É esclarecedora a frase proferida por Antônio Carlos, então governador de Minas Gerais, em 1929: "façamos a revolução, antes que o povo a faça" (NAPOLITANO, 2016, p. 88).

A organização político-institucional da Primeira República foi incapaz de absorver certas transformações no mundo e especialmente na sociedade brasileira, como: o novo paradigma artístico-cultural, a emergência do movimento sindical, e a indignação crescente tanto de camadas da classe média como dos militares para com os rumos do Brasil. Dessa forma, entre 1922 e 1930, o Brasil viveu uma onda de crises, que culminaram com a Revolução de 1930 (RICUPERO, 2022, p. 127). Nela, Getúlio Vargas e o movimento tenentista se aliariam para realizar a Revolução de 1930, dando início ao período do nacional-desenvolvimentismo, que marcaria o início de uma onda de transformações no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 105–107).

3.5.3. O Crash de 29 e as transformações da década de 1930

> É comum dizer que os anos 1930 se iniciaram, de fato, em 1929 com a crise econômica e financeira internacional, que desarticulou o sistema capitalista mundial em consequência da queda generalizada nos preços internacionais dos produtos agrícolas, seguida da quebra da bolsa de Nova York (PINHEIRO, 2013, p. 145).

Após 1929, as nações latino-americanas enfrentaram uma contração em seus mercados de exportação. Como resultado, teve início uma sequência de transformações políticas, econômicas e sociais. "Em parte como um desdobramento desse cenário de dificuldades sucederam-se golpes e revoluções em diversos países do continente: só no ano de 1930 caíram os governos da Bolívia, Peru, Argentina e Brasil" (PINHEIRO, 2013, p. 146).

No Brasil, Getúlio Vargas liderou um movimento militar, que encerrou a Primeira República. Para Vieira (2018, p. 93–94), após 1930, se solidificou uma agenda em prol da defesa da posição brasileira no Cone Sul. Seus pilares foram: a centralização política, a industrialização e o alinhamento externo com os Estados Unidos. Ainda, para Fiori (2003) alguns acontecimentos auxiliaram tal agenda político-econômica brasileira. No plano internacional, o debacle do padrão monetário internacional britânico, após 1929, fortaleceu a capacidade do Estado brasileiro de articular políticas monetária, fiscal e cambial. Já no plano interno, a dissidência oligárquica fortaleceu o aparato estatal, que passou a promover uma

aceleração no desenvolvimento industrial. Uma das peças-chave desta agenda era o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica nacional, “era necessário instalar uma usina siderúrgica de grande porte, que poucos países tinham à época” (DORATIOTO, 2006, p. 45). Sob o prisma político, no Brasil, “o período que se inicia com a Revolução de 1930 e se estende até o começo do segundo governo Vargas é assim marcado pela instauração e consolidação da tutela militar na política nacional” (VIEIRA, 2018, p. 110).

Como destaca Wellington Vieira (2017), após 1930, a agenda político-econômica do Estado brasileiro se confunde com a própria modernização das Forças Armadas. E, dada à centralizada da industrialização, o processo de urbanização de intensificou, conduzindo as demandas das massas urbanas a um lugar de destaque na agenda do governo Vargas.

> Cabe-nos lembrar das realizações de Vargas em “favor do povo”. Com o decreto nº 19.433 de 26 de novembro de 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o que seria posteriormente dividido em Ministério do Trabalho e Ministério da Indústria [...]. Pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1932 seria instituída à carteira de trabalho, e em 1934 torna a carteira de trabalho como obrigatória para a consolidação das leis trabalhistas, realizadas em 1943. A nova Constituição de 1934 trazia em seu texto incorporação da legislação trabalhista, como jornada de trabalho de oito horas, férias, descanso semanal remunerado, etc. A politica de Vargas foi ao sentido de atender as demandas já existentes dando-lhes o direcionamento político do “interesse” do Estado, ou melhor, do interesse nacional. A Aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935 indicava esse caminho. Seria o reflexo das crises que o país ainda vivia após a Grande Depressão, que por sua vez comprimia o salário mínimo aumentando o custo de vida do operariado urbano, assim como o desemprego. LSN teria, portanto, o objetivo de proibir as greves, enquanto a legislação trabalhista funcionava como instrumento cooptação do trabalhador ao “projeto nacional”. Sendo assim, o decreto lei nº 19.770 subordinava os sindicatos ao Ministério do Trabalho. O “Estado de compromisso” desenhava-se como uma conciliação social, em um tipo de estrutura que subordinava, tanto os interesses da burguesia industrial quanto do operariado ao controle da máquina Estatal (ibidem, p. 79-80).

No plano diplomático, Doratioto (2006, p. 44-45), entretanto, destaca que os recém-chegados ao poder inicialmente careciam de um projeto de política externa, mas demonstravam ser suficientemente pragmáticos e reconheciam a importância das relações com os Estados Unidos. Todavia, a aproximação com os Estados Unidos foi negociada, pois emergiram, ao longo da década de 1930, caminhos alternativos, como o comércio compensado com a Alemanha. Dessa forma, nestes anos, o Brasil escolheu uma estratégia de aproximações alternadas e simultâneas com os Estados Unidos e a Alemanha. Empreendendo uma "política de equidistância pragmática", conforme a descrição de Moura (1980).

No entanto, no início da década de 1940, os desdobramentos da segunda grande guerra solaparam a política pendular de Vargas. “Em 1942, na Conferência dos Chanceleres

Americanos, no Rio de Janeiro, Vargas apoiou a demanda norte-americana de busca de solidariedade continental" (DORATIOTO, 2006, p. 46).

> Com o alinhamento do Brasil, os Estados Unidos garantiram o apoio do maior país do continente por meio da exclusividade no fornecimento de materiais estratégicos para a indústria de guerra e da permissão para o estacionamento de tropas norte-americanas no território nacional, incluindo autorização para construção e utilização da base militar de Natal. Já o Brasil, além da promessa de reequipamento militar e do financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda - que seria a primeira siderurgia brasileira - obteve apoio para o envio de tropas ao teatro de operações (Força Expedicionária Brasileira - FEB). A participação militar direta na guerra qualificaria o Brasil a participar das conferências de paz e reordenamento mundial (PINHEIRO, 2013, p. 153–154).

Simplificadamente, portanto, na década de 1940, através da aliança com os Estados Unidos, a primeira siderurgia grande e integrada foi viabilizada no Brasil. Mas, antes de avançar com os pormenores do desenvolvimento da siderurgia brasileira, tema do capítulo 4, vale recuperar as principais conclusões do capítulo 3.

3.6. CONCLUSÃO

Neste capítulo, apresentamos uma perspectiva brasileira do expansionismo liberal britânico, entre o século 19 e o início do século 20. Nesses anos, conforme a narrativa desenvolvida no capítulo 2, a independência dos Estados latino-americanos foi um dos pilares da estratégia mundial britânica, de expansão do seu poder e da sua riqueza. Dentro da ordem internacional britânica, tais Estados recém-independentes passaram vender bens primários, em troca de bens manufaturados britânicos e acesso ao mercado de capitais, centrado em Londres.

Neste cenário, ao longo do século 19, a unidade político-territorial que se transformaria na Argentina desenvolveu, gradativamente, uma relação privilegiada com a Grã-Bretanha. Tal relação conversou, notadamente, com a abertura do mercado britânico de bens essenciais ao comércio internacional. Em outras palavras, foi aberta uma oportunidade para os territórios capazes de produzir estes bens em grades escala, para o mercado britânico. A Argentina era um destes territórios, pois era capaz de produzir carne e cereais para exportação. Essa aliança, entre britânicos e argentinos, alçou seu zênite entre o último quartel do século 19 e o término da primeira grande guerra. E através dela, a Argentina enriqueceu, se fortaleceu e passou a praticar uma política expansionista na Bacia Platina.

Em meio a tais movimentos, o Brasil encontrava-se no final do século 19 fragilizado, em especial pela sua instabilidade política e social, mas também pelas suas recorrentes crises financeiras. Invariavelmente, frente à pujança e ao expansionismo da Argentina, a noção de

ameaça externa cresceu no Brasil. E, em resposta à debilidade relativa do Estado brasileiro, germinaram diversas reações e projetos. Dentre eles, destacou-se o projeto dos militares, que previa o fortalecimento e a centralização do Estado, bem como a industrialização e o fomento do mercado interno.

Tal programa ganhou força num quadro mundial específico. Após o crash de 1929, emergiram Estados fortes, mais centralizados e intervencionistas, com projetos voltados para a expansão industrial e, acima de tudo, o desenvolvimento de seus mercados internos. Dessa forma, o programa estatal brasileiro pós 1930 é parte desta onda mundial. Quando a Primeira República ruiu, com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, iniciou-se o período de tutela militar da política brasileira e, ao longo da década de 1930, um programa centralizador e industrialista gradativamente ganhou forma. E mais, frente tanto às turbulências da década de 1920 como as transformações no Brasil, resultantes da industrialização e da urbanização, as demandas das massas urbanas ganharam proeminência na agenda do governo, culminando com importantes avanços na questão trabalhista. Assim, nesses anos, uma série de instrumentos voltados para a autoproteção nacional foi constituída. E simultaneamente, no plano internacional, o projeto varguista contou, indiretamente, com enfraquecimento da ordem liberal britânica e, diretamente, com a aproximação e aliança com os Estados Unidos, em meio à sua competição com a Grã-Bretanha e à sua afirmação como hegemon do Hemisfério Ocidental. E, nessa história, uma peça-chave da industrialização brasileira, a moderna indústria siderurgia foi obtida.

E talvez, estes movimentos em torno do desenvolvimento da siderurgia brasileira sejam expressões específicas d'O Duplo Movimento descrito por Polanyi. Por um lado, o esforço siderúrgico, conversou com uma agenda interna de fortalecimento nacional, do mercado interno e da nação brasileira, em especial, da classe trabalhadora urbana. Por outro, ela também dialogou com o esforço externo, ou geopolítico, de defesa da capacidade do Brasil de promover sua própria proteção. E contraditoriamente, a própria agenda brasileira de fortalecimento político-econômico também conduziu a uma renovada expansão das forças capitalistas, tanto localmente como mundialmente.

4. CAPÍTULO 4: O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO SIDERÚRGICA BRASILEIRA EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES DA ERA D'O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO

4.1.O DEBATE SOBRE A ORIGEM DA PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NO BRASIL

A industrialização brasileira foi objeto de uma gama de estudos. E, conforme a sistematização da literatura empreendida por Suzigan (1986, cap.1), há quatro principais interpretações acerca da origem da industrialização brasileira, são elas: "1) a 'teoria dos choques adversos'; 2) a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; 3) a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou o 'capitalismo tardio'); e 4) a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo".

Entretanto, ao expor tais correntes interpretativas, o autor reconhece que a generalização das explicações é difícil e, nesse ponto, a análise setorial é importante. Assim, cruzamos essas interpretações com a história da origem da produção siderúrgica no Brasil, avaliando as duas maiores usinas siderúrgicas operando no Brasil, entre 1920 e 1950: a Companhia Belgo-Mineira e a Companhia Siderúrgica Nacional.

No caso da Belgo-Mineira, sua história não se adequa bem às quatro teses supracitadas por quatro principais razões: (1) ela não foi resultado das restrições do comércio mundial, ou choques externos; (2) ela não buscou, por exemplo, exportar minério de ferro para financiar sua produção siderúrgica ou a compra de máquinas importadas e carvão mineral;[60] (3) ela não foi fruto do capital mercantil cafeeiro;[61] e (4) ela não buscou grandes incentivos econômicos junto ao governo brasileiro.[62] Na verdade, tal empresa foi resultado das ações de um conglomerado siderúrgico belgo-francês, a ARBED, para controlar o preço e a oferta do

[60] Conforme destaca Barros (2011, p. 116–117), a Belgo-Mineira singularizou-se justamente por não procurar fazer a exportação de minério, o que é especialmente intrigante tendo-se em vista que praticamente todos, brasileiros e estrangeiros, reconheciam na exportação de minério, e não na produção siderúrgica, o grande negócio a ser feito no Brasil.

[61] Peláez comenta que o argumento da transferência do capital mercantil cafeeiro para o industrial não ocorreu na indústria siderúrgica. Pelo contrário, a Belgo-Mineira foi constituída com capital estrangeiro (PELÁEZ, 1972, p. 171–172; 194).

[62] Suzigan argumenta que os incentivos governamentais não foram os principais motivos da expansão da produção siderúrgica brasileira, na primeira metade do século 20. E, para piorar, a maioria das iniciativas siderúrgicas, que receberam auxílios do governo, não foram bem-sucedidas e faliram (SUZIGAN, 1986, p. 43–44). E, no caso da Belgo-Mineira, como destaca Barros (2011, p. 119–120), ela não solicitou grandes incentivos ao governo – tanto federal como estadual –, o único pedido era a construção de um ramal ferroviário entre Santa Bárbara e São José da Lagoa.

mercado mundial de minério de ferro. Dessa forma, a construção de uma usina siderúrgica no Brasil foi uma peça-chave para um projeto maior, voltado para o controle da oferta de minério de ferro global. O próprio líder do Projeto Itabira, Farquhar, apontou que a ARBED atuou para restringir a concorrência na Europa, pois a entrada do minério brasileiro no mercado europeu poderia prejudicar as exportações belgo-francesas para importantes praças, como a alemã (BARROS, 2011, p. 117-118).

O caso da CSN, de certa forma, se conecta a última tese, pois ela foi um dos resultados da aliança entre o Brasil e os Estados Unidos nos quadros da Segunda Guerra Mundial (BAER, 1970, p. 103; BASTOS; HUMBERTO, 1957, p. 201-205). A explicação clássica para tal acontecimento é a da equidistância pragmática, formulada por Moura (1980). Nela, no período do Estado Novo (1937-1945), o governo brasileiro soube colher vantagens da competição geopolítica entre os Estados Unidos e a Alemanha. Portanto, ao desenvolver uma política externa pendular, oscilando entre os norte-americanos e os alemães, o governo Vargas foi capaz de promover a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.[63] Portanto, nessa interpretação, ao longo da década de 1930, ocorreu uma ampliação do poder de barganha do Brasil na arena internacional, que foi manejado, com sucesso, pelo governo Vargas.[64]

Entretanto, há uma questão que merece ser aprofundada, porque o Estado nacional lutou pela construção de uma moderna indústria siderurgia no Brasil? Como argumentamos no capítulo 3, frente ao expansionismo liberal britânico, à ameaça argentina e às crises políticas, econômicas e sociais internas, entre o final do século 19 e início do século 20, a percepção de fragilidade cresceu no Brasil. Assim, emergiram gradativamente projetos voltados para o fortalecimento do país, discutindo questões: do aparato e atuação estatal, da força militar, da economia nacional e da pobreza. Ganhou vida o projeto aglutinado na Revolução de 1930. E nele, a centralização política, a modernização das Forças Armadas, a industrialização, as leis trabalhistas e a indústria siderúrgica foram todos meios interconectados de promover a capacidade do Brasil de se defender das ameaças externas e

[63] Seitenfus (1985) e Corsi (2007), que também investigaram esse mesmo quadro histórico, concordam com o conceito de equidistância pragmática. Desses autores, Corsi (2007, p. 12) ressalta que a política externa do Estado Novo (1937-1945) foi orientada para a busca de tecnologia e capital estrangeiro em prol, por exemplo, da modernização das Forças Armadas e da industrialização.

[64] Entretanto Abreu (2014) se opõe a ideia que houve, nesse período, uma ampliação do poder de barganha e da autonomia internacional do Brasil. Sua crítica sublinha a assimetria da força político-econômica da Alemanha e dos Estados Unidos na América do Sul. Pois, para ele, o poder norte-americano, no Cone Sul, era substancialmente maior. Mas, mesmo assim, houve projetos alemães para o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira. E, nesse sentido, Abreu argumenta que a "questão alemã" foi mais um instrumento de barganha do governo brasileiro, junto aos Estados Unidos, do que um projeto concreto. Já Bueno (2006, p. 14) destaca que os compromissos alemães não eram para o curto prazo, mas sim para o período do pós-guerra, para a situação de fim do bloqueio marítimo.

das crises internas. Mas também, e contraditoriamente, tal agenda culminou com a expansão e o aprofundamento das forças capitalistas no território brasileiro.

Tendo em vista as contradições do capitalismo histórico e seu processo de expansão contraditório, talvez os fenômenos conhecidos como "Segunda Revolução Industrial", "choques externos", "Estado de Compromisso" e "equidistância pragmática" façam parte, de distintas formas, de um fenômeno maior e sistêmico: o desmoronamento da ordem liberal, promovida pelos britânicos, no longo século 19. Dessa forma, argumentamos que é possível aproximar os mencionados conceitos valendo-se da tese de Polanyi para reconstituir as forças que conduziram o desenvolvimento da siderurgia no Brasil. Assim, na próxima seção, procuramos investigar o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira como um produto da expansão do capitalismo histórico, expresso pelo avanço contraditório das forças d'O Duplo Movimento. Uma expansão marcada por dois grandes embates: (1) o conflito entre a expansão do mercado autorregulável e a busca da sociedade de recuperar o controle sobre a sua vida material; e (2) a luta entre os esforços de construção de um império global e as ações defensivas das diversas unidades político-territoriais, que compõe o sistema interestatal capitalista.

4.2.A LONGA CONQUISTA DA SIDERURGIA NO BRASIL (C.1530-C.1940)

4.2.1. A siderurgia nos períodos Colonial e Imperial (c.1530-c.1880)

Na história brasileira, as primeiras iniciativas siderúrgicas conversam com a fundação da primeira vila portuguesa na América. Em 1532, quando Martim Afonso fundou a Vila de São Vicente, chegou ao Brasil o mestre ferreiro Bartolomeu Fernandes (NEVES; CAMISASCA, 2013, p. 26). Décadas à frente, em 1597, Afonso Sardinha e seu filho construíram o primeiro forno siderúrgico do Brasil, nas proximidades de Sorocaba (SP). Ainda que este empreendimento contasse com certo apoio do Governador da Capitania de São Vicente, com a morte de Afonso Sardinha Filho, em 1629, a usina foi fechada (BAER, 1970, p. 72).

Em suma, no período colonial, a produção siderúrgica não se desenvolveu no território brasileiro. Nos séculos 17 e 18, a produção siderúrgica em terras brasileiras não foi promovida, e, por uma década, entre 1785 e 1795 ela chegou a ser proibida pela administração portuguesa. Assim, nos quadros do Pacto Colonial, o território brasileiro deveria se ater à exportação de bens primários (BAER, 1970, p. 73; SILVA, 1972, p. 5–9).

Entre a ascensão do Príncipe Regente João (1795) e a chegada da Corte portuguesa ao

Rio de Janeiro (1808), todavia, a produção siderúrgica passaria a ser incentivada pela administração portuguesa. Nesse quadro, despontaram três empreendimentos siderúrgicos: a Fábrica de Ferro de São João do Ipanema (1801-1895), a Usina do Pilar (1808-1831) e a Fábrica Patriótica (1812-1821). Infelizmente, ao longo do século 19, tais fábricas fecharam. Para Baer, três questões explicam o fracasso destes empreendimentos siderúrgicos: (1) a falta de liderança empresarial; (2) a escassez de trabalhadores qualificados; e; (3) a notável competição britânica, no mercado de bens siderúrgicos (BAER, 1970, p. 73–79).

Entretanto, destes empreendimentos, a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema se destaca pela longevidade. E tal longevidade é explicada pelos esforços governamentais – da coroa portuguesa e do Império Brasileiro –, voltados à promoção da produção siderúrgica, tendo em vista seu aspecto estratégico. A Fábrica de Ipanema era orientada à produção de bens militares, mas também produzia bens civis. Embora a Fábrica de Ipanema tenha produzido bens siderúrgicos ao longo do século 19 – e com intermitentes apoios do governo – , ela enfrentou recorrentes dificuldades financeiras. A última delas ocorreu após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Assim, com o término no conflito no Cone Sul, a Fábrica de Ipanema entrou em crise e, em 1895, foi fechada (BARROS, 2011, p. 19; LANDGRAF *et al.*, 2021, p. 3-5 ; 28).

No século 19, portanto, apesar dos esforços voltados para a instalação da produção siderúrgica, certas condições internas e externas inter-relacionadas impediram a afirmação da indústria siderúrgica no Brasil. Internamente, a elite agroexportadora – associada ao liberalismo britânico – dominou os rumos da política econômica nacional. Assim, o Estado brasileiro não adotou políticas mercantilistas, voltadas ao desenvolvimento do mercado interno e favoráveis ao comércio e à indústria. Já externamente, os britânicos manejaram uma gama de instrumentos – como diplomáticos e financeiros – para manter sua proeminência no mercado siderúrgico brasileiro (FERREIRA, 2009, p. 44; FIORI, 2000, p. 14–16).

4.2.2. A siderurgia na Primeira República (c.1880-c.1930)

Entre o fechamento da Fábrica de Ferro de Ipanema (1895) e a Primeira Guerra Mundial (1914), a Usina de Queiroz Junior – fundada em 1888 – foi a única indústria siderúrgica em funcionamento no Brasil. Na primeira década do século 20, estima-se que a produção anual brasileira de ferro rondasse a casa de 4.000 toneladas. Cifra ínfima frente às importações de bens siderúrgicos, que, em 1901, alçaram 63.000 toneladas. Ainda, para piorar, em termos qualitativos, a Usina de Queiroz Junior produzia apenas ferro-gusa. Ou

seja, neste período, no território brasileiro, não se produzia aço e bens siderúrgicos laminados – essenciais, por exemplo, para a expansão dos caminhos de ferro (BARROS, 2011, p. 20–21).

Enquanto a produção siderúrgica brasileira patinava, no plano sistêmico ocorria uma corrida por matérias-primas. Tal corrida teve início por volta da década de 1870, mas, no caso do minério de ferro, intensificou-se após a publicação do inventário mundial das jazidas de minério de ferro no Congresso de Estocolmo, em 1910. Portanto, no Brasil, após 1910, teve início uma corrida pela aquisição – notadamente por estrangeiros – de propriedades ricas em minério de ferro[65] (BARROS, 2011, p. 53–54; FISCHER, 2013, p. 4-5 ; 9).

No campo da geopolítica, ainda que o minério de ferro fosse essencial para todos os países, em função da sua importância militar e econômica, havia Estados autossuficientes, capazes de produzir bens siderúrgicos com matérias-primas nacionais e Estados dependentes, cuja produção siderúrgica dependia de matérias-primas importadas. No início do século 20, dentre os grandes produtores siderúrgicos, os Estados Unidos, a França e a Rússia/União Soviética eram autossuficientes, enquanto a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Bélgica e o Japão eram, em alguma medida, dependentes de matérias-primas importadas (BARROS, 2011, p. 122–129; PARRISH, 1956, p. 369; 372–377).

Nesse quadro, despontaram, no Brasil, duas iniciativas envolvendo as reservas de minério de ferro de Minas Gerais: a Itabira Company e a Companhia Belgo-Mineira. Na historiografia, enquanto a Itabira ficou associada aos interesses estrangeiros, a Belgo-Mineira se conectou aos interesses nacionais. Na realidade, como sublinha Barros, ambos os empreendimentos estavam associados à interesses internacionais. Todavia, tais iniciativas, de fato, possuíam objetivos distintos (BARROS, 2011, p. 177–178).

O projeto Itabira ganhou notoriedade após 1919, depois da viagem de Epitácio Pessoa à Nova York, no retorno da Conferência de Paris. Tal projeto, capitaneado por Percival Farquhar, propunha exportar o minério de ferro mineiro aos grandes produtores europeus, dependentes de matérias-primas importadas – notadamente a Alemanha e a Grã-Bretanha. E, nesse plano, havia uma série de contrapartidas do governo brasileiro, como a extensão dos caminhos do ferro e certas isenções tributárias. Além do controverso monopólio de utilização da Estrada de Ferro Minas-Vitória, pela Itabira, para a exportação de minério de ferro. Já o

[65] No Brasil havia uma histórica sobreposição de direitos de propriedade, complicando o reconhecimento das posses legais. E a emergência da constituição de republicana, em 1891, complicou ainda mais a exploração das novas jazidas ao associar os diretos de propriedade aos diretos de exploração do subsolo. Assim, em meio à descoberta das novas jazidas de minério de ferro, a corrida pela aquisição das posses das jazidas esbarrou na complexidade institucional brasileira e, desta forma, a exploração das riquezas minerais avançou lentamente (BARROS, 2011, p. 55; FISCHER, 2013, p. 8).

governo, em contrapartida, visava atrelar a exportação de ferro à construção de uma usina siderúrgica no território brasileiro. Entretanto, em meio às negociações entre a Itabira Company e o Estado brasileiro, despontou um novo empreendimento: a Companhia Belgo-Mineira (BARROS, 2011, p. 102–111).

A Belgo-Mineira nasceu da associação entre a Companhia Siderurgia Mineira com o conglomerado siderúrgico belgo-luxemburguês *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED), no início da década de 1920. Ao contrário da Itabira, a Belgo-Mineira não almejava exportar minério de ferro para a Europa. E mais, a Belgo-Mineira se propunha a construir um parque siderúrgico no território brasileiro, valendo-se dos recursos nacionais, como o carvão vegetal. Todavia, como Barros frisa, o objetivo central da ARBED era o controle do mercado mundial de minério de ferro. Pois, tal conglomerado siderúrgico controlava importantes minas de minério de ferro na Europa. Desta forma, a exportação de minério de ferro brasileiro para a Europa poderia prejudicar seus negócios. Ou seja, para a ARBED, vetar a iniciativa da Itabira era fundamental (BARROS, 2011, p. 116–132)

Seja como for, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira realmente construiu um parque siderúrgico no território brasileiro. E, com isso, a Belgo-Mineira assumiu a liderança da indústria siderúrgica nacional na década de 1920 até a fundação da CSN, na década de 1940. Contudo, além da Belgo-Mineira, outros dois empreendimentos significativos despontaram após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, devido especialmente às restrições no comercial mundial que impactaram a importação brasileira de bens siderúrgicos: a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgica (BAER, 1970, p. 88; BARROS, 2011, p. 21–25).

Juntas, estas três empresas foram responsáveis pela expansão, quantitativa e qualitativa, da produção siderúrgica brasileira. Todavia, ainda que, ao longo da década de 1920, tenha ocorrido uma redução das importações de bens siderúrgicos, a produção nacional estava longe de atender a demanda siderúrgica brasileira. Como nota, em 1929 os coeficientes de importação dos bens siderúrgicos eram: 11,4%, para o ferro-gusa, 69,2%, para o aço, e, 88,4%, para os laminados (BARROS, 2011, p. 26–28).

Nesse ponto, no primeiro quartel do século 20, o governo republicano compreendeu que a afirmação da siderúrgica no solo brasileiro demandava a articulação estatal. Contudo, os defensores da industrialização brasileira não constituíram um bloco hegemônico. Pelo contrário, apesar da emergência de grupos políticos favoráveis à industrialização do Brasil, a força dos grupos agroexportadores, associados ao liberalismo britânico, era substancial e influía nos rumos da política econômica nacional (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 96–98). E,

para complicar, entre os defensores da siderurgia nacional havia dois blocos: de um lado, os defensores da pequena siderurgia – baseada no carvão vegetal nacional – e, do outro lado, os defensores da grande siderurgia – baseada no carvão mineral importado[66] (BARROS, 2011, p. 149; 173–174).

No início do século 20, em meio à competição no sistema interestatal, as jazidas de minério de ferro brasileiro se valorizaram, alargando as possibilidades de desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, ainda que os esforços da Primeira República tenham expandido a produção siderúrgica brasileira, a oferta nacional se manteve aquém da demanda e não era capaz de suprir as demandas econômicas e militares. Nesse período, o projeto siderúrgico nacional apresentou fissuras na sua sustentação política, em função da grande fragmentação da política republicana e dos diversos interesses mundiais. Aqui, vale lembrar que a expansão da riqueza de uma nação dialoga com a sua organização política. E foi somente com a reorganização do Estado brasileiro, após 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, que o Brasil logrou internalizar definitivamente a produção siderúrgica em sua matriz econômica-militar.

4.2.3. A siderurgia na Era Vargas (1930-1945)

No início da década de 1930, a importação de bens siderúrgicos era um entrave para as iniciativas econômica e militar do Estado brasileiro. Desta forma, já no início do governo Vargas, foi criada a Comissão Preparatória do Plano Nacional de Siderurgia, ligada ao Ministério da Guerra. (BAER, 1970, p. 94; BASTOS, HUMBERTO, 1957, p. 171–173). Nela, ao longo da década de 1930, foram discutidos vários planos. Entretanto, apesar dos debates, havia um elemento central: se almejava construir, no Brasil, uma usina siderúrgica grande e integrada, capaz de produzir os bens siderúrgicos essenciais aos projetos econômicos e militares. (BAER, 1970, p. 95–96; SILVA, 1972, p. 83–97).

Nos primeiros sete anos da Era Vargas (1930-1937), ainda que o incentivo à produção siderúrgica nacional fosse importantíssimo, uma série de outras questões – como a Guerra

[66] Em meio à competição econômica e política no sistema interestatal, a complexidade não estava somente na produção siderúrgica. A dificuldade residia em produzir bens siderúrgicos tão eficientemente quanto à produção internacional. Assim, a defesa da pequena siderurgia ia ao encontro dos movimentos nos dois maiores centros produtores siderúrgicos da época, os Estados Unidos e a Alemanha. Nestas regiões, a produção siderúrgica se caracterizava, pela: (1) produção em larga escala; (2) integração dos mercados – vertical ou horizontal; e; (3) continua inovação tecnológica (ALLEN, 1979; ARRIGHI, 1996, p. 296–305). Ainda, nestas regiões, os esforços governamentais buscavam impulsionar a demanda por bens siderúrgicos através: dos investimentos em infraestrutura, como as ferrovias; e; especialmente, dos gastos militares (HOBSBAWM, 2005, p. 81–82; LANDGRAF *et al.*, 2021, p. 3; MCNEILL, 1982, p. 262–306).

Paulista e a elaboração de uma nova constituição – minaram a atenção do governo. Mas, com a instituição do Estado Novo (1937-1945), a questão siderúrgica avançou na pauta do governo. Ainda, o Estado Novo ampliou a força dos militares no desenho dos rumos do governo. Portanto, as forças armadas promoveram o andamento da questão siderúrgica (VIEIRA, 2020, p. 795–798).

Já Tronca (2007, p. 413) sugere uma explicação alternativa, argumentando que nos primeiros anos da Era Vargas, a questão siderúrgica "podia esperar, uma vez que não seria através dela que se estaria em condições de atender, a curto prazo, as necessidades de reequipamento urgente do Exército". Portanto, ao avaliar esse quadro, o autor sugere que o desejo prioritário dos militares era a modernização das Forças Armadas e, portanto, a industrialização e o fomento à produção siderúrgica nacional eram objetivos secundários (TRONCA, 2007, p. 416-417).

Até aqui as distintas interpretações apresentadas não são totalmente excludentes. Realmente, entre 1937 e 1938, a questão siderúrgica avançou na agenda do governo. Nesse período, como os autores destacam, as Forças Armadas[67] ampliaram sua atuação no governo e houve também o acordo de compra de armamentos com a Alemanha, que reduziu a pressão tanto militar como por divisas internacionais. Assim, com a instituição do Estado Novo, a resolução do problema siderúrgico avançou tanto na pauta interna governamental como na agenda das relações exteriores.

Poucos meses após a configuração do Estado Novo, Vargas promoveu um discurso, declarando que considerava três opções para o estabelecimento da siderurgia, grande e integrada, no Brasil: (1) uma empresa estatal, a ser constituída com financiamento estrangeiro; (2) uma empresa brasileira mista, com participação privada e governamental; e; (3) uma empresa privada mista, com participação estrangeira, mas controlada pelo Estado brasileiro (BAER, 1970, p. 96).

No final da década de 1930, o governo Vargas estava, portanto, trabalhando ativamente em prol da siderurgia nacional. Contudo, existiam dois grandes entraves: a disponibilidade de financiamento e de carvão mineral, que demandavam certo apoio externo. Assim, o quadro geopolítico do final dos anos 1930 foi bastante importante para a construção da primeira usina siderúrgica grande e integrada do Brasil.

[67] Também nessa época, as Forças Armadas passaram por um processo interno de homogeneização. "Se sete anos antes parcela do Exército liderara o movimento de destruição da velha ordem, agora ele servia de parteiro para a nova ordem, mas diferente da imaginada pelos revolucionários de 1930. A ênfase agora não seria nas reformas sociais, na representação classista, no combate ao latifúndio, mas no desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas estradas de ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa" (CARVALHO, 2005, p. 99).

Nesse sentido, nos anos que sucederam o *Crash* de 1929, a orientação geopolítica dos Estados Unidos foi central para o Brasil.[68] E, para ilustrar o pensamento norte-americano, vale resgatar as análises de Nicholas Spykman. Escrevendo antes da Segunda Guerra Mundial, Spykman avaliava as ameaças japonesa e alemã, no Pacífico e Atlântico. E no que tange o Cone Sul, o autor argumentava que uma aliança alemã com os governos sul-americanos seria desastrosa para os interesses norte-americanos. Portanto, para os Estados Unidos, atrair a América do Sul para a sua zona de influência seria essencial. E, em relação à própria geopolítica sul-americana, Spykman destacava outro problema: a disputa pela hegemonia regional. Nela, a Argentina se destacava, tendo, inclusive, uma política externa distante dos Estados Unidos. Nesse contexto, Spykman ressaltava a necessidade de um acordo bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil para fazer frente ao projeto argentino e para compor o bastião de defesa do Atlântico Sul. O território brasileiro, tendo em vista a foz do Amazonas e o promontório nordestino, era essencial para a estratégia norte-americana de defesa do hemisfério ocidental (COSTA, 1992, p. 180–183). Portanto, como observa Doratioto (2006, p. 45–46):

> Para os EUA, o Brasil tinha importância política e estratégica. Sem o apoio brasileiro e já tendo contra si a resistência argentina, Washington não conseguiria estabelecer um sistema pan-americano que lhe garantisse apoio do hemisfério para se posicionar frente ao expansionismo japonês e alemão. Ademais, as matérias-primas brasileiras eram importantes para as necessidades da indústria bélica norte-americana, bem como a posição do Nordeste brasileiro constituía verdadeiro "trampolim" aéreo e ponto mais curto e seguro também para a travessia marítima, rumo ao teatro de operações no Norte da África.

Tendo em vista esse contexto geopolítico, é útil resgatar a ascensão de um grupo coeso, com interesses políticos, entre os militares brasileiros. Tal grupo, congregado em torno da ADN, emergiu entre as décadas de 1910 e 1920 e, inspirado pelo pensamento alemão, defendia a industrialização baseada na centralização política, promovida e controlada pelas Forças Armanda, como um instrumento essencial para combater a ameaça argentina

[68] "Concomitantemente, as Américas foram alvo de uma forte campanha por parte dos Estados Unidos, preocupados, na época, em erguer a unidade do continente sob os pilares de sua liderança. Washington deixou para trás os anos de intervenção, principalmente nos países centro-americanos, em favor da colaboração política e diplomática da Política de Boa Vizinhança do governo Roosevelt (1933-1945). Foram organizadas inúmeras conferências interamericanas com esse objetivo e sua enumeração deixa evidente o esforço sistemático e relevante então realizado. Inicialmente apenas para tratar da ameaça do conflito europeu e, em seguida, de sua concretização, realizaram-se as seguintes reuniões entre as repúblicas americanas: a de Buenos Aires (1936), que proclamou a unidade americana e reiterou o princípio de não intervenção; a de Lima (1938), que aprovou a declaração de princípios sobre a solidariedade continental; a do Panamá (1939), que declarou a neutralidade continental em face da guerra europeia; a de Havana (1940), que declarou que qualquer ataque extra hemisférico a um país americano seria considerado um ataque ao conjunto dos países americanos; e a do Rio de Janeiro (1942), que recomendou o rompimento de relações diplomáticas das repúblicas americanas com os países do Eixo" (PINHEIRO, 2013, p. 152–153).

(VIEIRA, 2015, p. 12). Ao longo da década de 1930, estes políticos e militares alçariam o alto escalão do governo Vargas. E especialmente com o advento da Guerra do Chaco (1932-1935), seu projeto de fortalecimento militar do Brasil, através da constituição de uma indústria de defesa autossuficiente, ganhou destaque.

> Logo em 1932, a Argentina utilizou sua clara vantagem econômica, naval, aérea e terrestre sobre o Brasil para apoiar o Paraguai na guerra do Chaco contra a Bolívia, fornecendo a Assunção equipamento, armamento, informações estratégicas, dinheiro, e bloqueando várias tentativas do Brasil e dos Estados Unidos em atuarem como mediadores no conflito (RAPOPORT; SPIEGEL, 2009 apud VIEIRA, 2020, p. 794–795).

As ações argentinas contribuíram, portanto, para a aproximação entre Brasil e Estados Unidos (VIEIRA, 2020, p. 795). Todavia não ocorreu uma aliança imediata. Pelo contrário, especialmente entre 1937 e 1941, a diplomacia brasileira explorou as tensões entre os Estados Unidos e a Alemanha com objetivo de concretizar o mais importante projeto nacional da época, a internalização da produção siderúrgica (OLIVEIRA, 2015, p. 7–8).

Nessa época, no que tange às questões práticas da siderurgia nacional – a necessidade de financiamento, carvão mineral e equipamentos –, existiam argumentos em prol de uma maior aproximação do Brasil com a Alemanha. O país germânico era o maior importador de minério de ferro e o segundo maior produtor siderúrgico do mundo (BARROS, 2011, p. 128–129; PARRISH, 1956, p. 372–374). Ou seja, os alemães necessitavam de minério de ferro e dominavam as técnicas produtivas modernas. Havia, portanto, um caminho para a questão siderúrgica brasileira: a associação com a Alemanha. Nesse sentido, na década de 1930, foram discutidas certas iniciativas e tanto Farqhuar como representantes do governo brasileiro – especialmente militares – buscaram se aproximar da Alemanha (BAER, 1970, p. 93; 97–98; BASTOS, 1957, p. 175–179).

Entretanto, nos quadros da política pendular do Estado Novo, duas empresas privadas norte-americanas estudaram a viabilidade de produzir bens siderúrgicos no território brasileiro, a Dupont, em 1937, e a United States Steel (USS), em 1939. Destas, a USS cogitou seriamente a construção de uma usina siderúrgica no Brasil. Todavia, em 1940, o Estado brasileiro aprovou um novo Código de Minas, proibindo capitais estrangeiros na mineração e na metalurgia. (BAER, 1970, p. 97–101). Com isso, também em 1940, a USS comunicou ao governo brasileiro: “não interessava à USS lançar-se à construção da usina no Brasil tendo o Estado como sócio em igualdade de condições” (BASTOS, 1957, p. 187).

Nesse momento, logo após a recusa da USS, o governo Vargas lançou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e se acirraram as negociações diplomáticas. Do

Brasil, o governo Vargas sinalizou, que a internalização da produção siderúrgica era um elemento basilar da potencial cooperação entre Brasil e Estados Unidos. Do outro lado, o governo norte-americano apontou que discutiria sua ajuda ao projeto siderúrgico brasileiro em troca de determinadas questões militares, especialmente o estacionamento de tropas norte-americanas em pontos estratégicos do Brasil[69] (BAER, 1970, p. 102–103; BASTOS, 1957, p. 187–189).

Ao tratar desse ponto, Tronca (2007, p. 426) argumenta que a aliança Brasil-EUA foi delineada, em setembro de 1940, quando "o Coronel Lehman Miller, Chefe da Missão Militar Americana no Brasil, entregou a Góes Monteiro um relatório secreto do Estado-Maior do Exército americano" e ganhou folego após o ataque japonês à Pearl Harbour. Pois, após o ataque, os norte-americanos passam a lutar pelo rompimento das relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo e pela consolidação dos acordos voltados à defesa militar do Continente. E, portanto, é nesse contexto que "Vargas rompe relações com a Alemanha, o Japão e a Itália e, logo em seguida, assina os Acordos de Washington, em março de 1942" (TRONCA, 2007, p. 429).

Tal história foi, sobretudo, controversa. Nesses anos, o governo Vargas não tinha um projeto industrial totalmente acabado para o Brasil.[70] No caso da siderurgia, dentre as forças que coordenaram os ajustes de rota, Wirth (1973, p. 99) destaca o substancial grau de comprometimento militar das Forças Armadas Brasileiras. Nesse ponto, a aliança do Brasil com os Estados Unidos foi uma grande oportunidade, mas ela também vetou as aspirações "de completa independência financeira e política".[71] Portanto, para ele, o governo Vargas, na questão siderúrgica, "mostrou-se flexível e contingente" frente tanto ao projeto dos militares para o Brasil como aos movimentos e conflitos internacionais[72] (WIRTH, 1973, p. 108).

---

[69] Nesse período de intensas negociações, os Estados Unidos temiam a capacidade de penetração, econômica e ideológica, na América do Sul. "Para o Embaixador Caffery, havia apenas duas maneiras de combater a 'crescente ameaça alemã': crédito para a aquisição de armas e um esquema liberal de financiamento para a siderúrgica. Se os alemães fornecessem as armas ou a usina, ou ambas, os Estados Unidos perderiam sua posição no Brasil" (TRONCA, 2007, p. 426).

[70] Como destaca Fonseca (2003, p. 145–146; 2012, p. 845–855), ao falar da industrialização como um todo, o projeto industrializante foi se fortalecendo e se moldando, frente aos entraves e as oportunidades, ao longo da década de 1930.

[71] "Se o Brasil tivesse insistido, então num financiamento total com recursos internos, como observou o Diário de Notícias, não haveria solução à vista" (WIRTH, 1973, p. 99).

[72] "No além-mar, as condições econômicas haviam melhorado, em face da recuperação europeia, do rearmamento e da expansão industrial. Os requisitos militares e a autossuficiência eram levados em conta no tocante à localização e desenvolvimento das indústrias siderúrgicas, perdendo terreno os velhos argumentos liberais sobre a especialização econômica e a divisão do trabalho. Eram dignos de nota nas instalações siderúrgicas patrocinadas pelo Estado na Alemanha, Turquia, Japão e União Soviética a ênfase nas necessidades da defesa e o importante papel atribuído aos administradores e engenheiros militares. Mais perto de casa, os militares da Argentina, Colômbia e Chile reclamavam usinas siderúrgicas nacionais. E, agora, os brasileiros aderiam à tendência mundial" (WIRTH, 1973, p. 74).

E como pontua Vieira (2018), a noção de ameaça argentina foi essencial para a estruturação da aliança do Brasil com os Estados Unidos.

> Do ponto de vista do alto comando, portanto, a aliança com os EUA era baseada no apoio de Washington da estratégia brasileira contra a Argentina [...]. Ou seja, a posição institucional do Exército derivou de uma diplomacia praticada de forma parcialmente autônoma pelo Alto Comando com os Estados Unidos [...]. Além disso, o Exército passa a ser um pilar do alinhamento, e não do distanciamento [...], entre Brasil e Estados Unidos. As divergências que ocorrem a partir daí, ainda que importantes, se dão sobre os termos da associação, não sobre se a aliança deve ou não continuar (VIEIRA, 2018, p. 120).

Através da aliança com os Estados Unidos, portanto, o Brasil obteve o financiamento externo e o acesso à tecnologia, em troca de uma aliança militar e da garantia de fornecimento de matérias-primas estratégicas para os norte-americanos e seus aliados[73]. Dessa forma, no início da década de 1940[74], foi fundada a CSN em Volta Redonda (RJ).

Na Era Vargas (1930-1945), os pensamentos geopolíticos, brasileiro e norte-americano, convergiram, formando uma aliança. Nela, ambos os interesses foram satisfeitos. Os Estados Unidos conquistaram a supremacia no Hemisfério Ocidental, o projeto de hegemonia argentina na Bacia Platina foi barrado e o Brasil internalizou a produção siderúrgica industrial. No Brasil, após 1945, a CSN passou a produzir bens siderúrgicos essenciais, para a: industrialização e defesa nacional. E, após a década de 1950, o Brasil se tornou autossuficiente na produção siderúrgica. (BAER, 1970, p. 106; BARROS, 2011, p. 8). Em suma, neste período, conforme escreveu Humberto Bastos (1957), o Brasil conquistou a siderurgia.

4.3.CONCLUSÃO

Da fundação da Vila de São Vicente (1532) até a constituição da CSN (1941-1948), o território brasileiro não foi autossuficiente na produção de bens siderúrgicos. Assim, o objetivo deste último capítulo foi investigar o estabelecimento da moderna indústria siderúrgica no Brasil. E nessa tarefa, foram analisados certos movimentos globais, regionais e nacionais, que lhe moldaram e deram sentido.

---

[73] Diante deste acordo, o Brasil tinha o compromisso de exportar anualmente 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro aos Aliados (BAER, 1970, p. 103; BASTOS, 1957, p. 201–205; TRONCA, 2007, p. 429).

[74] Também na década de 1940, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce – atualmente Vale –, por meio do Decreto nº 4.352, em 1942. Com a Vale, o governo brasileiro almejava explorar as jazidas de minério de ferro da região de Itabira, em Minas Gerais. Na época, a exploração do minério de ferro atenderia dois objetivos: (1) a exportação de minério de ferro para os Aliados, notadamente para a Grã-Bretanha; e; (2) o fornecimento de matéria-prima para a indústria siderúrgica nacional. Ainda, a concepção da Vale contou com a colaboração dos governos norte-americano e britânico, em virtude da adesão brasileira ao bloco dos Aliados, nos quadros da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, por meio de um acordo com o governo britânico, o patrimônio da Itabira Iron foi incorporado à Vale. Desta forma, ao final da década de 1940, a Vale era responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro (NEVES; CAMISASCA, 2013, p. 67).

Na arena interestatal, as instituições liberais da ordem mundial, promovidas pela Grã-Bretanha, encolheram, conforme o nacionalismo, o protecionismo e o industrialismo se espraiaram entre as nações. Contraditoriamente, num primeiro momento, a difusão industrial fortaleceu certas instituições britânicas, como o padrão-ouro. Todavia, num segundo momento, em meio às crises financeiras e a eclosão da primeira grande guerra, o protecionismo se intensificou minando definitivamente a ordem mundial britânica. E, com o desmoronamento da ordem internacional, após 1930, era tempo dos Estados nacionais se defenderem das crises mundiais, oriundas das instituições da era d'O Imperialismo de Livre Comércio.

Já no plano regional, após a Guerra do Paraguai e apoiada por uma relação privilegiada com a Grã-Bretanha, a Argentina emergiu como o Estado mais rico e poderoso da Bacia Platina, com uma política expansionista na Bacia Platina, que provocava temores em grupos da elite brasileira, como diplomatas e militares. Além do Brasil, a política expansionista argentina não era bem vista pelos Estados Unidos, que tinha como objetivo se afirmar como *hegemon* do Hemisfério Ocidental.

Assim, no plano nacional, notadamente ao longo da Primeira República, foram promovidas diversas iniciativas voltadas para o fortalecimento militar e econômico do Brasil. A aproximação com os Estados Unidos, foi uma peça-chave da agenda política e econômica do Brasil. Mas também ocorreu a emergência de um novo e importante grupo, entre os militares, decidido a conter a ameaça argentina na Bacia Platina, via um programa de centralização político e promoção da industrialização. Portanto, a virada histórica, a conquista da autossuficiência na siderúrgica foi resultado de um pensamento convergente, entre as lógicas do desenvolvimento econômico e da segurança nacional, frente aos quadros de reordenamento e competição mundial e regional.

Em especial nos Estados sul-americanos, após o intenso *Crash* de 1929, ocorreu uma contração em seus mercados de exportação, desencadeando uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. No Brasil, Getúlio Vargas liderou um movimento militar, que encerrou a Primeira República. Após a Revolução de 1930, especialmente militares, mas também intelectuais e burocratas ascenderam aos postos de comando do Estado brasileiro e promoveram uma onda de transformações no Brasil. Em outras palavras, quando Vargas alçou o comando do Estado brasileiro, era tempo de fortalecer o Brasil, sua estrutura governamental, sua economia e defender o seu povo. Assim, a difusão industrial foi promovida, como um instrumento de fortalecimento do país, internamente e internacionalmente. E, nestes anos, as agendas brasileira e norte-americana convergiram.

Ambos solaparam a pretensão hegemônica da argentina na Bacia Platina. O Brasil apoiou a defesa hemisférica dos Estados Unidos, nos quadros da Segunda Guerra Mundial, e os norte-americanos financiaram uma moderna usina siderúrgica no Brasil: a CSN, além de apoiarem a modernização das Forças Armadas Brasileiras.

No Brasil, 1930 marca uma passagem, um período de transformação pautado: na centralização política, na edificação de leis trabalhistas, na modernização das Forças Armadas, na industrialização, e, sem dúvidas, na indústria siderúrgica. Todas essas ações foram meios interconectados de promover a capacidade do Brasil de se defender das ameaças externas e das crises internas. Mas também, e contraditoriamente, tal agenda culminou com a expansão e o aprofundamento das forças capitalistas no território brasileiro.

Por fim, o processo de desenvolvimento siderúrgico brasileiro contou diversos elementos. Dentre os principais, a conjuntura global foi essencial para delimitar o "tempo do mundo". No início do século 20, era tempo nas nações promoverem sua capacidade de defesa militar e econômica, era tempo dos Estados se fortalecerem nas suas frentes externa e interna. A conjuntura foi, portanto, decisiva para o desenvolvimento siderúrgico brasileiro. Sem dúvidas, a atuação de certos brasileiros foi essencial, mas como bem disse Novais: "se os homens fazem a história, não a fazem como querem".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, foi investigada a conexão entre a expansão contraditória das forças d'O Duplo Movimento com o desenvolvimento da produção siderúrgica industrial brasileira, entre o final do século 19 e a primeira metade do século 20.

Nessa empreitada, primeiramente, no capítulo 1 foi delimitado o arcabouço teórico. Nele, salientamos a noção d'O Duplo Movimento, que sugere a existência de duas contradições nas sociedades modernas. A primeira toca no embate que possui, de um lado, a busca pelo lucro e o processo expansivo de mercantilização e, do outro, a tentativa da sociedade de recuperar o controle do mercado, da sua vida material. Já a segunda contradição esbarra no dilema entre a conquista do poder global e a manutenção da competição no sistema interestatal, ou seja, das diversas unidades político-territoriais. Ainda, a autoproteção da sociedade, a defesa da sua subsistência, conversa com a defesa da própria unidade político-territorial.

Tais movimentos, todavia, assumem diferentes formas, no tempo e no espaço. Mas, ao governar uma sociedade moderna, invariavelmente, os governantes esbarram nestas contradições. Nesse sentido, num Estado Nacional, ao passo que o mercado interno se desenvolve, potencialmente fortalecendo seu poderio militar, sua pujança econômica e o bem-estar material do seu povo, também promove a competição capitalista e a própria expansão da mercantilização. E, nesse processo de desenvolvimento contraditório, destacam-se uma série de indústrias estratégicas, como a naval e a siderúrgica. Porque, do ângulo militar, elas são essenciais para as indústrias de defesa e, do ângulo econômico, são também decisivas para a estruturação das indústrias de bens de capital e, dessa forma, para o desenvolvimento do mercado interno e para a gestão das divisas internacionais. Buscamos, dessa forma, argumentar que o desenvolvimento das indústrias estratégias dialoga com as próprias contradições d'O Duplo Movimento.

Tendo em vista este olhar teórico, no capítulo 2 apresentamos o quadro mundial: a era d'O Imperialismo de Livre Comércio, que vigorou da época do Congresso de Viena, na década de 1810, até a implosão do padrão-ouro e ascensão global do fascismo, na década de 1930. Nesta era, os britânicos edificaram uma rede política, econômica e, até mesmo, cultural verdadeiramente global. Todavia, o Império Britânico, apesar de poderoso, estava sujeito às contradições do capitalismo histórico, em especial das forças d'O Duplo Movimento. Por um lado, a expansão britânica tornou-se um imperativo para Londres, mas, por outro lado, ela

própria germinou tensões internas e movimentos defensivos ou igualmente imperialistas no plano internacional. E mais, a ruptura desta era, ao contrário do que imaginou Polanyi, não culminou com o fim da civilização liberal, mas com uma renovada expansão capitalista, ainda que sob outra roupagem, liderada pelos Estados Unidos.

A expansão econômica, política e cultural do Império Britânico e as lutas entre as grandes potências, mas também anti-imperialistas, compõe, portanto, o quadro internacional de instalação da moderna siderurgia no Brasil. Nesses anos, que coincidem com a época da Segunda Revolução Industrial, a construção de um parque industrial nacional foi uma peça-chave dessas lutas. E nos processos de industrialização, a siderurgia se destacava. Afinal, sem uma moderna indústria siderurgia era inviável promover a defesa militar de uma territorialidade. Mas a siderurgia também tinha faceta econômica e social, voltada para a estabilidade da renda e do emprego nacional, frente às crises financeiras do longo século 19. Portanto, o protecionismo econômico e a industrialização emergiram como instrumentos nacionais essenciais na luta contra a ordem mundial britânica. Tais agendas político-econômicas culminaram com a ascensão dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão, na hierarquia do sistema interestatal, intensificando ainda mais as tensões interestatais e contribuíram a deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Com eclosão da primeira grande guerra, as fundações da ordem mundial foram profundamente alteradas. Do lado econômico, os Estados Unidos ascenderam à primazia econômica e do lado político, os acordos de paz inviabilizaram a construção de um novo equilíbrio de poder, europeu ou mundial. Dessa forma, as tensões econômicas e políticas da ordem pós-1918 culminariam com a implosão da era d'O Imperialismo de Livre Comércio, definitivamente após o *Crash* de 1929. Assim, ao longo dos anos 1930, o liberalismo se enfraqueceu e suas instituições definharam, abrindo espaço para novos programas de governo e novas instituições estatais. No Brasil, teve início a Era Vargas.

Na verdade, como vimos no Capítulo 3, antes da Era Vargas os governantes do Brasil não estavam alheios às políticas de fortalecimento militar e econômico. Todavia, o Estado brasileiro se encontrava pressionado e dentro da ordem internacional britânica lhe cabia vender bens primários em troca de bens manufaturados e acesso ao mercado de capitais, centrado em Londres. E, para piorar, após a Guerra do Paraguai, a Argentina emergiu como um rico e ameaçador vizinho, aliado à Grã-Bretanha. Todavia, no Hemisfério Ocidental, após a conclusão da sua guerra civil, os Estados Unidos passariam a buscar uma expansão da sua influência. Assim, os norte-americanos passaram a lutar contra os britânicos pela hegemonia do Ocidente.

Em meio a tais movimentos, o Brasil encontrava-se, entre o final do século 19 e o início do século 20, ameaçado frente à pujança e ao expansionismo da Argentina, mas também pela sua instabilidade interna, política, econômica e social. Portanto, a noção de fragilidade cresceu no Brasil. E, como resposta, certos grupos da elite brasileira passaram a buscar uma transformação no Estado nacional, que ganhou vida, após o *Crash* de 1929, com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

Sob o governo Vargas, iniciou-se o período de tutela militar da política brasileira e, ao longo da década de 1930, um programa centralizador e industrialista gradativamente ganhou forma. E mais, frente tanto às turbulências da década de 1920 como as transformações no Brasil, resultantes da industrialização e da urbanização, as demandas das massas urbanas ganharam proeminência na agenda do governo, resultando em importantes avanços na questão trabalhista. Dessa forma, nesses anos, certos instrumentos voltados para a autoproteção nacional foi desenvolvida.

Dessa forma, como argumentamos no capítulo 4, a década de 1930 marca ponto de saturação e o início de uma onda de transformações mundiais, regionais e locais. A emergência da Era Vargas e a conquista brasileira da indústria siderúrgica são uma peça desse quebra-cabeça maior. Internacionalmente, houve uma transição do liberalismo para o protecionismo. Na esfera regional, havia o expansionismo argentino na Bacia Platina e a competição anglo-americana pela hegemonia no Hemisfério Ocidental. Já no plano nacional, o Brasil encontrava-se fragilizado, pela sua instabilidade política e social interna, mas também pelas recorrentes crises econômicas e financeiras.

A afirmação da produção siderúrgica no território brasileiro ocorreu, portanto, num período de reordenamento mundial, frente ao debacle das instituições imperiais e liberais britânicas, e a ascensão global dos Estados Unidos e de novas agendas na política nacional. Era tempo de fortalecer o Brasil, seu povo, sua estrutura governamental, seu mercado interno, suas finanças e moeda. De fato, a maturação da agenda voltada para o fortalecimento militar, econômico e social ocorreu ao longo da Primeira República. Mas foi somente na década de 1930 com a chegada dos militares na tutela do Estado brasileiro que a centralização política, a edificação de leis trabalhistas, o fortalecimento do poderio bélico e a industrialização ganharam força. E decisivamente, em meio à Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas barganhou com os Estados Unidos seu alinhamento, em prol do financiamento da siderurgia nacional. Com ele, a CSN foi fundada.

Em suma, a siderurgia representou um esforço voltado à defesa do Brasil, militarmente, economicamente e socialmente. Uma ferramenta voltada para a edificação de

um complexo militar-industrial capaz de frear a ameaça argentina, mas também orientado para a expansão do mercado interno e para a redução da pobreza nacional. No Brasil, o desenvolvimento siderúrgico respondeu às pressões sistêmicas do capitalismo histórico, visando promover a defesa social, política e econômica, mas contraditoriamente a industrialização brasileira também suscitou o aprofundamento da mercantilização e a expansão capitalista. Nesse sentido, o desenvolvimento da produção siderúrgica brasileira parece conversar com os vetores da expansão contraditória d'O Duplo Movimento, como o avanço da mercantilização e a perene competição, defesa e luta, entre as unidades político-territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo. Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 79–103.

ALLEN, Robert C. International Competition in Iron and Steel, 1850-1913. *The Journal of Economic History*, v. 39, n. 4, p. 911–937, 1979.

AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. *O Brasil, a China e os EUA: na atual conjuntura da economia-mundo capitalista*. Marília: Cultura Acadêmica, 2013. p. 134–171.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro e Sao Paulo: RJ: Contraponto ; SP: Editora UNESP, 1996.

BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

BARROS, Gustavo. Geopolítica do minério de ferro brasileiro no entreguerras. *University Library of Munich*, n. 92489, 2019.

BARROS, Gustavo. O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: criação de empresas e evolução da capacidade produtiva. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 8, n. 14, p. 9–32, 2013.

BARROS, Gustavo. *O Problema Siderúrgico Nacional na Primeira República*. 2011. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BASTOS, Humberto. *A conquista da siderurgia no Brasil: crônica e interpretação econômica das empresas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais do desenvolvimento nacional*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957.

BASTOS, Pedro P. Z. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. *Revista EconomiA*, v. 7, n. 4, p. 239–275, 2006.

BASTOS, Pedro P. Z. Raízes do desenvolvimentismo associado: comentários sobre sonhos prussianos e cooperação panamericana no Estado Novo (1937-1945). *Anais do IX Congresso Nacional de Economia Política*, 2004.

BONELLI, Regis. Nível de atividade e mudança estrutural. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 383–426.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. *A construção política do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BUENO, Ironildes. Estados Unidos versus Alemanha: o falso dilema sobre o início da indústria de base brasileira. *Revista Cena Internacional*, v. 8, p. 171–192, 2006.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CARVALHO, José Murilo De. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERVO, A. & BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: revista de história*, v. 13, n. 2, p. 247–260, 2007.

COSTA, Wanderley. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil e as grandes potências no século XX (1902-1991). *Revista Múltipla*, v. 15, n. 21, p. 41–70, 2006.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Mundo. *A abertura para o mundo: 1889-1930. Volume 3.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. .

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994).* 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: volume II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Cândido. A evolução das normas técnicas de produção na siderurgia principais tendências históricas. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p. 225–246, 1993.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. *A industrialização brasileira sob a hegemonia britânica no longo século XIX*. 2009. Orientador: Prof. Dr. Pedro A. Vieira. Monografia. Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FILOMENO, Felipe. *Brasil e Argentina nos Quadros da Economia-Mundo Capitalista: Dívida Externa e Política Econômica*. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FIORI, José Luís. A propósito de uma "Construção Interrompida". *Economia e Sociedade (UNICAMP)*, v. 14, p. 1–19, 2000.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. p. 49–86.

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. *O Poder Americano*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 11–66.

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FIORI, José Luís. Prefácio ao Poder Global. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 131–153, 2010.

FISCHER, Georg. Minério de ferro, geologia econômica e redes de experts entre Wisconsin e Minas Gerais, 1881-1914. *Historia, Ciencias, Saude - Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 247–264, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. *Revista Economia*, v. 13, n. 3b, p. 843–866, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, n. 1, p. 138–153, 2003.

FORJAZ, Maria. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). *Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 3, p. 35–46, 1984.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil Celso Furtado*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALLAGHER, J. & ROBINSON, R. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review*, v. 6, n. 1, p. 1–16, 1953.

GARCIA, Eugênio. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: Transição de Poder no Entreguerras. *Contexto Internacional*, v. 24, n. 1, p. 41–71, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. .

GOMES, Francisco. *História da siderurgia no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991*. London: Abacus, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

KAPLAN, Robert. *The Revenge of Geography, what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House, 2012.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

LANDES, David. *The Unbound Prometheus*. Cambridge: University Press, 1969.

LANDGRAF, F. *et al.* Os canhões de Ipanema: tecnologia, indústria, logística e política em 1840. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 29, n. e57, p. 1–36, 2021.

LUZ, Nícia. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978.

LUZ, Nícia. As tentativas de industrialização no Brasil. *História geral da civilização brasileira, tomo II, vol. 6*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. .

MCNEILL, William. *The Pursuit of Power: Technology, Armed Forces, and Society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MEDEIROS, C. & SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil. *Polarização Mundial e Crescimento*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 105–135.

MELLO, João Cardoso De. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

METRI, Mauricio. A Virtù Econômico-Monetária. *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 3, p. 510–525, 2018.

MORAES, Antonio. *Bases Da Formação Territorial Do Brasil: O Território Colonial Brasileiro No Longo Século XVI*. 1991. Orientador: Prof. Dr. Armando Correa da Silva. Tese (Doutorado). Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), 1991.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MROS, Günther. Relações internacionais do Brasil no limiar da era Vargas: processo decisório e questão siderúrgica. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 13, p. 7–27, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NEVES, O. & CAMISASCA, M. *Aço Brasil: uma viagem pela indústira do aço*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013.

NOVAIS, Fernando. Passagens para o Novo Mundo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, p.

2–8, 1984.

OLIVEIRA, Camila. A Política Externa do Governo Vargas durante o Estado Novo e a Construção da Companhia Siderúrgica Nacional. *História e Cultura*, v. 4, n. 1, p. 5–21, 2015.

PADULA, R. & FIORI, J. Geopolítica e Desenvolvimento em Petty , Hamilton e List. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 2, p. 236–252, 2019.

PANITCH, L. & GINDIN, S. Global Capitalism and American Empire. *The New Imperial Challenge: The Socialist Register*, 2004. , p. 1–42.

PARRISH, John. Iron and Steel in the Balance of World Power. *The Journal of Political Economy*, v. LXIV, n. 5, p. 369–388, 1956.

PELÁEZ, Carlos. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no Mundo. *Olhando para dentro: 1930-1964. Volume 4.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 143–178.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO JR., Caio. *Historia Economica do Brasil*. 41ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RICUPERO, Rubens. Vale a pena comemorar o Bicentenário da Independência? *CEBRI-Revista*, v. 1, n. 1, p. 114–128, 2022.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SANTOS, F. & VIEIRA, P. & COMERLATTO, L. *Revisitando a formação da indústria no Brasil a partir da economia política dos sistemas-mundo*. Aracaju-SE: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e VIII Conferência Internacional de História de Empresas, 2007.

SANTOS, Fabio Padua Dos. *Vida Material e Economia de Mercado: introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil*. 2016. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia., 2016.

SANTOS, F. P. As causas sistêmicas do Processo de industrialização no Brasil (1889-1930). 2005, San Miguel Del Tucumán-Argentina: [s.n.], 2005. p. 1–10.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da exposição do centenário em 1922. *Historia, Ciencias, Saude - Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 1–13, 2014.

SEINTEFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: o Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial*. Brasília: Editora Nacional, 1985.

SILVA, Edmundo. *O ferro na história e na economia do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

SILVER, B. & ARRIGHI, G. "O Duplo Movimento de Polanyi": comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense. *Revista eletrônica e-metropolis*, v. 5, n. 16, p. 06–25, 2014.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SMILL, Vaclav. *Still the Iron Age. Iron and Steel in the Modern World*. Cambridge: Elsevier, 2016.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda. *História geral da civilização brasileira, tomo III, vol. 10*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. .

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil, I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo, 1930-1931*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

VIEIRA, Ricardo Z. *Em Busca da Supremacia: Guerra Multidimensional no Cone Sul e a Transformação Estrutural Brasileira do Século XX*. 2018. Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori. Tese (Doutorado). PEPI - Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

VIEIRA, Ricardo Z. *Lembrai-vos da guerra: ameaça geopolítica, organização do Estado e desenvolvimento econômico no pensamento militar brasileiro (1913-1964)*. 2013. Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori. Dissertação (Mestrado). PEPI - Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VIEIRA, Ricardo Z. Os Profetas Armados: Geopolítica e Pensamento Militar nas

Origens do Desenvolvimentismo Brasileiro. *Oikos*, v. 14, n. 1, p. 5–22, 2015.

VIEIRA, Ricardo Z. Rivalidade Geopolítica e Políticas de Desenvolvimento na Era Vargas (1930-1950). *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 4, p. 788–806, 2020.

VIEIRA, Wellington F. *Centralização do Estado e Geopolítica no Brasil (1930-1945): A ameaça externa como aglutinadora do processo de desenvolvimento.* 2017. Orientador: Prof. Dr. Raphael Padula. Dissertação (Mestrado). PEPI - Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WIRTH, John. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Instituto de Documentação Serviço de Publicações, 1973.

ANEXOS

ANEXO 1: TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO GENERAL GÓES MONTEIRO ENDEREÇADA AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, DATADA DE 7 DE JULHO DE 1939[75].

Não terminei ainda a minha instrutiva excursão por este grande país, mas quero antes de terminá-la, mandar-lhe impressões que tenho colhido até agora e, após a minha chegada aí,

[75] Arquivo Getúlio Vargas, site do CPDOC/FGV.

dir-lhe-ei então em todas as minúcias o que vi e os grandes ensinamentos que me foram proporcionados.

Desde os meus primeiros contatos com o povo, com o Exército, e com os grandes homens dos Estados Unidos, tenho sido alvo das mais francas demonstrações de amizade e interesse pelo Brasil.

Tive ocasião de, a convite do Presidente Roosevelt, com ele almoçar na *White House*, no dia 22 de junho, num ambiente de franca cordialidade e muita simplicidade. Em conversa durante esse almoço, agradeci em seu nome a recente visita feita ao Brasil pelo Gen. Marshall à qual atribuíamos, os brasileiros, uma alta significação do ponto de vista da cordialidade entre os dois países.

Declarou-me o Presidente Roosevelt que julgava fatal a guerra, já começada, aliás, no Extremo Oriente e que a mesma se alastraria, inevitavelmente, pela Europa, salvo se as nações daquele continente se entenderem em face dos altos problemas econômicos e sociais do globo, para uma nova repartição das zonas de influência e que a América, inclusive os Estados Unidos, seria afetada pela nova política que surgisse desse entendimento ou da própria guerra.

No decurso de sua conversação chamou-me particularmente a atenção a grande importância que ele empresta às ilhas de Fernando de Noronha e à região do cabo de São Roque e a afirmação de que os alemães pretendem bases navais e aéreas nas costas ocidentais da África (Canárias-Cabo Verde) com a cumplicidade da Espanha e dali darem um salto mais nas costas da Colômbia, Venezuela ou Brasil.

Acentuou com toda franqueza o propósito de cuidar com mais atenção das Forças Armadas do País, sobretudo da aviação para a qual foi agora votado um crédito para a aquisição de mil e duzentos aviões. Nesta ocasião, tocou na possibilidade de cooperação do Brasil, para o qual os Estados Unidos prontos a facilitar a aquisição do que necessitassem as suas Forças Armadas, ficando tudo, porém, no terreno do lirismo. Falando-me do Gen. Estigarribia, manifestou a sua simpatia por ele, dizendo-me mesmo que teria uma grande significação o Brasil facilitar ao Paraguai a construção de algumas estradas de ferro de que muito necessitam.

Através de sua conversação pude perceber que está perfeitamente ao par do que se vai passando comigo aqui, inclusive as notícias tendenciosas da imprensa que pretendia insinuar fosse eu simpatizante do nazismo; neste particular chegou mesmo a me elogiar pelo modo como me safei das investidas capciosas dos repórteres.

Não sei se por deferência disse-me, ao despedir-se, que falaria ainda comigo antes de meu regresso.

Tive também a oportunidade de conversar longamente com o Secretário de Estado Sumner Welles, de quem colhi as melhores impressões e estou certo ser um dos poucos que tem a visão real dos fatos que poderão advir da atual situação do mundo. Pelo que tenho visto e conversado, não posso esconder a minha grande admiração por esse povo e agora estou convencido que não conhecemos suficientemente os Estados Unidos, convindo, a meu ver, estreitar mais nossas relações comerciais e culturais com eles e, no que diz respeito particularmente ao exército, aconselho a vinda de um adido aeronáutico e de oficiais qualificados do Estado-Maior e das Armas, principalmente de aviação e artilharia.

Sem credenciais bem definidas e com instruções por demais lacônicas, confesso as aperturas que tenho passado para conversar sobre determinados assuntos que dizem respeito à possibilidade de melhorar o nosso potencial militar. Neste particular, estou certo, não teremos jamais outra oportunidade como a que se nos depara agora e perdê-la seria absolutamente ridículo e impatriótico.

Digo-lhe com toda franqueza que se tal acontecer não caberão a mim pessoalmente, e nem ao Exército, tão graves responsabilidades, pois desde fevereiro, quando se iniciaram as *démarches* para esta visita, apontei, como Chefe do EstadoMaior, os resultados práticos dela decorrentes e o interesse mútuo do Brasil e dos Estados Unidos, numa aproximação mais estreita para enfrentar os dias sombrios e incertos do futuro. Busquei e insisti para que me fossem dadas instruções claras e concretas neste particular, mas infelizmente não as consegui.

Auscultando de perto pelas conversações que tenho entretido com pessoas de responsabilidade, civis e militares, sinto os justos receios dos Estados Unidos que a guerra futura possa atingir a América e daí o seu interesse atual pelo Brasil, com o qual contará, naquela eventualidade, para uma resistência no hemisfério sul. Vai nisso um interesse pessoal, é certo, dos Estados Unidos, mas é forçoso confessar que neste entendimento repousa a paz no continente.

As deferências especiais que me têm sido proporcionadas e as facilidades com que me têm sido mostrados ou revelados assuntos de caráter sigiloso para a defesa deste país, não deixam dúvidas que é intenção prender a minha atenção para o problema capital da defesa do continente. É oportuno e imprescindível advertir que, como resultado das minhas conversas e informações, não terei a menor dúvida que os Estados Unidos procurarão na Argentina o apoio que ora buscam no Brasil, caso este falhe e se, infelizmente, tal acontecer é certo que a Argentina aceitará, pois já tive até informações que ela trabalha para uma próxima visita do

Inspetor de seu Exército a este país. Devo ainda acrescentar pelo que me foi dado perceber, que enquanto me surpreendi com a grandeza e organização material do Exército americano, o Gen. Marshall teve uma verdadeira decepção na sua visita ao Brasil, não do ponto de vista da apresentação e tratamento que lhe foram dispensados, mas sim na fraqueza do nosso potencial militar que ele julgava superior. Esta é uma razão a mais para que reflitamos na possibilidade da mudança de rumo para a Argentina, onde já existe, aliás, uma Missão Americana de Aviação.

Finalizando, insisto na necessidade da minha ida à Europa, em razão do que, em telegrama cifrado, dei conhecimento ao Dutra que naturalmente lhe pôs ao par. É certo que agora, para essa viagem, torna-se mister uma explicação prévia, que facilmente se criará com a necessidade de colher ensinamentos, e eu mesmo poderei neste sentido me entender com o Gen. Marshall a quem, para satisfação, enviarei um relatório de viagem ao Velho Continente. Estou, mais uma vez, certo de que o senhor dará para esses casos, em benefício do Brasil, as soluções mais convenientes.

ANEXO 2: TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO GENERAL GEORGE C. MARSHALL ENDEREÇADA AO GENERAL GÓES MONTEIRO, DATADA DE 5 DE OUTUBRO DE 1939[76].

Aceite meus sinceros agradecimentos pela sua amável carta de 8 de setembro. Minha resposta foi retardada mais do que tencionava, mas eu esperava conhecer o resultado do inquérito feito pela Embaixada do seu país com relação ao provimento de material que podíamos fornecer ao Brasil, conforme lhe informei. Por conveniência e melhor entendimento, encarreguei o Cel. Miller deste assunto e pedi-lhe ainda que lhe escrevesse diretamente.

É lamentável que a guerra na Europa tenha interferido sobre sua projetada viagem, porque isto me proporcionaria o prazer de cumprimentá-lo aqui nos Estados Unidos e renovar nosso agradável convívio.

Em relação ao assunto do fornecimento de armamento e material pelo governo dos Estados Unidos ao Brasil, o coronel já lhe deu detalhada informação. Com o intuito de esclarecer a matéria, explanarei a presente situação das possibilidades.

Pela lei existente, temos autorização para vender a um país amigo qualquer material excedente e não mais necessário para fins militares. Lamento que este material seja limitado em quantidade e qualidade, devido às nossas deficiências em material de guerra. Entretanto, há armamento na lista, enviada pelo Cel. Miller, que pode ser de considerável valor para o Exército brasileiro. Os canhões móveis de 6" seriam de especial valor na defesa de costa, e muitos canhões de grosso calibre poderiam ser modernizados com a fabricação de convenientes reparos em estabelecimentos comerciais. A principal deficiência no armamento de defesa dos portos é a falta de munição, da qual possuímos pequena quantidade. Se esta não puder ser fabricada no Brasil, poderia ser solicitada a fábricas particulares nos Estados Unidos. O Secretário da Guerra aprovou a venda de material excedente ao Brasil pelo preço nominal e nós aguardamos sua decisão sobre o caso antes de solicitar a aprovação do Presidente. Mas, parece racionalmente certo que ele dará essa autorização.

A presente lei não nos permite vender armamentos novos fabricados nos arsenais do Governo. O projeto que autorizava isto foi vetado durante a última sessão do Congresso. Ele será apresentado novamente e provavelmente terá encaminhamento favorável por ocasião da sessão regular do Congresso convocado para janeiro. Entretanto, não podemos exagerar a

[76] Arquivo Getúlio Vargas, site do CPDOC/FGV.

dependência dessa solução mesmo que o projeto se torne lei, visto que nossos arsenais oficiais têm capacidade insuficiente para atender nossas necessidades na presente emergência.

Nosso programa de aparelhamento material recentemente autorizado foi estabelecido para remediar as deficiências quanto às facilidades de fabricação dando prioridade de compra de tal armamento às firmas comerciais nos Estados Unidos. Penso que semelhante procedimento poderia ser desenvolvido no Brasil. À medida que nosso programa de aparelhamento progrida ficaremos habilitados a ter em disponibilidade mais material, como o 75 de campanha e o canhão antiaéreo. Tais peças, posto que não sejam eficientes quanto à dos mais recentes modelos, contudo serão de grande utilidade para atender a uma muito importante necessidade imediata do Brasil.

Esta, meu caro General, é em resumo a situação com relação ao aparelhamento material. Como o coronel sugeriu, seria vantajoso para o senhor mandar aos Estados Unidos um oficial habilitado que fosse autorizado a representá-lo nestas questões. Poderia escolher no local em que está, o material excedente desejado pelo Brasil; caso esse material venha a ser útil, entraria em entendimento com firmas comerciais depois de obter planos do nosso Departamento de Guerra. Pareceria que este proceder facilitaria a solução do assunto.

O plano geral das forças militares, como está delineado em sua carta de 8 de agosto, parece perfeito e estou satisfeito em verificar que o senhor encarou o estabelecimento de bases aéreas no Nordeste do Brasil. Nosso Estado-Maior está estudando novamente essa questão das bases aéreas e terei grande satisfação de transmitir-lhe as informações sobre as exigências de ordem técnica.

É muito grato saber que seu Governo aprovou certas medidas para a crescente eficiência de nossa cooperação militar, tais como o aumento da MMA, a vinda de oficiais brasileiros a este país e o emprego de técnicos para orientarem suas indústrias bélicas. O senhor pode estar certo que poremos à sua disposição o pessoal mais habilitado. Este assunto pode ser decidido em correspondência posterior.

Com referência à sua pergunta sobre a atitude do Congresso Americano, no concernente à Lei de Neutralidade, posso dizer que qualquer resolução é tomada visando a presente lei e não criará obstáculos para suas aquisições nos Estados Unidos, visto que ela visa diretamente as nações beligerantes.

Com referência à aquisição do manganês brasileiro pelos Estados Unidos e os processos de troca, farei isto assunto de correspondência posterior, depois de determinar definitivamente nossas necessidades e fundos disponíveis.

Nosso projeto atual estabelece a ida das “Fortalezas Voadoras” ao Brasil, de sorte que possam participar do 50º aniversário da Proclamação da República. Ainda não estou habilitado a informar se alguma personalidade do Governo americano acompanhará este voo, mas posteriormente lhe informarei sobre o assunto. Seria conveniente que os aviões transportassem aos Estados Unidos alguns oficiais do Exército brasileiro, sendo o número função da capacidade das referidas aeronaves. Posteriormente, lhe darei dados mais exatos sobre isto.

Em conclusão, lhe desejo assegurar, meu bom amigo, meu desejo de cooperar com toda a extensão de minha autoridade em todas as medidas para o preparo de seu País em vista de sua defesa própria e a do continente americano. Nesta fase de sérias preocupações, nós ambos temos difíceis problemas a resolver, mas caso lhe possa ser útil, não hesite, por favor, em escrever-me diretamente ou ao Cel. Miller, se o desejar, o qual me informará.

ANEXO 3: TRANSCRIÇÃO DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO E ARRENDAMENTO CELEBRADO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS A 1 DE OUTUBRO DE 1941[77].

Considerando: Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América concluíram, a 1º de outubro de 1941, um acordo relativo ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa;

Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América estão empenhados em modificar, para vantagem mútua, o acordo concluído a 1º de outubro de 1941;

Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, de conformidade com os princípios assentados na Ata Final da Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, aprovada em 28 de janeiro de 1942 no Rio de Janeiro, declaram o propósito que têm de cooperar mutuamente para a proteção comum até desaparecerem os efeitos da presente agressão contra este Continente;

Que o Presidente dos Estados Unidos da América, consoante a Lei de 11 de março de 1941 do Congresso dos Estados Unidos da América, e o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil estabeleceram que a defesa de cada uma das Repúblicas Americanas é imprescindível à defesa de todas elas;

Os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, convieram no seguinte:

Artigo I – O acordo concluído entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, a 1º de outubro de 1941, referente ao fornecimento recíproco de materiais de defesa e informações sobre defesa, será revogado pelo ato de assinatura do presente Acordo. Todas as entregas de materiais de defesa e informações sobre defesa, por parte de qualquer dos dois países ao outro, ou quaisquer pagamentos feitos, por parte de qualquer dos dois países ao outro, consoante os termos do acordo concluído entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, a 1º de outubro de 1941, serão considerados como entregas ou pagamentos feitos, dentro dos termos do presente Acordo.

Artigo II – Os Estados Unidos da América se propõem a transferir aos Estados Unidos do Brasil, nos termos deste Acordo, armamentos e munições de guerra até um valor total aproximado de 200.000.000 de dólares. De conformidade, porém, com a Lei de 11 de março de 1941 do Congresso dos Estados Unidos da América, os Estados Unidos da América se reservam o direito de, a qualquer tempo, suspender, protelar, ou cessar as entregas sempre que, na opinião do Presidente dos Estados Unidos da América, a continuação das entregas não

[77] H. Silva, 1942 – Guerra no Continente. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, pp. 419-427.

atenda às necessidades de defesa dos Estados Unidos da América ou do Hemisfério Ocidental; e os Estados Unidos do Brasil, de igual modo, se reservam o direito de suspender, protelar, ou cessar o recebimento das entregas feitas segundo o presente Acordo, sempre que, na opinião do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a continuação dessas entregas não atenda às necessidades da defesa dos Estados Unidos do Brasil ou do Hemisfério Ocidental.

Artigo III – Manter-se-ão registros de todo o material de defesa transferido nos termos deste Acordo, e, em períodos nunca superiores a noventa dias, serão permutadas e revistas as relações desse material. O Governo dos Estados Unidos da América concorda em fazer ao Governo dos Estados Unidos do Brasil uma redução de 65 por cento do preço de tabela do material entregue em virtude das disposições do presente Acordo; e o Governo dos Estados Unidos do Brasil se compromete a pagar em dólares, ao Tesouro dos Estados Unidos da América, 35 por cento do preço de tabela pelo material entregue. Não se exigirá dos Estados Unidos do Brasil pagamento superior a um total de 11.666.666,66 dólares, antes de 1º de janeiro de 1943; a um total de 23.333.333,33 dólares, antes de 1º de janeiro de 1944; a um total de 35.000.000,00 dólares, antes de 1º de janeiro de 1945; a um total de 46.666.666,66 dólares, antes de 1º de janeiro de 1946, a um total de 58.333.333,33 dólares, antes de 1º de janeiro de 1947; ou a um total de 70.000.000,00, antes de 1º de janeiro de 1948.

Artigo IV – Os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, reconhecendo que as medidas aqui previstas para a sua comum defesa e resistência solidária à agressão são tomadas com o desígnio ulterior de assentar as bases de uma paz justa e duradoura, e considerando que essas medidas não podem ser eficazes nem a paz florescer sob o peso de uma dívida excessiva, concordam em que, uma vez efetuados os pagamentos acima especificados, ficarão os Estados Unidos do Brasil desobrigados de todos os compromissos decorrentes do presente Acordo; e, com o mesmo objetivo, consoante os princípios e o programa assentado na Resolução XXV, sobre Cooperação Econômica e Financeira da Segunda Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, celebrada em Havana em julho de 1940, concordam também em cooperar entre si e com as outras nações para a negociação de acordos econômicos justos e equitativos referentes aos produtos de qualquer dos dois países ou de qualquer outra nação onde existem problemas de mercado, e em cooperar entre si e com as outras nações a fim de aliviar o sofrimento e penúria causados pela guerra, onde quer que seja e desde que esse auxílio socorra aos oprimidos sem beneficiar o agressor.

Artigo V – Sobrevindo circunstâncias em que os Estados Unidos da América, para sua própria defesa ou para a defesa das Américas, venham a necessitar de material de defesa ou informações sobre a defesa que os Estados Unidos do Brasil estejam em condições de suprir, os Estados Unidos do Brasil fornecerão aos Estados Unidos da América esse material e essas informações, na medida do possível, sem prejuízo de sua própria economia e de acordo com termos a serem ajustados.

Artigo VI – Os Estados Unidos do Brasil se comprometem a não transferir, sem o consentimento do Presidente dos Estados Unidos da América, a propriedade ou a posse de qualquer artigo de defesa ou informação sobre defesa recebidos em virtude desse Acordo, nem permitir o seu uso, por qualquer pessoa que não seja funcionário, empregado, ou agente dos Estados Unidos do Brasil. De igual modo, os Estados Unidos da América se comprometem a não transferir a propriedade ou a posse de qualquer material de defesa ou informação sobre defesa recebidos em virtude do Artigo V deste Acordo, sem o consentimento do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nem permitir o seu uso por qualquer pessoa que não seja funcionário, empregado, ou agente dos Estados Unidos da América.

Artigo VII – Se, como resultado da transferência aos Estados Unidos do Brasil de qualquer material de defesa ou informação sobre defesa, vier a ser necessário que os Estados Unidos do Brasil tomem qualquer medida ou façam qualquer pagamento a fim de salvaguardar integralmente quaisquer direitos de qualquer cidadão dos Estados Unidos da América, proprietário de patente sobre qualquer desses artigos de defesa ou informação sobre a defesa, os Estados Unidos do Brasil tomarão essa medida ou farão esse pagamento sempre que o solicite o Presidente dos Estados Unidos da América. De igual modo se, como resultado da transferência aos Estados Unidos da América de qualquer material de defesa ou informação sobre a defesa vier a ser necessário que os Estados Unidos da América tomem qualquer medida ou façam qualquer pagamento a fim de salvaguardar integralmente quaisquer direitos de qualquer cidadão dos Estados Unidos do Brasil, proprietário de patente sobre qualquer desses materiais de defesa ou informações sobre defesa, os Estados Unidos da América tomarão essa medida ou farão esse pagamento sempre que o solicite o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Artigo VIII – O presente Acordo continuará em vigor a partir da data em que for firmado até uma data combinada entre os dois governos. Firmado e selado nos idiomas português e inglês, em duplicata, em Washington, em três de março de 1942.

Assina – pelos Estados Unidos do Brasil – Carlos Martins Pereira e Sousa – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos do Brasil em Washington.

Assina – pelos Estados Unidos da América – Sumner Welles – Secretário em Funções dos Estados Unidos da América.

ANEXO 4: TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS NA ABERTURA DA CONFERÊNCIA DE CHANCELERES NO RIO DE JANEIRO, EM 15 DE JANEIRO DE 1942[78].

Senhores Ministros Delegados, meus senhores:

É honra insigne concedida ao Brasil e ao seu Governo a escolha desta Capital para a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Ao convencionarem os países do Novo Mundo, na Conferência da Consolidação da Paz, celebrada em Buenos Aires, em 1936, a convite do grande estadista Presidente Franklin Roosevelt, o sistema de consultas e conversações – ou melhor, de conselhos de família – não julgávamos viesse a instituição, filha do nosso ardente anseio por harmonia, de trabalho conjugado e produtivo, ser posta à prova em futuro tão próximo e tão reiteradamente.

No entanto, num lustro, é a terceira vez que os superiores interesses dos nossos povos nos convocam.

Três anos decorridos da memorável assembleia da Capital platina, o conflito irrompido na Europa nos reunia no Panamá.

Já então, sem intuito de agravo a quem quer que fosse, nos havíamos vinculado todos pela Declaração de Lima, instrumento de excepcional expressão, porque não representa o fruto amargo de injunções difíceis, mas o honesto reconhecimento de condições perfeitas de solidariedade e colaboração, baseadas no respeito aos princípios do Direito Internacional, na unidade espiritual, na decidida vocação pacífica, nos sentimentos de humanidade e tolerância dos que o subscreveram. E os propósitos de concórdia que deram vida ao notável documento não nos abandonaram.

Nas deliberações da Primeira Assembleia de Chanceleres, fixamos as normas da nossa conduta em face da guerra, que se estendia aos caminhos marítimos do Continente e lhe afetava vitais interesses.

[78] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1942, Imprensa Nacional, p. 111-113.

Sucessos posteriores, perigos próximos, acontecimentos novos de alcance mundial, determinaram outra reunião – a de Havana – assinalada por duas resoluções de alta importância: a de assistência recíproca e cooperação defensiva e a que prevê o destino e a administração provisória de territórios situados neste Hemisfério e sob domínio de países não americanos.

Em dezembro de 1941, por força de alianças ofensivas, tipo de coalizão felizmente desconhecido na América, o conflito – nascido das contradições europeias e já alastrado à Ásia e à África – assumia o aspecto de conflagração geral e tornava-se uma ameaça às nossas soberanias.

A agressão aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha, necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez.

Aqui estamos, portanto, representantes soberanos da família americana de pátrias livres e amantes da Paz, para reafirmar à nação bruscamente atacada a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos.

O programa desta Terceira Conferência, elaborada por uma comissão ilustre de homens públicos afeitos ao trato dos problemas comuns, dita a ordem das questões a regular, atribuindo às de defesa a primazia que não podem deixar de ter.

A esse respeito a firme atitude e a conduta do Brasil são conhecidas e claras.

Desde 7 de dezembro – data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano – assumimos posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, relembrados e reafirmados mais uma vez nos últimos tempos.

É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para assalto às Nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas.

A segunda parte da agenda dos vossos trabalhos, Senhores, cogita de reforçar as bases e aperfeiçoar os métodos de colaboração econômica.

Ao ponderarmos as forças de produção do Continente, verificamos ser total a nossa autossuficiência. Desde o mais moderno equipamento técnico industrial às riquezas do

subsolo, de utilidade para a paz e a guerra, à cultura agrária científica de alto rendimento, nada nos falta. A distribuição equitativa das tarefas é o que nos incumbe estabelecer. E devemos fazê-lo em condições permanentes, visando não apenas o choque armado, mas o regresso de uma paz justa para todo o mundo.

Não nos bastará, a nós povos de tendências pacíficas, com enormes encargos construtivos a desempenhar, uma solidariedade passageira, em momento de perigo. Para alicerçar o engrandecimento futuro é preciso fortalecer os laços de amizade e criar, pela prática estreita da cooperação econômica e cultural, condições duradouras de prosperidade para as nossas populações, e, com isso, ajudar a se refazerem as nações flageladas pela guerra.

O Continente Americano – que não tem contradições irredutíveis, entende-se em quatro idiomas facilmente acessíveis a todos os seus habitantes, conserva tradições cristãs comuns, idênticas raízes políticas e interesses que se ajustam – tudo pode fazer para organizar a mais sólida e poderosa aliança de nações livre e soberanas que jamais conheceu a história da humanidade.

Pelo nosso exemplo, pelo nosso fervor em realizar o que foi uma antecipação genial da política de Bolívar, poderemos contribuir para restabelecer o equilíbrio do mundo, e mostrar que erram todas as filosofias, todas as doutrinas, todas as ideologias do ódio e da separação, da luta e da violência.

Levar as Pátrias Americanas a criarem formas novas e estáveis de convivência, sem excluir ou matar peculiaridades e tradições, é um ideal que nos merece sacrifícios presentes e futuros.

Excelências:

Sede bem-vindos. O Brasil vos saúda, honrado de hospedar, em momento tão grave, os mensageiros de vinte Nações ligadas por um perfeito espírito de para preservar a civilização e tornar a existência humana mais segura, mais digna e feliz fraternidade, e deseja ardentemente ver coroada de êxito a missão que vos trouxe. Nenhum esforço pouparão o seu Governo e o seu povo para que as aspirações e propósitos comuns, convertidos em regras e conselhos, sejam respeitados e concorram.

ANEXO 5: TRANSCRIÇÃO DO CONVÊNIO POLÍTICO-MILITAR CELEBRADO ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS UNIDOS E DO BRASIL EM 23 DE MAIO DE 1942[79].

[79] Arquivo Getúlio Vargas, site do CPDOC/FGV.

CONSIDERANDO:

Que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América concluíram, em 1º de outubro de 1941, um acordo relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa por parte de qualquer dos dois países ao outro, no sentido da estreita cooperação para a segurança do continente;

Que no decurso da aplicação desse acordo surgiram situações indicadoras de necessidade de modificá-lo com vantagens para ambos;

E mais, que na Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas foi aprovada uma resolução estabelecendo que esta cooperação, para proteção de ambos os países e do Continente, deveria continuar até desaparecerem os efeitos do atual conflito;

ACORDAM estabelecer as seguintes normas e condições para regularem o concurso de suas forças militares e econômicas na defesa comum do continente americano.

Artigo I – Os dois países concordam em estreitar sua colaboração da defesa continental e, para isso:

a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões serão compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.

b) Estas comissões ficam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangerão, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações e, de um modo geral, as responsabilidades em quaisquer teatros de operações que possam ser previstos.

c) Em caso de mudança na situação estratégica, serão feitas recomendações aos Governos de ambos os países sobre as amplificações ou modificações desses planos e sobre as medidas a serem tomadas para sua execução eficiente.

Artigo II – O emprego das forças brasileiras será dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderão ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tenham de participar.

Artigo III – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América darão auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deverão decidir sobre as medidas preventivas a serem adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas.

Em todos os outros casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderão ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

Artigo IV – As bases navais e aéreas no território brasileiro poderão ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidades nas zonas de operações, a serem reguladas pelas comissões mistas.

Artigo V – O Governo brasileiro, por solicitação do Governo norte-americano, poderá permitir o estacionamento de formações ou grupos de técnicos e especialistas norte-americanos, em pontos do território brasileiro, como auxiliares das forças militares dos Estados Unidos da América em trânsito ou em operações, e bem assim o uso de suas instalações navais e aeronáuticas.

Artigo VI – O Governo brasileiro facultará ao Governo norte-americano a construção e depósitos de instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que carecer, em território nacional, para o reaprovisionamento e auxílio de suas formações militares.

Artigo VII – No caso de agressão ao Brasil por outra república americana que, na opinião do governo dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por elas instigadas, os Estados Unidos da América fornecerão ao Brasil a assistência necessária à sua segurança nacional e à manutenção no poder do presente Governo. Essa assistência far-se-á sob a forma de fornecimento de material bélico e, se houver pedido formal do Governo do Brasil, ela se converterá também em cooperação das suas Forças Armadas.

Artigo VIII – O Brasil se compromete a desenvolver o mais rapidamente possível, todos os elementos de cooperação de que é capaz, para assegurar sua defesa e a do continente na execução deste convênio, promovendo principalmente:

a) a organização imediata de bases aéreas e navais atuais e as que vierem a ser necessárias a operações de guerra;

b) a organização da defesa da costa e das ilhas não costeiras;

c) a mobilização das formações de guerra previstas para as forças armadas do país e, de primeira urgência, nas zonas estratégicas do Norte, Nordeste e do Rio de Janeiro;

d) a organização das vias de comunicações ferro-rodoviárias indispensáveis ao jogo das forças e das intercomunicações das bases navais e aéreas;

e) a mobilização e ampliação de sua indústria bélica, inclusive construções navais e aeronáuticas.

Artigo IX – O Brasil adotará medidas para manter inalterada a ordem interna, por maneira a facilitar a execução das obrigações decorrentes deste convênio, e também contra a sabotagem, propaganda e atividades subversivas contrárias à segurança continental.

Artigo X – O Brasil intensificará o serviço de saneamento nas prováveis zonas de operações, de acordo com as conclusões da comissão mista brasileiro-americana sobre a matéria, e fará ainda a profilaxia dos navios e aeronaves americanas e de seus aliados.

Artigo XI – O Brasil fomentará e ampliará as suas indústrias agrícolas, fabris e extrativas de modo a fornecer aos Estados Unidos da América, em grau de prioridade, as matérias primas e produtos julgados necessários.

Artigo XII – Em território brasileiro, as normas legais, civis e militares do Brasil, prevalecerão sempre que estiverem em jogo os interesses de uma ou outra parte.

Parágrafo Único – Nas relações internas das unidades ou formações, subsistirão as leis e regulamentos dos respectivos países.

Artigo XIII – Os Estados Unidos da América facilitarão imediatamente a aquisição para o Brasil de material já requisitado, do material bélico que for necessário para completar as suas formações de guerra e, ainda, os materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas indústrias militares e das suas redes ferro-rodoviárias nas zonas prováveis de operação.

Artigo XIV – Em qualquer caso e desde o primeiro momento, os Estados Unidos da América ficarão encarregados da manutenção das comunicações marítimas entre os países, com a colaboração do Brasil, sob as condições acima especificadas.

Artigo XV – No caso de instalações e obras sugeridas pela comissão mista do Nordeste e outras que se fizerem mister para os fins deste convênio, as despesas correrão por conta de cada país, quando forem de seu exclusivo interesse, e serão financiadas equitativamente por ambos os Governos quando se destinarem ao uso comum.

Artigo XVI – Os Estados Unidos da América prestarão o seu auxílio técnico e financeiro para o incremento da produção de matérias-primas e produtos brasileiros de que carecem os dois Governos para os fins deste convênio.

Artigo XVII – Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América facilitarão aos militares de suas forças de terra, mar e ar, estágio e cursos em todas as suas atividades militares para os fins deste convênio.

Artigo XVIII – As Missões norte-americanas (naval, aérea e de artilharia de costa) junto às forças militares do Brasil, sem prejuízo de seus contratos, deverão ajustar-se às normas e fins deste convênio e poder ser utilizadas para auxiliarem a comissão mista reunida no Brasil.

Artigo XIX – O presente acordo se conservará secreto até decisão em contrário por ambos os governos.

Artigo XX – O presente convênio entrará em vigor após a troca de comunicação de aprovação das duas partes contratantes que, em concomitância com a sua aprovação, nomearão as comissões técnico-militares, de que trata o artigo primeiro.

ANEXO 6: TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO PRESIDENTE NORTE-AMERICANO FRANKLIN DELANO ROOSEVELT AO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, DATADA DE 14 DE SETEMBRO DE 1942, NA QUAL COMEÇA A SE ESBOÇAR A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA DIRETAMENTE NAS OPERAÇÕES DE GUERRA[80].

Meu Caro Senhor Presidente e Amigo:

Deu-me grande satisfação o conhecer vosso amigo e colaborador, o General Eurico Gaspar Dutra, o distinto Ministro da Guerra do Governo Brasileiro, e haver recebido de suas mãos vossa carta de 9 de agosto de 1943.

Tem sido um motivo de satisfação a visita do General Dutra e o poder discutir com ele os vários problemas ligados à cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Isso nos deu uma grande oportunidade para completarmos as conversações que tive com o Senhor no começo do ano, em território brasileiro, em Natal.

Pedi ao General George C. Marshall, Chefe do Estado Maior do Exército Americano e aos seus colegas, que examinassem cuidadosamente com o General Dutra as medidas que poderiam ser tomadas para facilitar o vosso generoso desejo de ter uma Força Expedicionária Brasileira, atuando além-mar em colaboração com as Forças dos Estados Unidos e das outras Nações Unidas, participando dos seus sacrifícios e das suas vitórias. Essas medidas têm sido discutidas pelos representantes do Brasil e dos Estados Unidos, em completa harmonia e em perfeito acordo. Como sabeis, já foram dados os passos iniciais, com assistência do Exército dos Estados Unidos, para a organização das primeiras unidades da Força Expedicionária Brasileira.

Todos nós antevemos o próximo dia em que os soldados brasileiros e americanos marcharão para a frente, ombro a ombro, nos campos de batalha. Eles aí renovarão a camaradagem feita em vosso hospitaleiro país, onde os membros das Forças Armadas das duas Nações têm servido juntos, por mais de um ano, na defesa desse estratégico litoral que tão bons serviços tem prestado a nós e aos nossos aliados. Tal coroamento do esforço de guerra do Brasil, sob a hábil direção do General Dutra e de seus companheiros de arma, será um impressionante desdobramento da incalculável e ativa colaboração que o Brasil já deu neste hemisfério.

Com os meus cordiais cumprimentos, sinceramente seu, Franklin Delano Roosevelt.

[80] Arquivo Getúlio Vargas, site do CPDOC/FGV.

ANEXO 7: PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS 1939-1943[81].

I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores – Cidade do Panamá, de 23 de setembro a 3 de outubro de 1939, com participação de todas as repúblicas americanas. Declaração do Panamá: definição da zona marítima continental de segurança; ratificação da posição de neutralidade do continente em face da guerra.

II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores – Havana, de 21 a 30 de julho de 1940, com participação de todas as repúblicas americanas. Ata de Havana: administração provisória das colônias europeias na América; defesa do hemisfério.

Carta do Atlântico – A bordo de cruzador da marinha norte-americana fundeado na Baía de Argentia, ao largo de Newfoundland na costa do Canadá, em encontro entre o Presidente Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill.

I Conferência de Washington – Washington, de 22 de dezembro de 1941 a 1 de janeiro de 1942, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha Winston Churchill. O Conselho anglo-americano dá prioridade ao teatro de guerra do Atlântico; Declaração das Nações Unidas;

III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores – Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, com participação de todas as repúblicas americanas. Recomendação às nações americanas para que rompam relações diplomáticas com o Eixo, em virtude do ataque japonês a Pearl Harbor.

II Conferência de Washington – Washington, de 25 a 27 de junho de 1942, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill. Produção de guerra; ajuda à China; invasão do norte da África.

Conferência de Casablanca – Casablanca, de 14 a 23 de janeiro de 1943, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill. Planos para a invasão da Sicília; decisão sobre a invasão da Normandia; rendição incondicional do Eixo.

Conferência de Natal – Natal, em 28 de janeiro de 1943, em encontro entre o Presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, e o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt. Organização das Nações Unidas; a possível ocupação dos Açores por tropas

[81] Arquivo Getúlio Vargas, site do CPDOC/FGV.

brasileiras; ajuda brasileira na invasão da Europa; a situação das colônias francesas na África e na América.

III Conferência de Washington – Washington, de 11 a 27 de maio de 1943, em encontro entre o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill. A guerra na Itália; intensificação dos bombardeios aéreos à Alemanha; a guerra no Pacífico; invasão da França.